

Professor ALBERTO A. WOLF

HISTÓRIA
Unidade I a XII

ESCOLA ESTADUAL ARLINDO DE SAMPAIO JORGE
CAMPO GRANDE – MS
2014

**EE. ARLINDO DE SAMPAIO JORGE – EJA-III
PROFESSOR ALBERTO WOLF – HISTÓRIA
CONTEÚDO: UNIDADE I (12 aulas)**

C1 – A IMPORTÂNCIA E O PAPEL DA HISTÓRIA

Entrevista à Mary Del Priore

Mary Del Priore é renomada historiadora e escritora brasileira. Seus livros, que somam mais de 20 títulos, já receberam importantes prêmios da literatura nacional, como o Jabuti, por “História da Vida Privada” e “História das Mulheres no Brasil”, sendo que este último também recebeu o prêmio Casa Grande e Senzala, assim como outra produção de Mary, “História das Crianças no Brasil”. “O Príncipe Maldito”, uma de suas mais recentes publicações, foi considerado em 2007 o melhor livro de não ficção pela Associação de Críticos de Arte de São Paulo.

A historiadora defende uma aproximação legítima entre família e escola, de forma que elas atuem como parceiras. “É necessário que as famílias se mobilizem em torno da escolarização de seus filhos, em parceria com a escola, zelando para que eles possam se realizar individualmente. É preciso reinventar o contrato entre a família e a escola, buscando uma relação de complementaridade”, afirma.

Na entrevista a seguir, Mary Del Priore fala sobre a relação família-escola, sobre a situação do professor no Brasil e sobre as dificuldades para se ensinar História. Além, é claro, da importância da leitura em todas as fases da vida.

1. Que lembranças que a senhora carrega de sua vida estudantil?

Mary Del Priore: Guardo as melhores lembranças do Colégio Sion, onde o método Montessori foi pioneiramente introduzido nos anos 60. Tínhamos excelentes professores e biblioteca à disposição. O ensino nos incentivava a refletir, buscando relações entre o mundo em que vivíamos e o outro, “lá fora”. Minha paixão por História nasceu nos primeiros anos do colegial, em contato com a matéria de História Contemporânea, ensinada por uma mestra dinâmica, entusiasmada e generosa.

2. Como nasceu sua paixão pelos livros?

Mary Del Priore: Tive o privilégio de sempre estar cercada de livros. Ainda menina, herdei a biblioteca de um tio e descobri o prazer das muitas viagens proporcionadas pela leitura. Não me lembro de ter frequentado casas onde não houvesse livros. Aos sete anos, ganhei de Natal as obras completas de Monteiro Lobato. Aos 10, eu lia tudo o que me caía nas mãos, inclusive os chamados autores proibidos, como Jorge Amado ou Henry Miller, motivo, certa vez, de suspensão escolar. Penso que, mais do que simplesmente ensinar palavras e sons, a leitura ensina um sentido para o texto.

3. Qual a importância da leitura para a Educação?

Mary Del Priore: A leitura é absolutamente fundamental para a Educação em qualquer idade: mesmo crianças muito pequenas podem e devem manusear livros. Um dia desses vi um livro de pano com mordedor para bebês. Vibrei! Penso que a presença de pais leitores é fundamental. Pais podem inscrever seus filhos em bibliotecas municipais ou ler junto com eles. Mas é preciso a participação de professores leitores também. A grande escritora infanto-juvenil Ana Maria Machado costuma dizer em suas palestras que o maior problema hoje são os professores que não leem e não podem transmitir para seus alunos a paixão pelo livro. A leitura de obras de literatura é fundamental até para o estudo de História. É uma maneira eficiente de se “entrar no tempo” e conhecer a história cultural de um grupo, povo ou país.

4. Educação pode transformar o Brasil?

Mary Del Priore: Pode, mas não só. É preciso que a sociedade brasileira valorize mais a escola e o professor. De nada servem programas de cotas ou similares se, ao chegar em casa, o aluno não encontra pais interessados que o entusiasmem em seu aprendizado. E o que dizer da falta de inter-relação entre pais e escolas? Por que aqui, como nos países desenvolvidos, pais não colaboram para que as escolas de seus filhos estejam sempre em ordem, bonitas e bem tratadas? Quem não pode, num fim de semana, promover um mutirão e fazer algo para o bem da coletividade? E o que dizer das representações que pairam sobre o professor na mídia: figura menor e sem interesse. Abandonado a própria sorte, com salários defasados, sem estímulo ou respeito por parte da sociedade, o professor tem que remar contra muitas dificuldades para fazer valer e

reconhecer sua posição. Sempre me pareceu um paradoxo o fato de colocarmos três milhões de pessoas na rua para assistir à Parada Gay e não conseguirmos mobilizar o mesmo número em prol da Educação.

5. A escola acompanhou as mudanças ocorridas no Brasil?

Mary Del Priore: Passamos de uma sociedade de tradição oral para uma sociedade escolarizada, e isso graças ao esforço de operários anarquistas e comunistas que, a partir dos anos 20, do século XX, exigiram escolas públicas para seus filhos. Antes, para as crianças de camadas desfavorecidas, a prioridade era o ensino técnico. Hoje, temos ensino para todos, mas não sabemos como transmitir conhecimentos que formem os futuros cidadãos. Para isso é necessário – como sugere Edgard Morin – uma reforma do pensamento que rompa o enclausuramento das disciplinas. Mais ensinando a pensar a globalidade e a multidimensionalidade do que competências particulares e especializadas.

6. Qual a importância de ensinar os alunos a pesquisar?

Mary Del Priore: A pesquisa é um excelente instrumento de melhoria das condições de aprendizado, pois ela promove a inteligência do aluno. Recortar um tema ou um questionamento e levar o aluno a, sozinho, buscar respostas e propor soluções é fundamental para que ele desenvolva suas competências. O diálogo com o professor pode ser acionado para julgar a validade de suas respostas e se possível, verificar-las. Não se trata de fazê-lo descobrir as possíveis respostas, mas de convidá-lo a formular perguntas e respostas.

7. Qual é o maior problema no ensino de História no Brasil?

Mary Del Priore: O maior problema da disciplina é fazemos História num país sem memória. Uma discreta política de esquecimento se abate sobre a sociedade brasileira. Caberia bem certa definição de Paul Ricoeur, filósofo francês, quando diz que “como os velhos, temos muitas lembranças e má memória”. Esquecemos os problemas nacionais – os mártires da violência urbana ou os escândalos impunes. Poderíamos dizer, parafraseando o atual presidente da república que “nunca dantes” se esqueceu tanto neste país! Não seremos jamais o que fomos, pois não sabemos conservar o que somos.

8. A nova história chegou à escola?

Mary Del Priore: O fato é que a História escolar continua sendo feita sobre velhas fórmulas. A renovação historiográfica dentro das universidades pouco lhe atinge. Alguns reagirão dizendo que a História feita dentro da universidade nada tem a ver com os bancos escolares; que a pesquisa de ponta não pode ser engessada pela função social de atingir os primeiro e segundo graus. O problema é que a história detém um saber sobre a sociedade. Se ela abandona temas centrais que dizem respeito à totalidade da história do país em detrimento de pesquisas demasiadamente particulares, ela deixa de lado a tarefa de fazer o aluno se tornar parte da vida social, privando-o de utensílios intelectuais necessários para fazê-lo compreender a sociedade da qual faz parte como cidadão. O problema da Educação formal será, cedo ou tarde, equacionado e os historiadores têm dito pouco sobre como participar desta transformação.

9. Como é ensinada a história aos professores?

Mary Del Priore: As faculdades de História não pensam um currículo capaz de inserir o aluno no mundo profissional. O inferno – o Ensino Fundamental – ou o céu – as universidades – parecem ser as únicas escolhas. É lamentável, pois o historiador pode estar presente em vários outros espaços: nos meios de comunicação, nos museus, nos arquivos, produzindo conteúdos para as redes de Internet, trabalhando com Turismo Cultural. É preciso pensar uma grade mais dinâmica, de acordo com as reais possibilidades de inserção de tantos jovens, ao invés de cuspir anualmente milhares de formandos despreparados para o exercício pleno da profissão de historiador. Na pós-graduação predominam os historiadores monotemáticos, pois os trabalhos pontuais e sem erudição não dão tempo ao pesquisador de amadurecer intelectualmente. A maioria só conhece o pequeno recorte sobre o qual braceja desde a graduação.

11. Qual é a importância da História?

Mary Del Priore: A história tem um compromisso com a responsabilidade, a exigência ética e a vontade de verdade na transmissão dos conhecimentos. Junto a essa “exigência de verdade”, os valores do humanismo e a busca de um sentido para a coletividade sinalizam a presença dos historiadores na cena intelectual.

C2 – AS FONTES DA HISTÓRIA

As fontes compreendem todo e qualquer documento, dos mais diversos tipos, que detenha algum valor para a reconstituição do passado e dos modos de vida das várias culturas, povos e civilizações. Estes documentos ou fontes podem estar sobre diversos suportes, desde o iconográfico (mapas, desenhos, pinturas, esculturas) ao oral (lendas, cantigas), ao escrito (livros, cartas, diários, epigrafia), ao monumental (monumentos) e ao natural e paisagístico. As fontes dividem-se em primárias, que são testemunhos em primeira-mão - contados pelo próprio e legados de forma intencional ou não - e secundárias, que derivam da observação e estudo das fontes primárias e são portanto menos autênticas, uma vez que comportam um juízo elaborado por um ou mais intermediários.

Um dos repositórios mais importantes de fontes escritas e iconográficas são os arquivos, apesar da organização de muitos deles se ter prendido com os conceitos que a época de estruturação dos mesmos preconizava, verificando-se casos em que documentos atualmente considerados importantes foram relegados. Estes arquivos compreendem testemunhos tão variados como documentos demográficos, económicos e fiscais, cartulários, autos notariais, índices estatísticos e muitos outros.

No âmbito da iconografia, podemos identificar sumariamente duas vertentes: a pagã/profana/civil, que trata dos mais variados assuntos, desde temas mitológicos (A fonte da juventude, de Lucas Cranach, o Velho, O triunfo de Vénus, de Francesco del Cossa) a retratos de personagens marcantes e de cenas históricas (A coroação de Napoleão I, de Jacques-Louis David, O massacre de Taillebourg, de Eugène Delacroix, O cardeal Guido Bentivoglio, de Anthonis van Dyck); a religiosa, que abarca uma variedade imensa de temas, desde a criação do mundo a retratos de personagens de alguma forma relevantes.

Reveste-se de grande importância o legado oral, que costuma referir-se a um círculo mais tradicional e menos elitista, onde a maioria das pessoas não tinha instrução nem outra forma de transmitir conhecimentos. Em última instância, foi esta a forma de transmissão histórica até o ser humano o plasmar cada vez mais frequentemente em suportes físicos. Deste tipo de fonte, com representantes tão proeminentes como os aedos gregos, os jograis e os contadores de histórias, constam lendas e estórias (muitas delas mais tarde passadas a papel), assim como canções e outro tipo de música, geralmente de cariz popular.

São ainda de extrema importância os monumentos de toda a classe, desde mono e megálitos do início da história do Homem à arquitetura religiosa, dedicada às diversas divindades cultuadas pelos diferentes povos e civilizações e à civil, que compreende toda a construção efetuada para o serviço de um povo (aqueamentos, canalizações, barragens, túneis, estradas, etc.) e homenagem àqueles que se destacaram entre ele (estátuas e construções de tributo a uma pessoa ou conjunto de pessoas).

Finalmente, e onde vivem e se implantam os homens e toda a produção de que temos vindo a falar, lembrmos a Natureza e os seus componentes, que através do seu estado intocado ou pelas alterações nela efetuadas, são fortes indicadores das ações humanas. Assim, poder-se-á encontrar respostas para perguntas como: porque decidiu uma determinada comunidade construir um núcleo urbano junto a uma zona litoral ou a um eixo viário? Porque situar um castelo numa zona elevada? Porque ficaram intocadas algumas zonas paisagísticas? Qual a razão de escolha de um determinado padrão de cultura dos campos?

Existem estruturas museológicas, denominadas ecomuseus, que visam, em última instância e com o objetivo de preservar a autenticidade do meio natural em que o Homem vive e de que forma vive, resguardar testemunhos da alteração e do avanço inexoráveis das civilizações.

C3 – PRÉ-HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL

1. Sobre o termo

O termo Pré-História, apesar de muito utilizado, é inadequado.

Isto porque “pré” significa “antes”, e passa a ideia de que as populações que viveram neste período não tinham história.

No entanto, quando o ser humano passa a transformar a natureza, já está fazendo história.

2. Quando e onde ocorreu

A Pré-História corresponde a um longo período de 3,6 milhões de anos. Termina com o surgimento da escrita, há 4 mil anos. Vale ressaltar que estas datas são aproximadas e discutíveis.

Pesquisas indicam que o ser humano surgiu na África, há aproximadamente 4 milhões de anos.

O nomadismo fez com que estes seres humanos – a partir da África – criassem redes de migrações para outras regiões do planeta

3. Ciências que desvendam a Pré-História

Existem várias ciências que estudam a Pré-História, sendo que duas serão destacadas:

- Arqueologia : ciência que estuda a cultura material humana, num dado tempo e espaço. Seu objeto de estudo são os sítios arqueológicos. A Arqueologia precisa buscar auxílio em outras ciências, como a Física, a Biologia, a Antropologia, a Geografia, entre outras.

- Paleontologia : ciência que estuda, através de fósseis, os organismos que viveram no planeta, ao longo do tempo geológico. A paleontologia estuda todos os organismos que viveram na Terra, incluindo a evolução primata-homem, mas não o ser humano como o conhecemos hoje, pois o estudo e seguimento da vida antropológica restringe-se a disciplinas ligadas à arqueologia, à paleoantropologia, à biologia e à medicina. Normalmente, a paleontologia estuda organismos mortos há mais de 11 000 anos.

4. Fases da Pré-História:

- Paleolítico

O Paleolítico é também denominado Idade da Pedra Lascada, e abrange um período que vai de 4 milhões a 10 mil anos, aproximadamente.

A economia era baseada na caça, pesca e coleta de alimentos.

O estilo de vida era nômade , ou seja, as populações do período não se fixavam muito tempo um lugar só.

As habitações mais comuns eram cavernas ou choças.

Houve o surgimento da arte rupestre (arte em cavernas), assim como a descoberta do fogo.

O fogo teve importante função na iluminação, aquecimento, cozimento de alimentos e proteção contra predadores.

- Neolítico

O Neolítico é também denominado Idade da Pedra Polida, e abrange um período que vai de 10 mil a 5 mil anos, aproximadamente.

A economia era baseada na agricultura e pecuária, ou seja, o ser humano passou a produzir o seu próprio alimento. Alguns denominam esta mudança de Revolução Neolítica .

A produção de alimentos fez o estilo de vida virar sedentário , tendo o homem se fixado à terra. A habitação em casas se tornou comum.

Houve o surgimento do comércio, das primeiras cidades e da propriedade privada.

A propriedade privada gerou os primeiros indícios de desigualdade social.

- Idade dos Metais

É o último período da Pré-História. Tal fase compreende os dois últimos milênios antes do surgimento da escrita, em 3.500 a.C.

Caracteriza-se pela substituição das ferramentas de pedra por aquelas de metal.

O primeiro metal utilizado foi o cobre; posteriormente, através da mistura do mesmo com o estanho, se obteve o bronze, utilizado para fazer armas mais poderosas. Finalmente, passou-se a utilizar o ferro em 1500 a.C.

O uso dos metais representou um grande avanço para o homem daquela época. As novas e mais eficientes ferramentas permitiram o desenvolvimento da agricultura e da criação de animais.

O homem começou a produzir excedentes agrícolas, isto é, a quantidade de alimentos era produzida além da necessidade.

Surgiu a propriedade privada e a desigualdade social. Também surgiu a necessidade de um agente regulador das relações entre os homens: o Estado.

PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA

Dentro dos estudos arqueológicos desenvolvidos na América, o Brasil concede uma significativa contribuição proveniente de seus diversos sítios arqueológicos. Entre os estados que apresentam antigos vestígios da presença humana podemos destacar primeiramente os estados do Piauí, Minas Gerais e as regiões litorâneas do Centro-sul do país.

Em São Raimundo Nonato (PI), um grupo de arqueólogos liderados por Niède Guidon notificou a presença de facas, machados e fogueiras com cerca de 48 mil anos de existência. Entre as principais conclusões desses estudos, destaca-se a presença de comunidades coletivas que caçavam e utilizavam o fogo para protegerem-se e alimentarem-se.

Na região de Lagoa Santa (MG) é o local onde está registrado uma das mais notórias descobertas da arqueologia nacional. Foi ali que se achou o mais antigo fóssil das Américas. Trata-se do crânio feminino que existiu há cerca de 11.500 anos. Pesquisas desenvolvidas a partir desse fóssil (apelidado de Luzia) abriram

portas para novas teorias sobre o processo de ocupação do continente. Os traços negróides de Luzia levantam a suspeita de uma onda migratória da Oceania, responsável pela ocupação do nosso continente.

Próxima das regiões de rio e no litoral do Brasil existe outro conjunto de vestígios pré-históricos. Nestes lugares, montes de conchas e esqueletos de peixe conferem a existência de comunidades inteiras que sobreviviam da pesca. Também conhecidos como povos sambaquis, essas populações foram usualmente detectadas no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. No ano de 2001, o mais antigo sambaqui brasileiro foi encontrado em Vale do Ribeira (SP).

Nas regiões do interior do Brasil também são encontrados riquíssimos sítios arqueológicos. Os chamados “cemitérios dos índios” são, na verdade, vestígios de antigas civilizações do território brasileiro. Ali encontramos grandes aldeias que realizavam sofisticados rituais funerários. Datados com cerca de mil anos, esses povos possuíam uma cultura bastante diferente da dos sambaquis.

Ainda na região amazônica, temos relato sobre um outro conjunto de povos pré-históricos. Designados como integrantes da civilização marajoara, esses povos deixaram interessantes vestígios materiais. Dotados de uma arte ceramista ricamente detalhada, os marajoaras faz parte dos mais complexos grupos humanos que viveram em terras brasileiras.

Com o passar dos anos, as civilizações ameríndias foram desenvolvendo-se em território nacional. Espalhados em diferentes tribos, os índios brasileiros integraram uma parte mais recente da História das populações nativas do Brasil. A partir do século XV, a chegada dos europeus transformou radicalmente a situação dos índios. A intolerância religiosa e cultural, a violência e as epidemias foram responsáveis pela dizimação dos povos indígenas no país.

C4 – ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CIVILIZAÇÕES

1. Introdução

Tornou-se axiomático pensar que a nossa civilização fundamentado em princípios racionais e na racionalidade surgiu com o progresso técnico e científico iniciada com os gregos, pois foram eles que criaram uma extensa gama de conhecimentos, como também os grandes fundamentos do pensamento filosófico e do pensamento político. Contudo, essa tese tornou-se problemática. Com o avanço dos estudos e das novas descobertas na Mesopotâmia nesses últimos cem anos, tornou-se possível demonstrar que aquela civilização atingiu um grande desenvolvimento racional e uma grande racionalidade técnica, muito antes da civilização grega ter surgido.

2. O sentido e o significado da civilização ocidental

O que caracteriza a nossa civilização, em sua forma específica e singular, em sua forma material e espiritual, em sua significação histórica e teórica, é a racionalidade. A racionalidade é a essência do mundo em que vivemos.

A razão é a faculdade que calcula, mede, julga, deduz, compara, relaciona e coordena os meios com os fins. Essa faculdade se tornou em sua evolução um instrumento formal, que foi usado em todos os empreendimentos humanos. A razão não é apenas a faculdade interior do homem, mas ela se personificou nos próprios objetos deste mundo. A razão tornou-se racionalidade: relação calculada entre meios e fins. A ação racional com relação a fins baseia-se no fato de que o indivíduo orienta sua ação levando em conta os fins, os meios e as consequências implicadas nela. A etimologia do termo vem do latim *rationem*, que significa cálculo, conta, medida, regra. A racionalidade sendo ação calculada está presente no aparelho produtivo, no aparelho tecnológico e científico, nas instituições políticas, no hospital, na escola, no trânsito e na mídia. A operação, a norma, a coordenação, a ordem, o sistema, o cálculo, a busca da unidade define a racionalidade em sua efetividade.

Tornou-se axiomático pensar que a civilização ocidental surgiu com o desenvolvimento do conhecimento racional iniciado com os gregos.

O sociólogo Max Weber em seu livro “Ética protestante e o espírito do capitalismo” afirma que a racionalização do mundo ocidental se desenvolveu principalmente pelas ciências ocidentais em suas possibilidades técnicas. “Essa racionalização intelectualista (...) devemos à ciência e à técnica-científica” (WEBER, 1993, p.30). O desenvolvimento de uma ciência fundamentada em princípios racionais e no método científico é um produto do ocidente nascida com os gregos. A astronomia com fundamentos matemáticos, a geometria com a prova racional, a medicina com fundamentos biológicos e bioquímicos, as criações da mecânica e da física são produtos do moderno ocidente. Esse processo de racionalização das ciências ocidentais atingiu todas as esferas da vida social, tornando o “mundo desencantado”.

É natural pensar que os Gregos criaram a civilização ocidental, pois foram eles que criaram uma extensa gama de conhecimentos científicos, como também os grandes fundamentos do pensamento filosófico e do pensamento político. Contudo, será que este diagnóstico é correto?

Do nosso ponto de vista, a nossa civilização, fundamentada na razão e na racionalidade, não se desenvolveu a partir dos conhecimentos técnicos e científicos do ocidente, mas se desenvolveu a partir da evolução do comércio no oriente, em particular na região da Mesopotâmia, no Egito e Vale do Indo. Trata-se dessa hipótese que procuramos demonstrar.

3. O comércio impulsiona a civilização.

A nossa civilização entendida como os modos de existir, o cotidiano físico e simbólico, e o imaginário dos homens surgiu com o comércio. A razão e a racionalidade da civilização ocidental foram impulsionadas pelo comércio e se impuseram na antiguidade por volta de 3000 a.C como fenômenos ligados à própria organização dos indivíduos para viver em sociedade. Foi a racionalidade do comércio que fomentou o sujeito racional, autônomo e civilizado.

O comércio surge na antiguidade como um instrumento para regularizar e normatizar a vida dos indivíduos. Os conceitos e práticas das ciências, tais como classificar, ordenar, relacionar, separar, discernir, comparar, prever são conceitos das próprias práticas comerciais. Esses conceitos surgiram na história das ciências e da filosofia como reflexo das próprias relações materiais de existência dos homens, nas práticas de intercâmbio material e intelectual, desde as primeiras sociedades. A utilização técnica dos conhecimentos científicos, de extrema importância para as civilizações, foi certamente encorajada por condições econômicas. As comunidades antigas faziam a utilização planejada e racional de recursos materiais, intelectuais ou pessoais como meio de aquisição do lucro. As grandes civilizações da antiguidade e o desenvolvimento técnico e científico só puderam surgir porque o comércio as impulsionou.

Se pudéssemos voltar no tempo e sobrevoar a região das bacias do Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), há cinco mil anos antes de Cristo, ficaríamos impressionados como ali surgiram vários impérios, um após o outro. Essa região possui uma característica comum a toda bacia: não havia matérias primas, exceto a argila. O único recurso natural era o betume, usado largamente em utensílios, como recipientes e ferramentas para colar ou impermeabilizar. Faltavam inclusive pedras e madeiras essenciais nas construções das primeiras aldeias.

A falta de matérias primas não é somente uma característica da Mesopotâmia, mas também do Egito e do Vale do Indo. Nessas regiões não existiam as pedras, as madeiras e os minerais para se construir às primeiras cidades. O que se pode inferir é que, para fundá-las, foi necessário buscar matéria prima em outras regiões. Esses empreendimentos consolidaram a racionalidade na organização social e na centralização do poder econômico. Esses povos tiveram de criar alguma forma de sistema regular e racional de comércio ou troca para garantir o abastecimento de matérias primas. Sem o intercâmbio de produtos e matérias primas não haveria o impulso para a organização e a construção das cidades, uma vez que toda região era semi-árida e não dispunha de recursos para a sua construção.

Foi o comércio, portanto, que impulsionou o desenvolvimento racional de drenagem de pântanos e selvas ribeirinhas, a manutenção de canais de drenagem e de diques protetores, e os projetos das grandes obras públicas para secar a terra e proteger a aldeia. A civilização de Samara, que viveu entre 5600 e 5000 a.C. e habitava o norte e o centro da Mesopotâmia, vai ser a primeira “sociedade hidráulica”. Para os arqueólogos os povos de Samara foram os primeiros a desenvolver técnicas agrícolas. Eles desenvolveram um sistema de irrigação por canais, pois este era o único modo de explorar regiões em que as chuvas eram insuficientes. O sistema de canais era disposto perpendicularmente aos cursos d’água, que desciam das montanhas adjacentes.

Apesar dos desertos, a região da Mesopotâmia era um oásis. Era necessário controlar as enchentes, canalizar a água, drenar os pântanos e regar a terra árida para que ali se tornasse um paraíso permanente. Naquela época existia uma grande variedade de árvores frutíferas e de vinhas silvestres, que dependiam da irrigação permanente. Existia uma colheita regular de tâmaras, azeitonas, figos e uvas. Foi através da irrigação, portanto, que o desenvolvimento da agricultura se tornou possível na região. O desenvolvimento da irrigação provavelmente foi um estímulo a uma intensa organização social e tornara-se uma necessidade a sobrevivência da comunidade.

No último milênio que antecede a revolução urbana na mesopotâmia, além da irrigação que mobilizou o trabalho coletivo, várias descobertas e acontecimentos foram importantes para impulsionar o desenvolvimento das primeiras cidades. Naquela época os homens já possuíam o emprego da força da tração animal, o veículo com rodas, a roda para fazer cerâmica, os tijolos para construir casas. Mas a descoberta mais importante foi a metalurgia e a fabricação do bronze. Descobriu-se que o cobre quando aquecido tornar-se-ia tão plástico como a argila. A partir daí tornou-se possível colocar o cobre derretido em moldes de argila possibilitando a

fabricação de muitos objetos, como armas, vasos, machados e facas com fio cortante. Já no início do III milênio, a Índia, Mesopotâmia, Ásia Menor e Grécia conheciam a liga de cobre e estanho, possibilitando a fabricação do bronze.

É notório que já antes da revolução urbana existia uma grande indústria com um grande número de trabalhadores especializados, como mineiros, ferreiros, ceramistas, transportadores, artesãos, pescadores. Os metalúrgicos formaram a primeira classe de especialistas. Eles obtinham seu sustento do excedente de alimentos produzidos pela comunidade. “Os que se dedicam a tais atividades obtêm seu sustento, portanto, principalmente do excesso de alimentos produzidos por seus clientes. Depois dos magos, talvez tenham sido a primeira classe afastada da produção direta de alimentos.

Foi, portanto, por volta de 3000 a.C, no semi-árido, em torno do mediterrâneo oriental, até o leste onde fica a Índia que surgiram comunidades capazes de desenvolvimento cultural em valor e significado. Mas este desenvolvimento só foi possível com a formação de um governo teocrático. A racionalidade que surge com o comércio só adquire verdadeira importância com os templos religiosos, que eram o centro da administração das comunidades.

4.Comércio e racionalidade na antiguidade oriental

Os sumérios foram os primeiros povos a instituir a racionalidade como força emanada do comércio, a partir dos templos religiosos. Foi através dos Ziggurates (templo de degraus) que se desenvolveu todo um sistema racional de contabilidade, de escrita e de administração das cidades. Gordon Childe em seu texto “A revolução Urbana” afirma que nestas cidades teocráticas como as do Egito e da Suméria os deuses foram os “primeiros capitalistas”. Nestas primeiras cidades já existia toda uma contabilidade racional dos ganhos e das perdas, da usura e do comércio dos templos. Já na Suméria o Ziggurate era uma espécie de templo que funcionava como uma empresa que cobravam impostos, emprestava dinheiro a juros e praticava o comércio. O Deus desses povos era apenas uma representação imaginária que tinha sacerdotes comointerpretes de seus mandamentos para administrar e ampliar seus bens.

O comércio para abastecer as cidades de matérias primas criaram dois fatores de racionalidade para seus fins: a escrita e a contabilidade. Foi pela necessidade de contabilizar os bens do templo que surgiu a escrita e um sistema racional de quantificação dos produtos. O que mais impressiona nestes templos é sua contabilidade e racionalidade para gerar o lucro. Na Suméria, no templo de Erech, por exemplo, existia um excedente de riqueza real acumulado nas mãos dos deuses e administrado por sacerdotes, que exigia toda uma infra-estrutura para manter as riquezas. Existiam trabalhadores industriais especializados e um sistema organizado de transporte. Para registrar as transações comerciais, os Sumérios criaram um sistema de escrita denominado “cuneiforme”. Eram sinais em forma de cunha feitos com o auxílio de pontas de vime sobre pranchas de argila mole. A escrita surge para os registros das oferendas. Dessa forma, foram os Sumerianos os primeiros povos a criarem um sistema de escrita e de contagem racionalmente estruturado.” Era necessário descobrir uma forma de registrar as várias oferendas e sua utilização, caso o Deus exigisse de seu sacerdote a prestação de contas da administração. E, na verdade, no santuário de Ziggurate os escavadores encontraram uma tabuinha com a impressão de um selo e furos que sem dúvida são números. É a mais antiga placa de contabilidade do mundo, precursora imediata de uma longa série de contabilidade dos templos sumerianos” (CHILDE, 1988, 114).

A escrita foi a condição necessária para controlar os rebanhos, controlar a produção, anotar as mercadorias trocadas e registrar as características dos ritos e cultos religiosos. Ela também facilitou a organização das informações anotadas, o aprimoramento nas formas de comunicação, a seleção dos dados, a classificação de objetos, a fixação de pesos e medidas, a criação do sistema numérico, o desenvolvimento de conhecimentos sobre as estações do ano e do curso das estrelas que deram origem à astronomia e a astrologia. A escrita aparece, portanto, como fator de racionalidade a serviço da organização do comércio e das cidades.

Outro fator de racionalidade exigido pelo desenvolvimento do comércio foi a padronização de pesos e medidas. Para medir, comparar, relacionar, os sumérios usaram aquilo que a natureza lhe proporcionou: o comprimento de um dedo, um palmo, um braço, o peso de um grão ou de uma jarra cheia. Um pedaço de terra, por exemplo, poderia ser medido com o antebraço, tantos côvados. O peso de um objeto poderia ser medido em grãos. Mas como essas medidas eram relativas, em pouco tempo tornaram-se convencionais sendo representadas em varas de madeiras ou através de um peso de metal. O tempo também começou a ser medido, provavelmente pela necessidade de saber a época da irrigação e da colheita. Os sumerianos dividiram o dia e a noite em doze horas, daí nosso dia de 24 horas. Dividiram a semana em sete dias e criaram o calendário lunar dividindo o ano em 12 ciclos.

EE. ARLINDO DE SAMPAIO JORGE – EJA III
PROFESSOR ALBERTO WOLF
HISTÓRIA – UNIDADE 2 (12 AULAS)

C5 – SOCIEDADES AGRÁRIAS

1. MESOPOTÂMIA

A palavra mesopotâmia tem origem grega e significa "terra entre rios". Essa região localiza-se entre os rios Tigre e Eufrates no Oriente Médio, onde atualmente é o Iraque. Esta civilização é considerada uma das mais antigas da história e foi habitada pelos povos babilônicos, assírios, sumérios, caldeus, amoritas e acádios.

Características comuns: No geral, eram povos politeístas, pois acreditavam em vários deuses ligados à natureza. No que se refere à política, tinham uma forma de organização baseada na centralização de poder, onde apenas uma pessoa (imperador ou rei) comandava tudo. A economia destes povos era baseada na agricultura e no comércio nômade de caravanas.

Vantagens da região: Vale dizer que os povos da antiguidade buscavam regiões férteis, próximas a rios, para desenvolverem suas comunidades. Dentro desta perspectiva, a região da mesopotâmia era uma excelente opção, pois garantia a população: água para consumo, rios para pescar e via de transporte pelos rios. Outro benefício oferecido pelos rios eram as cheias que fertilizavam as margens, garantindo um ótimo local para a agricultura.

Sumérios: Este povo destacou-se na construção de um complexo sistema de controle da água dos rios. Construíram canais de irrigação, barragens e diques. A armazenagem da água era de fundamental importância para a sobrevivência das comunidades. Uma grande contribuição dos sumérios foi o desenvolvimento da escrita cuneiforme, por volta de 4000 a.C. Usavam placas de barro, onde cunhavam esta escrita. Muito do que sabemos hoje sobre este período da história, devemos as placas de argila com registros cotidianos, administrativos, econômicos e políticos da época.

Os sumérios, excelentes arquitetos e construtores, desenvolveram os zigurates. Estas construções eram em formato de pirâmides e serviam como locais de armazenagem de produtos agrícolas e também como templos religiosos. Construíram várias cidades importantes como, por exemplo: Ur, Nipur, Lagash e Eridu.

Babilônios: Este povo construiu suas cidades nas margens do rio Eufrates. Foram responsáveis por um dos primeiros códigos de leis que temos conhecimento.

Baseando-se nas Leis de Talião ("olho por olho, dente por dente"), o imperador de legislador Hamurabi desenvolveu um conjunto de leis para poder organizar e controlar a sociedade. De acordo com o Código de Hamurabi, todo criminoso deveria ser punido de uma forma proporcional ao delito cometido.

Os babilônios também desenvolveram um rico e preciso calendário, cujo objetivo principal era conhecer mais sobre as cheias do rio Eufrates e também obter melhores condições para o desenvolvimento da agricultura. Com seus excelentes conhecimentos de astronomia, desenvolveram um preciso relógio de sol.

Além de Hamurabi, um outro imperador que se tornou conhecido por sua administração foi Nabucodonosor II, responsável pela construção dos Jardins suspensos da Babilônia (que fez para satisfazer sua esposa) e a Torre de Babel (zigurate vertical de 90 metros de altura). Sob seu comando, os babilônios chegaram a conquistar o povo hebreu e a cidade de Jerusalém.

Assírios: Este povo destacou-se pela organização e desenvolvimento de uma cultura militar. Encaravam a guerra como uma das principais formas de conquistar poder e desenvolver a sociedade. Eram extremamente cruéis com os povos inimigos que conquistavam. Impunham aos vencidos, castigos e crueldades como uma forma de manter respeito e espalhar o medo entre os outros povos. Com estas atitudes, tiveram que enfrentar uma série de revoltas populares nas regiões que conquistavam.

Caldeus: Os caldeus habitaram a região conhecida como Baixa Mesopotâmia no primeiro milênio antes de Cristo. Eram de origem semita. O imperador caldeu mais importante foi Nabucodonosor II. Após a morte deste imperador, o império babilônico foi conquistado pelos Persas

2. EGITO

A civilização egípcia antiga desenvolveu-se no nordeste africano (margens do rio Nilo) entre 3200 a.C (unificação do norte e sul) a 32 a.C (domínio romano).

A importância do rio Nilo: Como a região é formada por um deserto (Saara), o rio Nilo ganhou uma extrema importância para os egípcios. O rio era utilizado como via de transporte (através de barcos) de

mercadorias e pessoas. As águas do rio Nilo também eram utilizadas para beber, pescar e fertilizar as margens, nas épocas de cheias, favorecendo a agricultura.

Sociedade Egípcia: A sociedade egípcia estava dividida em várias camadas, sendo que o faraó era a autoridade máxima, chegando a ser considerado um deus na Terra. Sacerdotes, militares e escribas (responsáveis pela escrita) também ganharam importância na sociedade. Esta era sustentada pelo trabalho e impostos pagos por camponeses, artesãos e pequenos comerciantes. Os escravos também compunham a sociedade egípcia e, geralmente, eram pessoas capturadas em guerras. Trabalhavam muito e nada recebiam por seu trabalho, apenas água e comida.

Escrita no Egito Antigo: A escrita egípcia também foi algo importante para este povo, pois permitiu a divulgação de idéias, comunicação e controle de impostos. Existiam duas formas principais de escrita: a escrita demótica (mais simplificada e usada para assuntos do cotidiano) e a hieroglífica (mais complexa e formada por desenhos e símbolos). As paredes internas das pirâmides eram repletas de textos que falavam sobre a vida do faraó, rezas e mensagens para espantar possíveis saqueadores. Uma espécie de papel chamado papiro, que era produzido a partir de uma planta de mesmo nome, também era utilizado para registrar os textos.

Os hieróglifos egípcios foram decifrados na primeira metade do século XIX pelo linguista e egiptólogo francês Champollion, através da Pedra de Roseta.

Economia: A economia egípcia era baseada principalmente na agricultura que era realizada, principalmente, nas margens férteis do rio Nilo. Os egípcios também praticavam o comércio de mercadorias e o artesanato. Os trabalhadores rurais eram constantemente convocados pelo faraó para prestarem algum tipo de trabalho em obras públicas (canais de irrigação, pirâmides, templos, diques).

Religião no Egito Antigo: A religião egípcia era repleta de mitos e crenças interessantes. Acreditavam na existência de vários deuses (muitos deles com corpo formado por parte de ser humano e parte de animal sagrado) que interferiam na vida das pessoas. As oferendas e festas em homenagem aos deuses eram muito realizadas e tinham como objetivo agradar aos seres superiores, deixando-os felizes para que ajudassem nas guerras, colheitas e momentos da vida. Cada cidade possuía deus protetor e templos religiosos em sua homenagem.

Mumificação: Como acreditavam na vida após a morte, mumificavam os cadáveres dos faraós colocando-os em pirâmides, com o objetivo de preservar o corpo. A vida após a morte seria definida, segundo crenças egípcias, pelo deus Osíris em seu tribunal de julgamento. O coração era pesado pelo deus da morte, que mandava para uma vida na escuridão aqueles cujo órgão estava pesado (que tiveram uma vida de atitudes ruins) e para uma outra vida boa aqueles de coração leve. Muitos animais também eram considerados sagrados pelos egípcios, de acordo com as características que apresentavam: chacal (esperteza noturna), gato (agilidade), carneiro (reprodução), jacaré (agilidade nos rios e pântanos), serpente (poder de ataque), águia (capacidade de voar), escaravelho (ligado à ressurreição).

Arquitetura egípcia: No campo da arquitetura podemos destacar a construção de templos, palácios e pirâmides. Estas construções eram financiadas e administradas pelo governo dos faraós. Grande parte delas era erguida com grandes blocos de pedra, utilizando mão-de-obra escrava. As pirâmides e a esfinge de Gizé são as construções mais conhecidas do Egito Antigo.

3. FENÍCIOS

O povo fenício, bem antes de o povo romano entrar na Inglaterra, por lá esteve para comprar estanho e couro dos antigos bretões. Habitaram uma região que atualmente é ocupada pela Síria e Líbano. Entre os séculos X e I aC atingiram grande desenvolvimento.

História: Este povo foi o primeiro grande mercador marítimo. Os fenícios habitaram a costa de Canaã, centenas de anos antes dos hebreus viverem nesta região. Eles tinham pele escura, adoravam Baal e Astartéia (deusa da Lua).

Por volta de 1500 a.C. tiveram grande êxito em seus negócios, pois praticavam comércio intenso tanto por terra quanto por mar.

Tiveram como suas maiores cidades: Tiro e Sidon. Foram responsáveis pela construção de portos comerciais e colônias em praias distantes, como: Cádiz, na Espanha, e Cartago, localizada ao norte da África.

4. HEBREUS

A civilização hebraica, formada por pastores nômades, vivia na cidade de Ur, na Mesopotâmia. Conduzidos por Abraão, partiram de Ur e se estabeleceram na Palestina. No meio do seu território havia o rio Jordão, que fazia da região a área mais fértil e favorável para a agricultura. Eles chegaram a Palestina por volta de 2.000 a. C., esse território era conhecido como terra de Canaã.

Você encontrará um registro completo sobre a vida dos hebreus na Bíblia. Lá estão registrados toda sua peregrinação, sua moral, costumes, leis e história religiosa. Eles deixaram como herança o monoteísmo, a crença em um único Deus verdadeiro.

Podemos dividir a história dos hebreus em 3 etapas de governo: dos patriarcas, governo dos juízes e governo dos reis.

Governo dos Patriarcas: Os hebreus eram dirigidos por patriarcas, estes eram líderes políticos, que eram encarados como o “pai” da comunidade.

O primeiro grande líder, ou patriarca hebreu foi Abraão, segundo o antigo testamento. Abraão era mesopotâmico, originário de Ur, da Caldéia.

Abraão conduziu os hebreus de Ur, rumo à Palestina (terra prometida). Chegaram por volta de 2000 a. C., viveram na Palestina por quase três séculos. Durante esse tempo, Abraão fundou uma cultura religiosa monoteísta. Eles saíram de Ur em direção a terra Prometida confiando na promessa de seu único Deus Jeová de levá-los a uma terra que mana ‘leite e mel’.

Depois de Abraão, a liderança foi passando de pai para filho. De Abraão foi para Isaque e depois para Jacó. Este último, teve um destaque interessante, pois Jacó teve seu nome mudado para Israel e teve doze filhos, que deram origem as doze tribos de Israel.

Mas tiveram tempos complicados. Os hebreus tiveram conflitos com vizinhos e uma terrível seca que assolou a Palestina, obrigando-os a emigrar para o Egito, onde permaneceram por mais de 400 anos. Eram perseguidos e escravizados pelos faraós.

Somente a idéia de libertação consolou um povo abatido e escravizado. Essa idéia veio por meio de Moisés. Os hebreus liderados por ele, fugiram do Egito. Essa fuga é conhecida como “Êxodo”. Podemos ver no êxodo, do relato bíblico algumas particularidades, como a ocasião em que o Deus dos hebreus, Jeová, abriu o mar Vermelho. Eles fugiram do Egito, perambularam 40 anos no deserto e por fim retornaram à palestina.

Durante a perambulação, Moisés não chegou a entrar na Palestina, por isso quem os conduziu até lá foi Josué, sucessor de Moisés. Mas para reapossarem a Palestina, os hebreus tiveram que travar intensas lutas com os cananeus e posteriormente com os filisteus, povos que ocuparam a região. Foram quase 2 séculos de lutas e nesse período os hebreus foram governados pelos juízes.

Governo dos juízes: Antes quem julgava os hebreus era o patriarca. Agora havia líderes militares, indicados das doze tribos que julgavam tudo. Esse período se estendeu por uns 300 anos, entre a conquista da Palestina (chamada também de Canaã) até o início da monarquia.

Entre esses chefes estavam: Gideão, Jefté, Samuel e Sansão, conhecido por sua monstruosa força.

Governo ou era dos reis(monarquia): Os filisteus ainda representavam muita ameaça aos hebreus, visto que lutavam pelo completo controle do território da Palestina. Isso fez com que os hebreus instituíssem a monarquia, para poder assim centralizar o poder e ter mais força para enfrentar os adversários.

O primeiro rei hebreu foi: Saul, da tribo de Benjamim. Ele, porém não teve sucesso em enfrentar os inimigos e, em batalha ao ver que não conseguia derrotar seus adversários, ele e seu escudeiro se suicidaram.

Já no século XI a.C., Davi, sucessor de Saul, conseguiu mostrar eficiência nos combates militares. Venceu os inimigos, tornou a nação hebraica forte e estabilizada. Tinham um exército brilhante e Jerusalém se tornou a capital. Davi conseguiu o grande feito de expandir os domínios do reino.

Seu filho, Salomão, o sucedeu em 966 a.C., este ficou conhecido na história pela imensa fortuna e sabedoria que adquiriu. Tornou-se rei muito jovem, segundo a Bíblia, sua primeira esposa foi a filha de faraó, mas depois dela chegou a ter 700 esposas e 300 concubinas. Ampliou a participação no comércio, construiu várias obras públicas, como o famoso templo de Jerusalém, dedicado a Jeová. Os exageros iam da economia à cultura.

Mas havia altos impostos e os camponeses trabalhavam muito nas construções. Isso gerou descontentamento geral que piorou com a morte de Salomão. O resultado foi que com o filho de Salomão, o reino acabou se dividindo. Criando o reino de Israel e o reino de Judá. Com as capitais em Samaria e Jerusalém, respectivamente.

O reino, com isso o reino ficou vulnerável e logo foi levado ao cativeiro pelos babilônios. Estes saquearam o templo em Jerusalém e destruíram tudo. O cativeiro iniciou-se em 587 a.C. e durou até 538 a.C. depois houve o retorno a Palestina e o início da reconstrução das muralhas da cidade, do templo e da própria cidade.

Mais tarde, foram conquistados novamente pelos greco-macedônios e pelos romanos.

Em 70 d.C., Tito, general romano, destruiu Jerusalém e os hebreus abandonaram a Palestina. Esse abandono é chamado de Diáspora.

Somente em 1948 foi fundado novamente o Estado de Israel, junto com conflitos com árabes e de outras nacionalidades. Mas somente nos anos 90, foi que surgiram acordos, mas não com paz completa.

Economia: Na maior parte do tempo a economia era baseada na agricultura e na criação de ovelhas e cabras. Somente a partir do reinado de Salomão é que os hebreus desenvolveram mais o comércio. Daí começaram a buscar o individualismo, o lucro. Infelizmente isso resultou na desigualdade social.

Cultura: Os hititas, habitantes da Ásia, os ensinavam a usar o ferro. Os arameus da Síria os influenciaram na língua e na escrita, usando o aramaico.

Mas a religião era a base da cultura. O monoteísmo – crença em um só deus – acabou, fundando o cristianismo e o islamismo. Os hebreus tinham Jeová ou Iavé, como único Deus. Acreditavam que Jeová enviria o messias e que libertaria o povo. Comemoravam a Páscoa, que na verdade representava a saída dos hebreus do Egito (êxodo) além do pentecostes, que era o derramamento do Espírito Santo sobre os cristãos. Guardavam também o sábado, resguardando-se de qualquer atividade.

Na literatura, destaca-se a Bíblia que é dividida por eles em:

Os hebreus nos influenciam muito em sentido religioso e literário, mas foram vagarosos no desenvolvimento científico. Na arquitetura destaca-se o Templo em Jerusalém, dedicado a Jeová, construído por Salomão.

5. PERSAS

Os persas formaram uma importante civilização na antiguidade oriental, ocupando a região da Pérsia (atualmente Irã, Iraque e Turquia). Este povo dedicou-se às atividades comerciais, fazendo do comércio a principal fonte de desenvolvimento econômico.

Política: A política no estado persa era toda dominada e feita pelo imperador (rei), soberano absoluto que mandava e contralova tudo e todos. O rei era considerado uma espécie de deus na Terra, desta forma, o poder era considerado de direito divino.

Ciro, o Grande, foi um dos mais importantes imperadores dos medos e persas. Durante seu reinado (560 a.C - 529 a.C), os persas dominaram e conquistaram vários territórios, quase sempre através de guerras. No ano de 539 a.C, conquistou a Babilônia, ampliando o império persa de Helesponto até as fronteiras da atual Índia.

Outros imperadores persas de destaque: Xerxes I e Dario, o Grande

Religião: A religião persa era dualista (existência do bem e mal) e tinha o nome de Zoroastrismo ou Masdeísmo. Esta religião foi criada em homenagem a Zoroastro ou Zarathustra, o grande profeta e líder espiritual que criou a religião.

C6 – REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

A primeira atividade agrícola ocorreu entre 9000 e 7000 a.C. em certos lugares privilegiados da Síria-Palestina, do sul da Anatólia e do norte da Mesopotâmia. Aconteceu também na Índia (há 8 mil anos), na China (7 mil), na Europa (6.500), na África Tropical (5 mil) e nas Américas (México e Peru) (4.500). Em 3000 a.C., a revolução neolítica já tinha atingido a Península Ibérica e grande parte da Europa.

Os produtos cultivados variavam de região para região, mas geralmente consistiam em cereais (trigo e cevada), o milho, raízes (batata-doce e mandioca) e o arroz, principalmente. O Homem foi aprendendo então a selecionar as melhores plantas para a semeadura e a promover o enxerto de variedades.

Além dos conhecimentos práticos referentes a tipos de solo, plantas adequadas e épocas de cultivo, foram desenvolvidas invenções importantíssimas e práticas como a cerâmica, a foice, o arado, a roda, o barco a vela, a tecelagem e a cerveja.

Descoberta da Agricultura:

A condição de nômade começou a ser abandonada com o desenvolvimento da agricultura: plantar alimentos foi um passo decisivo para o domínio da natureza e para o processo de fixação (sedentarização) dos grupos humanos.

Há cerca de 10 mil anos atrás, durante a Pré-história, no período do neolítico ou período da pedra polida, alguns indivíduos de povos caçadores-coletores notaram que alguns grãos que eram coletados da natureza para a sua alimentação poderiam ser enterrados, isto é, "semeados" a fim de produzir novas plantas iguais às que os originaram.

As pesquisas têm revelado que as primeiras atividades agrícolas ocorreram na região de Jericó, num grande oásis junto ao mar Morto, há cerca de 12 mil anos. Por meio de difusão ou movimentos independentes, supõe-se que o fenômeno tenha se desenvolvido também na Índia (há 8 mil anos), na China (7 mil), na Europa, (6.500), na África tropical (5 mil) e nas Américas (4.500).

Os produtos cultivados variavam de região para região com a natural predominância de espécies nativas, como o trigo, cevada, arroz, milho, batata doce e mandioca. Uma vez iniciada a atividade, o humano foi aprendendo a selecionar as melhores plantas para a semeadura e a promover o enxerto de variedades, de modo a produzir alimentos mais nutritivos do que os selvagens.

Essa prática permitiu o aumento da oferta de alimento dessas pessoas, as plantas começaram a ser cultivadas muito próximas uma das outras. Isso porque elas podiam produzir frutos, que eram facilmente colhidos quando maturassem, o que permitia uma maior produtividade das plantas cultivadas em relação ao seu habitat natural.

Logo, as frequentes e perigosas buscas à procura de alimentos eram evitadas. Com o tempo, foram selecionados entre os grãos selvagens aqueles que possuíam as características que mais interessavam aos primeiros agricultores, tais como tamanho, produtividade, sabor etc.

Domesticação dos animais:

Para além da agricultura, a criação de animais foi outro passo muito importante para a alteração do modo de vida do Homem, pois deu a ele não só a possibilidade de não ter de se deslocar para obter a carne e as peles necessárias à sua alimentação e conforto, mas também o leite e, com a domesticação do boi, uma força para tração. A domesticação deve ter surgido espontaneamente em vários locais, resultado da evolução natural de aproximação e observação dos animais no decurso das caçadas. O primeiro animal domesticado foi o cão, seguindo-se animais para a alimentação, como a cabra, o carneiro, o boi e o cavalo.

C7 – SOCIEDADES ESCRAVISTAS

1. GRÉCIA

A civilização grega surgiu entre os mares Egeu, Jônico e Mediterrâneo, por volta de 2000 AC. Formou-se após a migração de tribos nômades de origem indo-européia, como, por exemplo, aqueus, jônios, eólios e dórios. As pôlis (cidades-estado), forma que caracteriza a vida política dos gregos, surgiram por volta do século VIII a.C. As duas pôlis mais importantes da Grécia foram: Esparta e Atenas.

Por volta dos séculos VII a.C e V a.C. acontecem várias migrações de povos gregos a vários pontos do Mar Mediterrâneo, como consequência do grande crescimento populacional, dos conflitos internos e da necessidade de novos territórios para a prática da agricultura. Na região da Trácia, os gregos fundam colônias, na parte sul da Península Itálica e na região da Ásia Menor (Turquia atual). Os conflitos e desentendimentos entre as colônias da Ásia Menor e o Império Persa ocasionam as famosas Guerras Médicas (492 a.C. a 448 a.C.), onde os gregos saem vitoriosos.

Esparta e Atenas envolvem-se na Guerra do Peloponeso (431 a.C. a 404 a.C.), vencida por Esparta. No ano de 359 a.C., as pôlis gregas são dominadas e controladas pelos Macedônios.

Economia: A economia dos gregos baseava-se no cultivo de oliveiras, trigo e vinhedos. O artesanato grego, com destaque para a cerâmica, teve grande aceitação no Mar Mediterrâneo. As ânforas gregas transportavam vinhos, azeites e perfumes para os quatro cantos da península. Com o comércio marítimo os gregos alcançaram grande desenvolvimento, chegando até mesmo a cunhar moedas de metal. Os escravos, devedores ou prisioneiros de guerras foram utilizados como mão-de-obra na Grécia. Cada cidade-estado tinha sua própria forma político-administrativa, organização social e deuses protetores.

Cultura e religião: Foi na Grécia Antiga, na cidade de Olímpia, que surgiram os Jogos Olímpicos em homenagem aos deuses. Os gregos também desenvolveram uma rica mitologia. Até os dias de hoje a mitologia grega é referência para estudos e livros. A filosofia também atingiu um desenvolvimento surpreendente, principalmente em Atenas, no século V (Período Clássico da Grécia). Platão e Sócrates são os filósofos mais conhecidos deste período.

A dramaturgia grega também pode ser destacada. Quase todas as cidades gregas possuíam anfiteatros, onde os atores apresentavam peças dramáticas ou comédias, usando máscaras. Poesia, a história, artes plásticas e a arquitetura foram muito importantes na cultura grega.

A religião politeísta grega era marcada por uma forte marca humanista. Os deuses possuíam características humanas e de deuses. Os heróis gregos (semideuses) eram os filhos de deuses com mortais. Zeus, deus dos deuses, comandava todos os demais do topo do monte Olimpo. Podemos destacar outros deuses gregos : Atena (deusa das artes), Apolo (deus do Sol), Ártemis (deusa da caça e protetora das cidades), Afrodite (deusa do amor, do sexo e da beleza corporal), Deméter (deusa das colheitas), Hermes (mensageiro dos deuses) entre outros. A mitologia grega também era muito importante na vida desta civilização, pois através dos mitos e lendas os gregos transmitiam mensagens e ensinamentos importantes.

Os gregos costumavam também consultar os deuses no oráculo de Delfos. Acreditavam que neste local sagrado, os deuses ficavam orientando sobre questões importantes da vida cotidiana e desvendando os fatos que poderiam acontecer no futuro.

Na arquitetura, os gregos ergueram palácios, templos e acrópoles de mármore no topo de montanhas. As decisões políticas, principalmente em Atenas, cidade onde surgiu a democracia grega, eram tomadas na Ágora (espaço público de debate político).

2. ROMA

A história de Roma Antiga é fascinante em função da cultura desenvolvida e dos avanços conseguidos por esta civilização. De uma pequena cidade, tornou-se um dos maiores impérios da antiguidade. Dos romanos, herdamos uma série de características culturais. O direito romano, até os dias de hoje está presente na cultura ocidental, assim como o latim, que deu origem a língua portuguesa, francesa, italiana e espanhola.

Origem de Roma: explicação mitológica

Os romanos explicavam a origem de sua cidade através do mito de Rômulo e Remo. Segundo a mitologia romana, os gêmeos foram jogados no rio Tíber, na Itália. Resgatados por uma loba, que os amamentou, foram criados posteriormente por um casal de pastores. Adultos, retornam a cidade natal de Alba Longa e ganham terras para fundar uma nova cidade que seria Roma.

Origens de Roma: explicação histórica e Monarquia Romana (753 a.C a 509 a.C)

De acordo com os historiadores, a fundação de Roma resulta da mistura de três povos que foram habitar a região da Península Itálica: gregos, etruscos e italiotas. Desenvolveram na região uma economia baseada na agricultura e nas atividades pastoris. A sociedade, nesta época, era formada por patrícios (nobres proprietários de terras) e plebeus (comerciantes, artesãos e pequenos proprietários). O sistema político era a monarquia, já que a cidade era governada por um rei de origem patrícia.

A religião neste período era politeísta, adotando deuses semelhantes aos dos gregos, porém com nomes diferentes. Nas artes destacava-se a pintura de afrescos, murais decorativos e esculturas com influências gregas.

República Romana (509 a.C. a 27 a.C)

Durante o período republicano, o senado Romano ganhou grande poder político. Os senadores, de origem patrícia, cuidavam das finanças públicas, da administração e da política externa. As atividades executivas eram exercidas pelos cônsules e pelos tribunos da plebe.

A criação dos tribunos da plebe está ligada às lutas dos plebeus por uma maior participação política e melhores condições de vida.

Em 367 a.C, foi aprovada a Lei Licínia, que garantia a participação dos plebeus no Consulado (dois cônsules eram eleitos: um patrício e um plebeu). Esta lei também acabou com a escravidão por dívidas (válida somente para cidadãos romanos).

Formação e Expansão do Império Romano

Após dominar toda a península itálica, os romanos partiram para as conquistas de outros territórios. Com um exército bem preparado e muitos recursos, venceram os cartagineses, liderados pelo general Aníbal, nas Guerras Púnicas (século III a.C). Esta vitória foi muito importante, pois garantiu a supremacia romana no Mar Mediterrâneo. Os romanos passaram a chamar o Mediterrâneo de Mare Nostrum.

Após dominar Cartago, Roma ampliou suas conquistas, dominando a Grécia, o Egito, a Macedônia, a Gália, a Germânia, a Trácia, a Síria e a Palestina.

Com as conquistas, a vida e a estrutura de Roma passaram por significativas mudanças. O império romano passou a ser muito mais comercial do que agrário. Povos conquistados foram escravizados ou passaram a pagar impostos para o império. As províncias (regiões controladas por Roma) renderam grandes recursos para Roma. A capital do Império Romano enriqueceu e a vida dos romanos mudou.

Principais imperadores romanos : Augusto (27 a.C. - 14 d.C), Tibério (14-37), Calígula (37-41), Nero (54-68), Marco Aurélio (161-180), Comodos (180-192).

Pão e Circo

Com o crescimento urbano vieram também os problemas sociais para Roma. A escravidão gerou muito desemprego na zona rural, pois muitos camponeses perderam seus empregos. Esta massa de desempregados migrou para as cidades romanas em busca de empregos e melhores condições de vida. Receoso de que pudesse acontecer alguma revolta de desempregados, o imperador criou a política do Pão e Circo. Esta consistia em oferecer aos romanos alimentação e diversão. Quase todos os dias ocorriam lutas de gladiadores nos estádios (o mais famoso foi o Coliseu de Roma), onde eram distribuídos alimentos. Desta forma, a população carente acabava esquecendo os problemas da vida, diminuindo as chances de revolta.

Cultura Romana

A cultura romana foi muito influenciada pela cultura grega. Os romanos "copiaram" muitos aspectos da arte, pintura e arquitetura grega.

Os balneários romanos espalharam-se pelas grandes cidades. Eram locais onde os senadores e membros da aristocracia romana iam para discutirem política e ampliar seus relacionamentos pessoais.

A língua romana era o latim, que depois de um tempo espalhou-se pelos quatro cantos do império, dando origem na Idade Média, ao português, francês, italiano e espanhol.

A mitologia romana representava formas de explicação da realidade que os romanos não conseguiam explicar de forma científica. Trata também da origem de seu povo e da cidade que deu origem ao império. Entre os principais mitos romanos, podemos destacar: Rômulo e Remo e O rapto de Proserpina.

Religião Romana

Os romanos eram politeístas, ou seja, acreditavam em vários deuses. A grande parte dos deuses romanos foram retirados do panteão grego, porém os nomes originais foram mudados. Muitos deuses de regiões conquistadas também foram incorporados aos cultos romanos. Os deuses eram antropomórficos, ou seja, possuíam características (qualidades e defeitos) de seres humanos, além de serem representados em forma humana. Além dos deuses principais, os romanos cultuavam também os deuses lares e penates. Estes deuses eram cultuados dentro das casas e protegiam a família.

Principais deuses romanos : Júpiter, Juno, Apolo, Marte, Diana, Vênus, Ceres e Baco.

Crise e decadência do Império Romano

Por volta do século III, o império romano passava por uma enorme crise econômica e política. A corrupção dentro do governo e os gastos com luxo retiraram recursos para o investimento no exército romano. Com o fim das conquistas territoriais, diminuiu o número de escravos, provocando uma queda na produção agrícola. Na mesma proporção, caiu o pagamento de tributos originados das províncias.

Em crise e com o exército enfraquecido, as fronteiras ficavam a cada dia mais desprotegidas. Muitos soldados, sem receber salário, deixavam suas obrigações militares.

Os povos germânicos, tratados como bárbaros pelos romanos, estavam forçando a penetração pelas fronteiras do norte do império. No ano de 395, o imperador Teodósio resolve dividir o império em: Império Romano do Ocidente, com capital em Roma e Império Romano do Oriente (Império Bizantino), com capital em Constantinopla.

Em 476, chega ao fim o Império Romano do Ocidente, após a invasão de diversos povos bárbaros, entre eles, visigodos, vândalos, burgúndios, suevos, saxões, ostrogodos, hunos etc. Era o fim da Antiguidade e início de uma nova época chamada de Idade Média.

Legado Romano:

Muitos aspectos culturais, científicos, artísticos e linguísticos romanos chegaram até os dias de hoje, enriquecendo a cultura ocidental. Podemos destacar como exemplos deste legado: o Direito Romano, técnicas de arquitetura, línguas latinas originárias do Latim (Português, Francês, Espanhol e Italiano), técnicas de artes plásticas, filosofia e literatura.

C8 – A FORMAÇÃO DO FEUDALISMO

A formação do feudalismo, na Europa Ocidental, envolveu uma série de elementos estruturais, de origem romana e germânica, associados aos fatores conjunturais, num longo período, que engloba a crise do Império Romano a partir do século III, a formação dos Reinos Bárbaros e a desagregação do Império Carolíngio no século IX.

A CRISE ROMANA

A partir do século III a crise do Império romano tornou-se intensa e manifestou-se principalmente nas cidades, através das lutas sociais, da retração do comércio e das invasões bárbaras. Esses elementos estimularam um processo de ruralização, envolvendo tanto as elites como a massa plebéia, determinando o desenvolvimento de uma nova estrutura sócio econômica, baseada nas *Villae* e no colonato.

As transformações da estrutura produtiva desenvolveram-se principalmente nos séculos IV e V e ocorreram também mesmo nas regiões onde se fixaram os povos bárbaros, que, de uma forma geral, tenderam a se organizar seguindo a nova tendência do Império, com uma economia rural, aprofundando o processo de fragmentação.

Em meio à crise, as *Villae* tenderam a se transformar no núcleo básico da economia. A grande propriedade rural passou a diversificar a produção de gêneros agrícolas, além da criação de animais e da produção artesanal, deixando de produzir para o mercado, atendendo suas próprias necessidades.

Foi dentro deste contexto que se desenvolveu o colonato, novo sistema de trabalho, que atendia aos interesses dos grandes proprietários rurais ao substituir o trabalho escravo, aos interesses do Estado, que preservava uma fonte de arrecadação tributária e mesmo aos interesses da plebe, que migrando para as áreas rurais, encontrava trabalho.

O Colono:

O colono é o trabalhador rural, colocado agora em uma nova situação. Nas regiões próximas à Roma a origem do colono é o antigo plebeu ou ainda o ex-escravo, enquanto nas áreas mais afastadas é normalmente o homem de origem bárbara, que, ao abandonar o nomadismo e a guerra é fixado à terra

O colono é um homem livre por não ser escravo, porém está preso à terra.

A grande propriedade passou a dividir-se em duas grandes partes, ambas trabalhadas pelo colono; uma utilizada exclusivamente pelo proprietário, a outra dividida entre os colonos. Cada colono tinha a posse de seu lote de terra, não podendo abandoná-lo e nem ser expulso dele, devendo trabalhar na terra do senhor e entregar parte da produção de seu lote.

Dessa maneira percebe-se que a estrutura fundiária desenvolve-se de uma maneira que pode ser considerada como embrionária da economia feudal

As invasões bárbaras:

Os povos "bárbaros", ao ocuparem parte das terras do Império Romano, contribuíram com o processo de ruralização e com a fragmentação do poder, no entanto assimilaram aspectos da organização sócio econômica romana, fazendo com que os membros da tribo se tornassem pequenos proprietários ou rendeiros e, com o passar do tempo, cada vez mais dependentes dos grandes proprietários rurais, antigos líderes tribais.

O colapso do "Mundo Romano" possibilitou o desenvolvimento de diversos reinos de origem bárbara na Europa, destacando-se o Reino dos Francos, formado no final do século V, a partir da união de diversas tribos francas sob a autoridade de Clóvis, iniciador da Dinastia Merovíngia.

A aliança das tribos, assim como a aliança de Clóvis com a Igreja Católica impulsionou o processo de conquistas territoriais, que estendeu-se até o século IX e foi responsável pela consolidação do "beneficium", que transformaria a elite militar em elite agrária.

O "Beneficium" era uma instituição bárbara, a partir da qual o chefe tribal concedia certos benefícios a seus subordinados, em troca de serviços e principalmente de fidelidade. Em um período de crise generalizada, marcada pela retração do comércio, da economia monetária e pela ruralização, a terra tornou-se o bem mais valioso e passou a ser doada pelos reis a seus principais comandantes.

ESCOLA ESTADUAL ARLINDO DE SAMPAIO JORGE- EJA III

PROFESSOR ALBERTO WOLF

HISTÓRIA – UNIDADE III (12 aulas)

C9 – O MUNDO FEUDAL

Introdução

A Idade Média teve início na Europa com as invasões germânicas (bárbaras), no século V, sobre o Império Romano do Ocidente. Essa época estende-se até o século XV, com a retomada comercial e o renascimento urbano. A Idade Média caracteriza-se pela economia ruralizada, enfraquecimento comercial, supremacia da Igreja Católica, sistema de produção feudal e sociedade hierarquizada.

Estrutura Política - Prevaleceram na Idade Média as relações de vassalagem e suserania. O suserano era quem dava um lote de terra ao vassalo, sendo que este último deveria prestar fidelidade e ajuda ao seu suserano. O vassalo oferecia ao senhor, ou suserano, fidelidade e trabalho, em troca de proteção e um lugar no sistema de produção. As redes de vassalagem se estendiam por várias regiões, sendo o rei o suserano mais poderoso.

Todos os poderes jurídico, econômico e político concentravam-se nas mãos dos senhores feudais, donos de lotes de terras (feudos).

Sociedade Medieval - A sociedade era estática (com pouca mobilidade social) e hierarquizada. A nobreza feudal (senhores feudais, cavaleiros, condes, duques, viscondes) era detentora de terras e arrecadava impostos dos camponeses. O clero (membros da Igreja Católica) tinha um grande poder, pois era responsável pela proteção espiritual da sociedade. Era isento de impostos e arrecadava o dízimo. A terceira camada da sociedade era formada pelos servos (camponeses) e pequenos artesãos. Os servos deviam pagar várias taxas e tributos aos senhores feudais, tais como: corvária (trabalho de 3 a 4 dias nas terras do senhor feudal), talha (metade da produção), banalidades (taxas pagas pela utilização do moinho e do forno do senhor feudal).

Economia Medieval - A economia feudal baseava-se principalmente na agricultura. Existiam moedas na Idade Média, porém eram pouco utilizadas. As trocas de produtos e mercadorias eram comuns na economia feudal. O feudo era a base econômica deste período, pois quem tinha a terra possuía mais poder. O artesanato também era praticado na Idade Média. A produção era baixa, pois as técnicas de trabalho agrícola eram extremamente rudimentares. O arado puxado por bois era muito utilizado na agricultura.

Religião na Idade Média - Na Idade Média, a Igreja Católica dominava o cenário religioso. Detentora do poder espiritual, a Igreja influenciava o modo de pensar, a psicologia e as formas de comportamento na Idade Média. A igreja também tinha grande poder econômico, pois possuía terras em grande quantidade e até mesmo servos trabalhando nelas. Os monges viviam em mosteiros e eram responsáveis pela proteção espiritual da sociedade. Passavam grande parte do tempo rezando e copiando livros e a Bíblia.

Educação, cultura e arte medieval - A educação era para poucos, pois só os filhos dos nobres estudavam. Esta era marcada pela influência da Igreja, ensinando o latim, doutrinas religiosas e táticas de guerras. Grande parte da população medieval era analfabeto e não tinha acesso aos livros.

A arte medieval também era fortemente marcada pela religiosidade da época. As pinturas retratavam passagens da Bíblia e ensinamentos religiosos. As pinturas medievais e os vitrais das igrejas eram formas de ensinar à população um pouco mais sobre a religião.

Podemos dizer que, no geral, a cultura medieval foi fortemente influenciada pela religião. Na arquitetura destacou-se a construção de castelos, igrejas e catedrais.

No campo da Filosofia, podemos destacar a escolástica (linha filosófica de base cristã), representada pelo padre dominicano, teólogo e filósofo italiano São Tomás de Aquino.

C10 – AS CRUZADAS

No século XI, dentro do contexto histórico da expansão árabe, os muçulmanos conquistaram a cidade sagrada de Jerusalém. Diante dessa situação, o papa Urbano II convocou a Primeira Cruzada (1096), com o objetivo de expulsar os "infiéis" (árabes) da Terra Santa. Essas batalhas, entre católicos e muçulmanos, duraram cerca de dois séculos, deixando milhares de mortos e um grande rastro de destruição. Ao mesmo tempo em que eram guerras marcadas por diferenças religiosas, também possuíam um forte caráter econômico. Muitos cavaleiros cruzados, ao retornarem para a Europa, saqueavam cidades árabes e vendiam produtos nas estradas, nas chamadas feiras e rotas de comércio. De certa forma, as Cruzadas contribuíram para o renascimento urbano e comercial a partir do século XIII. Após as Cruzadas, o Mar Mediterrâneo foi aberto para os contatos comerciais.

As Guerras Medievais - A guerra na Idade Média era uma das principais formas de obter poder. Os senhores feudais envolviam-se em guerras para aumentar suas terras e o poder. Os cavaleiros formavam a base dos exércitos medievais. Corajosos, leais e equipados com escudos, elmos e espadas, representavam o que havia de mais nobre no período medieval.

Peste Negra ou Peste Bubônica - Em meados do século XIV, uma doença devastou a população europeia. Historiadores calculam que aproximadamente um terço dos habitantes morreu desta doença. A Peste Negra era transmitida através da picada de pulgas de ratos doentes. Estes ratos chegavam à Europa nos porões dos navios vindos do Oriente. Como as cidades medievais não tinham condições higiênicas adequadas, os ratos se espalharam facilmente. Após o contato com a doença, a pessoa tinha poucos dias de vida. Febre, mal-estar e bulbos (bolhas) de sangue e pus espalhavam-se pelo corpo do doente, principalmente nas axilas e virilhas. Como os conhecimentos médicos eram pouco desenvolvidos, a morte era certa. Para complicar ainda mais a situação, muitos atribuíam a doença a fatores comportamentais, ambientais ou religiosos.

Revoltas Campesinas: as Jacqueries - Após a Peste Negra, a população europeia diminuiu muito. Muitos senhores feudais resolveram aumentar os impostos, taxas e obrigações de trabalho dos servos sobreviventes. Muitos tiveram que trabalhar dobrado para compensar o trabalho daqueles que tinham morrido na epidemia. Em muitas regiões da Inglaterra e da França estouraram revoltas campesinas contra o aumento da exploração dos senhores feudais. Combatidas com violência por partes dos nobres, muitas foram sufocadas e outras conseguiram conquistar seus objetivos, diminuindo a exploração e trazendo conquistas para os campesinos.

C11 – A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

No sistema feudal não existia comércio, as relações eram à base de trocas de produtos, e toda produção era destinada ao sustento local.

As relações de trabalho se realizavam entre o senhor feudal, dono da terra que fazia parte da burguesia, e do outro lado o servo ou camponês, que era subordinado ao senhor feudal.

O servo trabalhava na terra do senhor e pagava um “aluguel” pelo seu uso, além de trabalhar três dias por semana de graça para ele.

O servo devia gratidão ao senhor pelo trabalho e proteção, a essa relação de dependência e gratidão dá-se o nome de vassalagem. Nesse período não existia trabalho assalariado, o que resultava numa dependência social entre senhor e servo.

Já o sistema capitalista deixa explícita a função do dono dos meios de produção e do trabalhador que vende sua força de trabalho, outra característica fundamental do capitalismo é a incessante busca pelo aumento da produção, a busca de novos mercados consumidores e a busca de lucros.

Fases do capitalismo - Pré-capitalismo: ocorreu nos séculos XII ao XV, a produção era distribuída através das relações de troca de produtos, o trabalho assalariado não havia estabilizado, o produto era fruto do trabalho e não da venda da força de trabalho. Os artesãos eram donos dos ofícios (técnicas de trabalho), das ferramentas e da matéria-prima.

Capitalismo comercial: ocorreu entre os séculos XVI e XVIII, o artesão possuía autonomia, mas nesse período surgiu uma nova prática comercial. A maior parte do lucro ficava nas mãos dos comerciantes e atravessadores e não nas mãos de quem realmente produzia, essa é conhecida como a fase primitiva da acumulação de capital, e também pode ser considerada como uma fase de “especulação”.

Capitalismo industrial: é caracterizado pela aplicação de capital no setor industrial. O trabalho assalariado se fixa, e então fica nítido a separação de classes, à primeira classe pertencem os donos dos meios de produção e à segunda, o trabalhador, que tem apenas sua força de trabalho.

O capitalismo industrial iniciou em meados do século XVIII na Inglaterra, se espalhou no século XIX por toda Europa, Estados Unidos e Japão e finalizou sua fase de expansão no século XX, alcançando as outras nações.

Capitalismo financeiro: é chamado também de capitalismo monopolista, nesta fase o capitalismo ficou marcado pelo poder do capital, das instituições financeiras. Os grupos e gigantescas multinacionais detinham os rumos do mercado, concentrando nas mãos um grande poder de decisão até mesmo no campo político.

C12 – ABSOLUTISMO

Podemos definir o absolutismo como um sistema político e administrativo que prevaleceu nos países da Europa, na época do Antigo Regime (séculos XVI ao XVIII).

Características - No final da Idade Média (séculos XIV e XV), ocorreu uma forte centralização política nas mãos dos reis. A burguesia comercial ajudou muito neste processo, pois interessava a ela um governo forte e capaz de organizar a sociedade. Portanto, a burguesia forneceu apoio político e financeiro aos reis, que em troca, criaram um sistema administrativo eficiente, unificando moedas e impostos e melhorando a segurança dentro de seus reinos.

Nesta época, o rei concentrava praticamente todos os poderes. Criava leis sem autorização ou aprovação política da sociedade. Criava impostos, taxas e obrigações de acordo com seus interesses econômicos. Agia em assuntos religiosos, chegando, até mesmo, a controlar o clero em algumas regiões.

Todos os luxos e gastos da corte eram mantidos pelos impostos e taxas pagos, principalmente, pela população mais pobre. Esta tinha pouco poder político para exigir ou negociar. Os reis usavam a força e a violência de seus exércitos para reprimir, prender ou até mesmo matar qualquer pessoa que fosse contrária aos interesses ou leis definidas pelos monarcas.

Teóricos do Absolutismo - Muitos filósofos desta época desenvolveram teorias e chegaram até mesmo a escrever livros defendendo o poder dos monarcas europeus. Abaixo alguns exemplos:

Jacques Bossuet: para este filósofo francês o rei era o representante de Deus na Terra. Portanto, todos deveriam obedecê-lo sem contestar suas atitudes.

Nicolau Maquiavel: Escreveu um livro, "O Príncipe", onde defendia o poder dos reis. De acordo com as ideias deste livro, o governante poderia fazer qualquer coisa em seu território para conseguir a ordem. De acordo com o pensador, o rei poderia usar até mesmo a violência para atingir seus objetivos. É deste teórico a famosa frase: "Os fins justificam os meios."

Thomas Hobbes: Este pensador inglês, autor do livro "O Leviatã", defendia a ideia de que o rei salvou a civilização da barbárie e, portanto, através de um contrato social, a população deveria ceder ao Estado todos os poderes.

C13 – MERCANTILISMO

Mercantilismo é o conjunto de práticas e ideias econômicas desenvolvidas na Europa entre o séc. XV e XVIII. O nome mercantilismo foi criado pelo economista Adam Smith em 1776. O mercantilismo tinha por objetivo fortalecer o Estado e enriquecer a burguesia, para isso, era preciso ampliar a economia para dar mais lucro afim de que a população pudesse pagar mais impostos. Nas práticas mercantilistas, quanto maior a quantidade de riquezas dentro de um reino, maior seria seu prestígio, poder e respeito internacional.

Podemos citar como principais características do sistema econômico mercantilista :

Metalismo: o ouro e a prata eram metais que deixavam uma nação muito rica e poderosa, portanto os governantes faziam de tudo para acumular estes metais. Além do comércio externo, que trazia moedas para a economia interna do país, a exploração de territórios conquistados era incentivada neste período. Foi dentro deste contexto histórico, que a Espanha explorou toneladas de ouro das sociedades indígenas da América como, por exemplo, os maias, incas e astecas.

Industrialização: o governo estimulava o desenvolvimento de indústrias em seus territórios. Como o produto industrializado era mais caro do que matérias-primas ou gêneros agrícolas, exportar manufaturados era certeza de bons lucros.

Protecionismo Alfandegário: os reis criavam impostos e taxas para evitar ao máximo a entrada de produtos vindos do exterior. Era uma forma de estimular a indústria nacional e também evitar a saída de moedas para outros países.

Pacto Colonial: as colônias europeias deveriam fazer comércio apenas com suas metrópoles. Era uma garantia de vender caro e comprar barato, obtendo ainda produtos não encontrados na Europa. Dentro deste contexto histórico ocorreu o ciclo econômico do açúcar no Brasil Colonial.

Balança Comercial Favorável: o esforço era para exportar mais do que importar, desta forma entraria mais moedas do que sairia, deixando o país em boa situação financeira.

C14 – RENASCIMENTO

Durante os séculos XV e XVI intensificou-se, na Europa, a produção artística e científica. Esse período ficou conhecido como Renascimento ou Renascença.

O Renascimento foi um importante movimento de ordem artística, cultural e científica que se deflagrou na passagem da Idade Média para a Moderna. Em um quadro de sensíveis transformações que não mais correspondiam ao conjunto de valores apregoados pelo pensamento medieval, o renascimento apresentou um novo conjunto de temas e interesses aos meios científicos e culturais de sua época. Ao contrário do que possa parecer, o renascimento não pode ser visto como uma radical ruptura com o mundo medieval.

Contexto Histórico - As conquistas marítimas e o contato mercantil com a Ásia ampliaram o comércio e a diversificação dos produtos de consumo na Europa a partir do século XV. Com o aumento do comércio, principalmente com o Oriente, muitos comerciantes europeus fizeram riquezas e acumularam fortunas. Com isso, eles dispunham de condições financeiras para investir na produção artística de escultores, pintores, músicos, arquitetos, escritores, etc.

Os governantes europeus e o clero passaram a dar proteção e ajuda financeira aos artistas e intelectuais da época. Essa ajuda, conhecida como mecenato, tinha por objetivo fazer com que esses mecenatas (governantes e burgueses) se tornassem mais populares entre as populações das regiões onde atuavam. Neste período, era muito comum as famílias nobres encomendarem pinturas (retratos) e esculturas junto aos artistas.

Foi na Península Itálica que o comércio mais se desenvolveu neste período, dando origem a uma grande quantidade de locais de produção artística. Cidades como, por exemplo, Veneza, Florença e Gênova tiveram um expressivo movimento artístico e intelectual. Por este motivo, a Itália passou a ser conhecida como o berço do Renascimento.

Características Principais:

- Valorização da cultura greco-romana. Para os artistas da época renascentista, os gregos e romanos possuíam uma visão completa e humana da natureza, ao contrário dos homens medievais;
- As qualidades mais valorizadas no ser humano passaram a ser a inteligência, o conhecimento e o dom artístico;
- Enquanto na Idade Média a vida do homem devia estar centrada em Deus (teocentrismo), nos séculos XV e XVI o homem passa a ser o principal personagem (antropocentrismo);
- A razão e a natureza passam a ser valorizadas com grande intensidade. O homem renascentista, principalmente os cientistas, passam a utilizar métodos experimentais e de observação da natureza e universo.

Durante os séculos XIV e XV, as cidades italianas como, por exemplo, Gênova, Veneza e Florença, passaram a acumular grandes riquezas provenientes do comércio. Estes ricos comerciantes, conhecidos como mecenatas, começaram a investir nas artes, aumentando assim o desenvolvimento artístico e cultural. Por isso, a Itália é conhecida como o berço do Renascimento. Porém, este movimento cultural espalhou-se para outros países europeus como, por exemplo, Inglaterra, Espanha, Portugal, França, Polônia e Países Baixos.

Principais representantes do Renascimento Italiano e suas principais obras:

- GiottodiBondone (1266-1337) - pintor e arquiteto italiano. Um dos precursores do Renascimento. Obras principais: O Beijo de Judas, A Lamentação e Julgamento Final.
- Michelangelo Buonarroti (1475-1564) - destacou-se em arquitetura, pintura e escultura. Obras principais: Davi, Pietá, Moisés, pinturas da Capela Sistina (Juízo Final é a mais conhecida).
- Rafael Sanzio (1483-1520) - pintou várias madonas (representações da Virgem Maria com o menino Jesus).
- Leonardo da Vinci (1452-1519) - pintor, escultor, cientista, engenheiro, físico, escritor, etc. Obras principais: Mona Lisa, Última Ceia.
- Sandro Botticelli - (1445-1510) - pintor italiano, abordou temas mitológicos e religiosos. Obras principais: O nascimento de Vênus e Primavera.
- Tintoretto - (1518-1594) - importante pintor veneziano da fase final do Renascimento. Obras principais: Paraíso e Última Ceia.
- Ticiano - (1488-1576) - o mais importante pintor da Escola de Veneza do Renascimento Italiano. Sua grande obra foi O imperador Carlos V em Muhlberg de 1548.

Renascimento Científico

Na área científica podemos mencionar a importância dos estudos de astronomia do polonês Nicolau Copérnico. Este defendeu a revolucionária idéia do heliocentrismo (teoria que defendia que o Sol estava no centro do sistema solar). Copérnico também estudou os movimentos das estrelas.

Nesta mesma área, o italiano Galileu Galilei desenvolveu instrumentos ópticos, além de construir telescópios para aprimorar o estudo celeste. Este cientista também defendeu a idéia de que a Terra girava em torno do Sol. Este motivo fez com que Galilei fosse perseguido, preso e condenado pela Inquisição da Igreja Católica, que considerava esta idéia como sendo uma heresia. Galileu teve que desmentir suas idéias para fugir da fogueira.

A invenção da prensa móvel, feita pelo inventor alemão Gutenberg em 1439, revolucionou o sistema de produção de livros no século XV. Com este sistema, que substituiu o método manuscrito, os livros passaram a ser feitos de forma mais rápida e barata. A invenção foi de extrema importância para o aumento da circulação de conhecimentos e ideias no Renascimento.

C15 – REFORMA RELIGIOSA

A reforma religiosa foi um movimento ou revolução religiosa onde o poder total da igreja foi questionado, desafiado. Essa situação ocorreu durante o séc. XVI, onde novas religiões cristãs surgiram.

A religião dominante começa a sofrer divisões. Esse aparecimento de novas religiões abalou a supremacia política e espiritual da igreja católica e a autoridade do Papa. Por isso o termo Reforma. Foi uma verdadeira reforma no lado mais importante de uma sociedade: o religioso.

A “reforma”, ou seja, o surgimento de novas religiões, não passou despercebido para a Igreja Católica. A reação católica a reforma foi chamada de CONTRA-REFORMA.

Essas crises marcaram também a passagem do feudalismo para o capitalismo.

Quando o império romano acabou, a igreja assumiu o papel público na educação, justiça e economia. Com todas essas funções seria lógico que nem todos concordariam com a união: estado e igreja.

A reforma, na verdade serviu para ajustar a sociedade ao modelo capitalista. Moldá-la aos novos ideais e valores, além das transformações econômicas da Europa.

Principais motivos da reforma:

Um motivo não foi só novas idéias. Mas a análise da conduta dos representantes da igreja. Muitos destes aproveitavam-se de seus cargos e do conceito popular de que eram intercessores dos homens perante Deus, para abusar dos seus privilégios, enriquecer e entrar na política. Toda essa má conduta serviu para estimular a divisão da religião.

Outro motivo foi na formação das monarquias nacionais, onde a igreja passou a ser encarada como barreira ao progresso econômico. Porque a igreja possuía muitas propriedades em vários países, que na época pagavam tributo a Roma. Mas com a queda de Roma, as monarquias começaram a desenvolver-se e uma consciência nacional começou a surgir, fazendo que o poder do rei ficasse em oposição ao da igreja.

Na economia, as teorias de condenação a usura, ou seja, a cobrança de juros, ia de encontro com a atividade bancária.

Na conduta, houve uma crise moral, que serviu como motivo para a reforma. Já que “eles pregavam, mas eles próprios não praticavam”. Essa corrupção moral atingia a todos os níveis clericais.

Resumindo: a Igreja deu motivos para uma divisão: vida sem regras, luxo do clero, venda de cargos, relíquias sagradas e indulgências (perdão papal pelos pecados).

As heresias eram ideias que eram contrárias a muitos dos ensinamentos da igreja. Além de atrair muitos adeptos que ansiavam por uma melhora.

Os humanistas também passaram a criticar as atitudes da Igreja.

Alguns destes foram: Erasmo de Roterdã, Thomas Morus, John Wyclif e John Huss. Os dois primeiros incentivavam uma reforma interna e depuração das práticas eclesiásticas.

John Wyclif, um professor universitário, atacou o sistema eclesiástico, a opulência do clero e a venda de indulgências. Para ele a base da verdadeira fé era a Bíblia. Além disso, ele pregava o confisco dos bens dos clérigos na Inglaterra e o voto de pobres por parte deles.

John Huss era da universidade de Praga, uniu à reforma religiosa o espírito de independência nacional do Sacro Império. Ele ganhou adeptos, mas ele foi preso, condenado e queimado na fogueira em 1415, pela decisão do concílio de Constança.

Acabou se tornando herói e símbolo da liberdade política e religiosa.

Alemanha - a origem da reforma

A Alemanha era uma região feudal e com comércio ao norte. Mas a igreja era dona de mais de um terço da região. Seus clérigos não tinham um bom comportamento e os nobres tinham interesses em suas terras. Esses fatores foram de importância para o desejo de autonomia em relação a Roma.

Martinho Lutero era Frade agostiniano (1483- 1546) e não concordava com muitas coisas do alto clero, entre elas:

- » o interesse sobre a economia e a riqueza feudal;
- » o péssimo comportamento dos clérigos, que abusavam do seu poder;
- » o afastamento da doutrina, dos textos sagrados;

ele começou a se manifestar na universidade de Wittenberg, Saxônia. Os pontos altos de sua doutrina foram:

- » a salvação pela fé;
- » a bíblia pode ser interpretada livremente;
- » sacramentos importantes: batismo e eucaristia;
- » a única verdade é a Escritura Sagrada;
- » proibição do celibato clerical e o culto de imagens;
- » submissão ao estado;

Claro que com essas idéias Martinho Lutero não passou despercebido. Em 1517, fixou as 95 Teses na porta da igreja .essas teses mostravam suas críticas e a nova doutrina.

Em 1521, Lutero foi excomungado pelo Papa Leão X, por meio de uma Bula papal, onde havia a ameaça de heresia. Mas a resposta de Lutero foi bem prática: queimou a bula em praça pública!

Lutero, mesmo perseguido, teve apoio da nobreza alemã. Que tinha forte interesse político e econômico na reforma. Visto que esta reforma liberaria os bens da igreja ao poder da nobreza.

O luteranismo se expandiu rapidamente. Mesmo em países fortemente católicos, como Espanha e Itália.

Em 1530 , Lutero e o teólogo Filipe Melanchton escreveram a confissão de Augsburgo, base da doutrina luterana. Nesta época, um quarto da Antuérpia era luterana. Quando Carlos V, imperador Alemão, não quis oficializar o luteranismo, os príncipes fizeram uma confederação para protestar contra essa atitude. Por isso o nome *protestantes*, ou seja, os seguidores da nova doutrina cristã. Por volta de 1550, muitos alemães já eram luteranos.

Suíça – era uma região de próspero comércio e livre do Sacro Império.

A reforma protestante foi iniciada com Ulrich Zwinglio (1489-1531). Este era seguidor de Lutero. Suas pregações estimularam a guerra civil entre católicos e reformadores, onde ele próprio morreu. A guerra找到了 com a Paz de Kappel, onde cada região do país tinha autonomia religiosa.

Depois, o francês João Calvino, chega à Suíça. Em 1536, publicou a obra **INSTITUIÇÃO DA RELIGIÃO CRISTÃ**. Ele pede proteção para os huguenotes ao rei Francisco I.

Rapidamente suas pregações se espalharam e ele passou a ter controle sobre a vida política, religiosa e social das pessoas. Colocou uma censura tão rígida quanto à católica.

Sua doutrina baseava-se em:

- » predestinação – o homem sendo dependente da vontade de Deus;
- » sacramentos – o batismo e a eucaristia;
- » condenação ao uso de imagens;

Calvino pregava que a riqueza material através do trabalho era um sinal que a pessoa estava destinada à salvação. Por isso foi tão bem aceita entre os burgueses.

Inglaterra – o rei Henrique VIII que tomou a frente na revolução protestante. Essa tinha caráter político. O rei rompeu com a igreja por motivos pessoais.

Ele queria divorciar-se de Catarina de Aragão para casar-se com Ana Bolena. O motivo da separação: ele queria ter um herdeiro para o trono inglês.

O papa negou a anulação do casamento, porque Catarina era parente de Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Logo o papa não queria ter problemas com Carlos que era seu aliado. Por isso Henrique VIII rompeu com a igreja em 1534. Publicou pelo Parlamento o **ATO DE SUPREMACIA**. Esse documento o fazia chefe da igreja, que logo ficou conhecida como Anglicana. O Papa o excomungou, e ele como rei confiscou os bens da igreja católica na Inglaterra.

Suas reformas só terminaram com Elisabeth I, sua filha com Ana Bolena.

Na verdade, as bases do calvinismo estavam misturadas aos dogmas católicos.

O resultado foi: a independência diante Roma, tendo um monarca como chefe da igreja e a continuidade de certos tipos católicos, como: a hierarquia eclesiástica.

Contra-Reforma

Com a expansão do protestantismo na Europa, a Igreja Católica entrava em crise. Por isso foram necessários meios para frear a expansão reformista.

Assim, o Papa Paulo III, em 1538, junto com um grupo religioso produziram um documento, onde se fazia uma auto-crítica aos interesses materiais da igreja e ao comportamento imoral de muitos clérigos.

Em 1534, A Companhia de Jesusfoi fundada, seu idealizador foi Ignácio de Loyola. Esta ordem religiosa tinha a semelhança de um exército. Por terem uma obediência sem igual aos seus superiores e uma rígida conduta moral, os “soldados de Cristo”, como eram chamados os jesuítas possibilitaram uma reorganização no comportamento clerical.

O CONCÍLIO DE TRENTO

Em 1545, o Papa Paulo III, querendo modificar a igreja, convocou os membros do alto clero para uma assembléia. Onde o objetivo desse concílio era resolver os problemas da fé e eliminar vários atritos que levaram muitos a entrarem nas religiões protestantes.

Algumas das proibições foram:

- » a venda de indulgências;
- » a obrigatoriedade de se estudar em um seminário para se tornar um clérigo;
- » a venda de cargos do alto clero;

Mas também foram reafirmados alguns dogmas:

- » a salvação só pode ser através da fé e boas obras;
- » celibato clerical;
- » indissolubilidade do casamento;
- » infabilidade da Papa;
- » culto a virgem Maria e aos santos
- » manutenção da hierarquia eclesiástica;

Foi neste Concílio que houve a reativação da Inquisição ou o tribunal do Santo ofício, para julgar e punir hereges, ou seja, aqueles que resolvessem questionar ou falar algo diferente dos dogmas católicos.

Para silenciar essas vozes, a inquisição usava do terror. Com isso muitos foram condenados e executados. Também nesta época foi criado o INDEX – uma lista de livros proibidos pela santa Inquisição, isto serviu para atrapalhar o desenvolvimento cultural e científico.

A contra-reforma foi mais atuante em Portugal e Espanha. Com foram estes países que deram início a expansão marítima, a fé católica através dos jesuítas, foi levada as colônias nas Américas Central e Sul, enquanto o protestantismo foi para a América do Norte pelos ingleses.

**EE. ARLINDO DE SAMPAIO JORGE – EJA-III
PROFESSOR ALBERTO WOLF – HISTÓRIA
CONTEÚDO: UNIDADESIV (12 aulas)**

C16 - COLONIZAÇÃO ESPANHOLA NA AMÉRICA

Quando Cristóvão Colombo chegou às Bahamas, em 1492, imaginou que tivesse alcançado a Ásia. Somente no início do século seguinte é que os europeus se deram conta de que tinham chegado a um continente que não constava nos mapas da época: a América.

De qualquer forma, Colombo foi o primeiro europeu a conhecer e explorar o Novo Mundo. Depois dele, vários outros se aventuraram nessas terras remotas. **Hernán Cortés** (conquistador do Império Asteca) e **Francisco Pizarro** (conquistador do Império Inca) são os nomes mais conhecidos de uma série de exploradores que deixaram a Europa em busca de riqueza e poder.

Na Espanha, foi a rainha Isabel de Castela quem incentivou tais viagens, já que o rei, Fernando II de Aragão, tinha seus interesses expansionistas voltados para a Itália.

Desde Colombo, a conquista da América foi um empreendimento de homens que investiam suas riquezas e contavam com a aprovação de Castela. Em troca da posse de novas terras, o reino castelhano garantia títulos de nobreza e rendimentos aos conquistadores bem-sucedidos. Dessa forma, Castela se eximia dos riscos financeiros e materiais, e obtinha o poder expansionista que tais viagens poderiam oferecer. Ao mesmo tempo, os conquistadores, acostumados às guerras e à vida árdua (numa Espanha em que só os nobres tinham direitos), buscavam a possibilidade de ascensão social no Novo Mundo. Parecia uma boa troca.

Mas o Novo Mundo representava também uma nova realidade. A viagem pelo chamado "Mar Oceano" não era fácil; pior ainda era chegar a terras desconhecidas: a fome, as doenças - principalmente o escorbuto e a sífilis -, as intrigas, a saudade de casa, chamada de modorra, uma espécie de depressão profunda, as riquezas que não eram facilmente encontradas ou que ficavam nas mãos de poucos, levavam os espanhóis ao desespero.

Além disso, as novas terras eram habitadas por povos desconhecidos dos europeus que não estavam dispostos a se submeter ao controle espanhol, pois sequer compreendiam o que aqueles homens vindos do mar faziam ali.

Guerra e dominação - A comunicação entre índios e espanhóis era praticamente impossível no início, pois não só as línguas eram estranhas, como o universo cultural de ambos os lados era muito diferente. A solução encontrada pelos conquistadores foi a guerra e a dominação dos índios (nome dado por Colombo aos povos americanos).

A vida das tribos e civilizações indígenas da América foi completamente transformada com a chegada dos conquistadores espanhóis. A superioridade tecnológica dos europeus aterrorizou a todos: o barulho ensurdecedor das armas, o cheiro insuportável da pólvora e os "monstros de quatro patas" (o cavalo, animal desconhecido pelos povos da América) causaram grande alvoroço e pavor.

Junta-se a isso a falta de respeito às tradições locais, a facilidade em mentir sobre seus reais interesses, uma bagagem histórica de guerras, o fanatismo religioso cristão e a intolerância e teremos alguns aspectos que nos ajudam a compreender como poucas centenas de europeus conseguiram vencer e explorar milhares de índios.

Apesar de a rainha Isabel desejar que os indígenas (os "súditos do Novo Mundo") fossem tratados com respeito pelos espanhóis, na prática eles foram levados à condição de semiescravidão. O sistema de *encomienda*, trazido da Espanha para a América, desorganizou toda a vida e produção econômica local: as terras e os grupos indígenas que ali viviam foram repartidos entre os espanhóis.

Escravidão e mortandade - Os índios deveriam trabalhar nas minas e nas plantações, que eram chamadas de *haciendas*, em troca de proteção e da catequização imposta, segundo a crença espanhola, como uma forma de benefício para salvar suas almas.

O trabalho era excessivo e não permitia que os índios pudessem manter as suas roças. A exploração do trabalho, praticada por dominadores intolerantes e sedentos de riqueza, levou os indígenas à exaustão e à fome.

O simples contato com os espanhóis causou uma enorme mortandade, pois os indígenas não tinham imunidade a doenças comuns na Europa da época, que chegaram junto com os conquistadores: a gripe, a varíola, a tuberculose, a peste.

A redução demográfica da população indígena foi tamanha que os europeus tiveram que lançar mão do recurso da "guerra justa", ou seja, a guerra contra rebeldes e inimigos, que eram transformados em escravos. Esse tipo de argumento para a guerra foi ainda mais utilizado quando se descobriu uma particularidade da

cultura ameríndia: os rituais antropofágicos e sacrifícios humanos, considerados crimes horríveis perante a visão católica.

A partir de 1512, a Coroa, "preocupada" com os povos indígenas, pretendeu levar a eles a fé cristã, considerada a única verdadeira, mas também cuidando em não prejudicar os espanhóis que necessitavam de mão de obra. Obrigou então que os conquistadores da América lessem aos povos conquistados o chamado *requerimiento*, um documento que "explicava" em castelhano, língua estranha aos índios, quais seriam as condições da dominação:

"Se assim fizerdes, Sua Majestade vos acolherá com todo o amor e afeto, deixando livres as vossas esposas e filhos para que possais proceder com eles como entenderes (...). Mas se vos recusais, ou se de má-fé tardardes a fazê-lo, com a ajuda de Deus penetrarei em vossas terras e vos submeterei ao jugo da Igreja e a Sua Majestade, e tomarei vossa esposa e vossos filhos para fazer escravos deles (...) E declaro que toda morte e devastação que daí advier terá sido por culpa vossa e não de Sua Majestade, ou minha, ou de meus homens".

Por todas as situações presentes nos movimentos de conquista do continente, podemos entender por que a conquista da América é, ainda hoje, considerada um dos maiores genocídios cometidos na História.

Administração espanhola - Os exploradores que conduziram a conquista pelo continente, enfrentando as mais terríveis dificuldades, colocando suas vidas em risco, receberam o título de *adelantados* ("adiantados", significando homens da fronteira), e gozaram de ampla liberdade de atuação, recebendo muitos privilégios.

A cada cidade fundada, ou dominada, se organizava um *ayuntamiento* (mais tarde chamado de *cabildo*), que seria o que hoje conhecemos por Câmara Municipal: ficava sob o controle dos conquistadores e deveria obedecer às ordens vindas de Castela. Mas cumprir as ordens castelhanas não era nada fácil pois, em razão da grande distância, uma viagem de ida e volta entre o México e Sevilha demorava mais de um ano.

Tal situação criou um vácuo entre o poder central castelhano e os interesses dos conquistadores. Eles tinham de agir de improviso e não podiam esperar por soluções vindas da Espanha para determinados problemas. Essa situação permeou toda a história da colonização nas "Índias de Castela".

Quando se descobriu o que era a América de fato: as ricas terras férteis, o ouro e a prata, os povos a serem explorados, a coroa de Castela buscou aumentar cada vez mais o controle sobre a América, e começou a custear as conquistas e todo um aparato administrativo colonial.

Vera Cruz, no México, um centro importante para a expansão e o controle da América, além de fazer parte da rota que levava os espanhóis para as Filipinas, se tornou uma sede da administração espanhola, fiscalizada de perto por enviados da coroa. Já em 1511, a coroa impôs a fundação de Audiências, em todas as regiões conquistadas. Tal órgão teria a função de fiscalizar os colonos.

Em 1524 foi criado o Conselho das Índias (com sede em Sevilha, na Espanha), que tinha jurisdição completa (civil, militar, financeira, comercial, eclesiástica) sobre as terras americanas, e estava subordinado exclusivamente à coroa espanhola.

Vice-reino da Nova Espanha - Na América foi fundado o primeiro vice-reino em 1535: a partir das terras conquistadas por Hernán Cortés no México indo em direção ao norte (EUA), a região passou a ser o Vice-Reino da Nova Espanha, controlado por um vice-rei escolhido pelo Conselho das Índias, fiel ao rei da Espanha. Em 1543 foi fundado o Vice-Reino do Peru e dessa forma os adelantados tiveram seus poderes anulados e os ayuntamientos passariam a obedecer aos vice-reis escolhidos.

Em meados do século XVI a coroa da Espanha se impunha como a senhora suprema das colônias do Novo Mundo, ou pelo menos era o que parecia.

Os reis e os nobres espanhóis (que nunca colocaram os pés na América), não compreenderam a imensidão e a grande diversidade do continente, e acabaram impondo leis que não correspondiam à realidade, por isso mesmo eram quase sempre descumpridas. Ou então, a enorme riqueza, a distância e a dificuldade de fiscalização gerava uma rede de corrupção infinita e quanto mais a coroa castelhana tentava se impor à administração da América, mais essas redes surgiam.

Fonte: INTERNET, <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/america-colonizacao-espanhola-dos-iadelantados-i-aos-vice-reinos-da-nova-espanha-e-do-peru.htm>.

C17 - A AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA

A América pré-colombiana foi um período histórico da América que ocorreu antes da chegada dos europeus nesse continente.

Os povos que habitavam o continente americano, antes da chegada dos europeus, chamados de ameríndios. Eles apresentavam diversos graus de desenvolvimento cultural e material, que em sentido antropológico, podem ser classificados em três estágios:

Paleolítico: Viviam das caças, agricultura, coleta vegetal e pesca, eram encontrados na Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil.

Neolítico: Viviam da agricultura, e apresentavam uma organização econômica, política e social regular, eram encontrados na América Central, na América do Sul e principalmente em toda da América do Sul.

Civilização: Uma sociedade com alguns aspectos mais avançados, como o modo de produção. São encontrados na Guatemala, Equador, Peru, Bolívia, Nicarágua e México.

As grandes civilizações ameríndias: As civilizações encontradas pelos europeus na chegada a América, foram os Maias, os Astecas e os Incas. Estas civilizações possuíam formas de organização política, econômica, social e religiosa bem avançada.

Politicamente: Eles possuíam um Império Teocrático, onde o imperador possuía um caráter divino.

Religião: seus deuses eram ligados à natureza. Tinha mais destaques o Sol, a Lua e os Animais. Lembrando que devida a isso, a religião era considerada politeísta.

Sociedade: existiam governantes e suas famílias, sacerdotes, e uma elite militar. Lembrando que a sociedade era considerada estamental.

Economia: baseada na agricultura cultivava milho, algodão, batata, feijão e cacau.

Os Maias:

A mais antiga das civilizações pré-colombianas, é a civilização maia, mesmo ao tendo alcançado o nível imperial e urbano dos incas e astecas. Existem dois períodos que se destacam dentro das civilizações maia, que é o Novo Império e o Antigo Império. O Novo Império pega parte setentrional da península de Yucatán. Já o Antigo Império, passa por Honduras e pelo sul do México, lembrando que seu centro se localiza no norte da Guatemala.

Chamada de cultura mesoamericana ou pré-colombiana, a Civilização Maia. Essa civilização começou a edificar suas moradias há mais de 3000 anos.

Construíram as cidades de Tikal, Palenque, Copán e Calakmul, anos mais tarde construíram pirâmides, eram como nômades (viviam de um lugar para o outro), muito de sua cultura vêm de influência de outros lugares, como a Guatemala entre outras. Suas pirâmides serviam como centros religiosos, nessas pirâmides continham três pedras que mostravam quem eram os reis da época, e toda a sua vida e a de sua família, eram encontrados também os chamados hieroglíficos.

Quando chegaram as Américas, por causa de guerras ou queimadas que tinham degradado o solo e por isso não cultivavam mais a agricultura (naquela região), e feito sua economia declinar. Era um povo bastante próspero e criativo porque desenvolveram o primeiro calendário, que eram gravados no alto das pirâmides construídas por eles mesmos. Suas pirâmides eram representadas como calendário, suas escadas de 91 degraus somada pelos 4 lados da pirâmide dava 364 (dias), conheciam muito os astros.

Os maias eram governados por um superior chamado de halchuiinic, esses superiores eram divididos os sacerdotes e chefes.

Os Incas:

Ou os Filhos do Sol como podem ser chamados também, por afirmarem que o sol era o antepassado dos seus governantes. Eles conseguiram dominar um território que passava pela Bolívia, pelo Peru, parte do Chile, norte da Argentina e Equador.

Os Incas fundaram a cidade que era chamada de Cuzco, viveram em certa região chamada de Cordilheira dos Andes que atualmente é a América do Sul. Em 1532 os espanhóis os dominaram. A população Ínca, tinha como integrantes, os nobres (chefes, militares, governantes, juízes e sacerdotes).

O imperador dos Incas era tido como um deus. Os impostos pagos ao rei, através de trabalhos em locais públicos, como a arquitetura. Sua principal fonte de economia e desenvolvimento era a agricultura, como o feijão, o milho e a batata. Seu deus era chamado de Sol, mas não somente cultuavam ao deus Sol, mas também aos animais em que alguns eram considerados sagrados como o Condor e o Jaguar.

Usavam um sistema de contagem que era chamado de quipo, que tinha as cordas coloridas e elas eram usadas para a conta, mesmo com a matemática, os Incas não desenvolveram a escrita.

Os Astecas:

Os astecas, inicialmente localizavam-se no noroeste do México, mais precisamente em Aztlán, de onde se origina a autodenominação asteca.

Eram guerreiros, que atuavam na região que atualmente se localiza no México. Um chefe do exército era quem comandava a sociedade. Também como os Incas trabalhavam em obras, como: estradas, pirâmides e etc.

Com as invasões espanhola.. Em 1519, o império foi todo destruído, e tomaram conta de toda a extensão, fazendo assim com que os Astecas se tornassem seus escravos.

Tinham também como economia a agricultura, como o milho, a pimenta, tomate, o cacau, usavam também a confecção de tecidos, o artesanato. Sua ortografia era através de desenhos e símbolos.

C18 - POVOS INDÍGENAS DAS AMÉRICAS

Milhões de pessoas indígenas viviam na América quando a viagem de Cristovão Colombo de 1492 iniciou o período histórico de contato europeu em larga escala com América. O contato dos europeus com o chamado "Novo Mundo" levou à colonização europeia da América com milhões de emigrantes (livres e forçados) do "Velho Mundo". Enquanto que a população com origem no velho mundo aumentou progressivamente na América após a viagem de Colombo, a população dos povos indígenas teve um colapso. O grau e as causas deste declínio populacional são há muito objeto de controvérsia e de debate. A passagem dos 500 anos da viagem de Colombo, em 1992, voltou a dar atenção aos clamores dos povos indígenas de que foram vítimas de etnocídio (i.e. destruição da sua cultura).

As estimativas de quantas pessoas viviam na América quando Colombo chegou variam muitíssimo; as estimativas de especialistas do século XV variam entre 8,4 milhões e 112,5 milhões de pessoas. Dada a natureza fragmentada dos dados, números precisos da população pré-colombiana são impossíveis de obter e as estimativas são muitas vezes produzidas por extrapolação de dados comparativamente pequenos. Em 1976, o geógrafo William Denevan usou essas variações de estimativas para chegar a uma "contagem consensual" de cerca de 54 milhões de pessoas, apesar de algumas estimativas recentes serem mais baixas que essa. Com base numa estimativa de aproximadamente 50 milhões de pessoas em 1492 (incluindo 25 milhões no Império Asteca e 12 milhões no Império Inca), as estimativas mais baixas dão um total de mortos de 80% até ao fim do século XVI (8 milhões de pessoas em 1650). A América Latina só voltaria a atingir este nível na viragem do século XIX, com 17 milhões em 1800; 30 milhões em 1850; 61 milhões em 1900; 105 milhões em 1930; 218 milhões em 1960; 361 milhões em 1980 e 563 milhões em 2005. Nos últimos 30 anos do século XVI, a população mexicana decresceu fortemente até atingir o nível de 1 milhão em 1600. A população maia é hoje estimada em 6 milhões de pessoas, o que é o mesmo nível de no fim do século XV. É sabido que no Brasil atual a população indígena declinou de um máximo pré-colombiano estimado de 4 milhões para cerca de 300.000 (1997). O historiador David Henigue argumentou que muitas estimativas da população são o resultado da aplicação de fórmulas arbitrárias seletivamente aplicadas a números de fontes históricas não confiáveis, uma deficiência que ele vê como não reconhecida por vários contribuintes para este campo científico. Este acredita que não há provas sólidas suficientes para produzir números de população que tenham algum significado real, e caracteriza a tendência moderna de estimativas elevadas como "sobrenumeração pseudo-científica". Henigue não advoga uma estimativa populacional baixa; em vez disso argumenta que o fato da informação ser rara e não confiável faz com que as estimativas vastas sejam suspeitas e que "sobrecontadores" (como lhes chama) têm sido particularmente flagrantes no seu mau uso de fontes. A pesar de as críticas de Henigue serem dirigidas contra algumas instâncias específicas, outros estudos geralmente reconhecem as dificuldades inerentes a produzir estatísticas confiáveis dada a quase completa falta de quaisquer dados do período em questão.

CONTEÚDO: UNIDADES V (10 aulas)

C19 – ADMINISTRAÇÃO COLONIAL BRASILEIRA

A chegada dos europeus à América representou o início da destruição da maioria das organizações sociais, políticas e culturais aqui existentes. Portadores de uma tecnologia mais avançada, os europeus impuseram um verdadeiro morticínio às populações americanas, tomando suas terras, tornando-as escravas ou submissas e destruindo-as pelas doenças transmitidas aos nativos.

No Brasil, a chegada de Cabral, em 1500, representou uma interrupção na integração entre os diversos grupos culturais e linguísticos existentes, destacando-se os tupis-guaranis, aruaques, macrojês e caraíbas.

No período entre 1500 e 1530, houve um relativo abandono do Brasil, uma vez que os portugueses não encontraram riquezas que substituíssem o comércio das especiarias com o Oriente e, dessa forma, os portugueses enviaram apenas expedições para reconhecer o território e suas potencialidades, assim como para evitar invasões estrangeiras.

As primeiras expedições ao brasil:

1501 - Primeira Expedição Exploradora → Gaspar de Lemos: Verificou a existência de pau-brasil ao longo da costa brasileira.

1503 - Segunda Expedição Exploradora → Gonçalo Coelho: Organizada em função de um contrato assinado entre o rei de Portugal e um grupo de comerciantes de Lisboa, dentre os quais o rico Fernão de Noronha. O contrato permitia aos comerciantes extrair o pau-brasil, mediante o pagamento de tributos à coroa portuguesa e o compromisso de enviar 6 navios anualmente ao Brasil para explorar até 300 léguas do seu litoral; construir feitorias destinadas à proteção do litoral, mantendo-as pelo prazo de 3 anos.

1516 e 1526 - Expedições Guarda-costas → Cristóvão Jacques: Tinham um caráter basicamente militar. Sua missão era aprisionar os navios franceses que contrabandeavam pau-brasil do nosso litoral.

Para assegurar a exploração do pau-brasil, a coroa portuguesa criou a concessão do monopólio a partir de 1503, concedida inicialmente a Fernão de Noronha. Deve-se ressaltar que a extração do pau-brasil era uma atividade predatória e não fixava o colonizador a terra, uma vez que sua exploração era realizada através do escambo (troca realizada com os indígenas por bens sem grande valor para os europeus como pentes e espelhos).

A efetiva colonização do país só foi possível a partir da realização das expedições colonizadoras, em 1531, chefiadas por Martim Afonso de Sousa, à medida que o comércio com o oriente entrava em declínio e aumentava o risco de perder as novas terras com as invasões estrangeiras. Inicialmente, o rei D. João III concedeu poderes a Martim Afonso de Sousa para que este doasse sesmarias, lotes de terras a quem se dispusesse a cultivar.

Em 1534, foi estabelecido o sistema de capitania hereditária, que eram extensas faixas de terras, divididas em 14 capitania entregues a 12 donatários e se estendiam do litoral ao limite de Tordesilhas, podendo o donatário transferi-la por herança.

O Sistema de Capitanias foi regulamentado por 2 documentos: A CARTA DE DOAÇÃO, que transmitia a posse hereditária da capitania e o FORAL, que determinava os direitos e deveres do donatário, relativos à exploração da terra...

O Donatário não era proprietário da Capitania, mas apenas seu administrador.

Direitos e deveres dos donatários:

- Criar vilas e distribuir terras (sesmarias) a quem desejasse cultivá-las;
- Exercer plena autoridade no campo judicial e administrativo, podendo inclusive autorizar a pena de morte;

- Escravizar os índios, obrigando-os a trabalhar na lavoura;
- Enviar índios, como escravos, para Portugal, até o limite de 30 por ano;
- Receber a vigésima parte dos lucros sobre o comércio do pau-brasil;
- Assegurar ao rei 10% dos lucros sobre todos os produtos da terra;
- Assegurar ao rei 1/5 dos lucros sobre os matais e pedras preciosas que fossem encontrados;
- Assegurar ao rei o monopólio da exploração do pau-brasil;

As despesas necessárias à obra colonizadora ficavam todas por conta dos donatários.

O Sistema de Capitanias não atingiu, economicamente falando, o sucesso esperado. Apenas as capitania de Pernambuco, pertencente a Duarte Coelho e São Vicente, que pertencia a Martim Afonso de Sousa conseguiram prosperidade, com o plantio da cana-de-açúcar. As demais fracassaram.

FATORES QUE LEVARAM AO FRACASSO DO SISTEMA DE CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

- Falta de dinheiro dos donatários;
- Falta de pessoas para trabalhar na lavoura;
- Os constantes ataques das tribos indígenas e de corsários;
- As dificuldades de comunicação entre as capitanias e Portugal;
- Pouca participação dos donatários sobre os lucros obtidos da terra;
- Nem todas as terras eram adequadas à lavoura da cana-de-açúcar.

GOVERNO-GERAL

Politicamente, porém, o sistema de capitanias cumpriu o seu papel. Lançou os fundamentos iniciais da colonização portuguesa no Brasil, preservando a posse das terras e revelando as possibilidades de exploração.

Após o fracasso das capitanias hereditárias, Portugal criou o Sistema de Governo-Geral, que visava complementar o sistema de capitanias, centralizarem a administração e coordenar a defesa do território contra ataques estrangeiros e efetivar a colonização. O documento que estabelecia a criação do governo-geral no Brasil foi assinado no dia 17 de dezembro de 1548 e continha entre outras disposições, normas tais como:

- O comando e a defesa militar da Colônia ficavam a cargo do governador-geral;
- Os donatários perderiam os seus poderes judiciais, que passariam a ser exercidos pelo governador-geral;
- Estava proibida, de modo geral, a escravidão do índio;
- O governador-geral teria três auxiliares: o ouvidor-mor (justiça); o provedor-mor (fazenda); e o capitão-mor (defesa do litoral).

No Brasil destacaram-se três governadores-gerais: Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá.

TOMÉ DE SOUSA (1549-1553): Fundou Salvador, sede do governo; trouxe os primeiros jesuítas, dentre eles Manuel da Nóbrega, que objetivavam catequizar os indígenas, aldeá-los e impor a cultura européia; trouxe órfãos e prostitutas. Principais realizações de seu governo: incentivos à lavoura da cana-de-açúcar; início da criação de gado; organização de expedições que saíam pelas matas à procura de metais preciosos; visita a várias capitanias para o encaminhamento de soluções administrativas que estavam ao seu alcance.

DUARTE DA COSTA (1553-1558): Trouxe mais jesuítas para o Brasil, dentre os quais o padre José de Anchieta; enfrentou atritos entre colonos e indígenas (Confederação dos Tamoios) e a invasão dos franceses ao Rio de Janeiro (França Antártica); fundação do Colégio de São Paulo, em 25/01/1554, pelos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega.

MEM DE SÁ (1558-1572): Expulsou os franceses do Rio de Janeiro, em 1567, com a ajuda do seu sobrinho Estácio de Sá, através da união com os índios tamoios; reconquista do bom relacionamento entre a Igreja e o governo; encaminhou a solução do problema de escassez de mão-de-obra para a agricultura, por meio da importação de escravos negros.

Finalmente, deve-se ressaltar que a montagem do Sistema Colonial no Brasil desenvolveu-se em bases mercantilistas, com a implantação do comércio exclusivo em bases mercantilistas, com a implantação do comércio exclusivo com a metrópole, baseado na monocultura de cana-de-açúcar, latifúndio, trabalho escravo (indígena e africano) e uma sociedade patriarcal, onde era formada pelo senhor-de-engenho e seus agregados.

Em 1580, devido a problemas de sucessão dinástica, Portugal passou a ser governado pelo rei da Espanha, Filipe II (União Ibérica). Por consequência, o Brasil tornou-se parte do vasto reino espanhol. O domínio espanhol durou até 1640, quando D. João IV subiu ao trono português, inaugurando a dinastia de Bragança.

Séc. XVI → 1500 a 1530 - Pré-colonização;

1501 a 1526 → Expedições;

1531 → Colonização efetivada com Martim Afonso de Souza;

1534 → Sistemas de capitanias hereditárias;

1548 → Governo Geral no Brasil Colônia.

C20 - A CONTRIBUIÇÃO DO NEGRO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O processo da colonização brasileira traz consigo traços culturais diferentes trazidos pelos europeus, índios e africanos, os quais contribuíram nos aspectos econômicos, sociais e políticos para a formação da identidade nacional. O negro começou a ser introduzido no Brasil no final do século XVI, com o objetivo de substituir a mão-de-obra indígena, passando a fazer parte como o principal construtor da grandeza econômica da colônia e um dos principais formadores da nossa sociedade. Falar sobre a contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira é falar daqueles que plantaram cana-de-açúcar, garimparam o ouro, construíram casas, casarões, igrejas, fortés, sobrados, cidades inteiras, num mundo feito para brancos, os quais os viam apenas como animais ou objetos, ferramentas sem nome, sem memória, sem história e sem mérito algum pelo que realizaram na construção do país e da sociedade, que cada vez, mas os influenciava pela cultura, religião e até mesmo pela intensa mestiçagem, tanto com o branco como com o índio. O negro em geral não era tido como gente, e por isso não existia em termos de ter identidade, cultura e história. O negro, que outrora na África era príncipe ou rei de uma grande tribo, agora tinha seu nome, sua crença, sua dignidade e sua história apagada pelo europeu que o levou ao cativeiro.

O negro na África: O negro não veio de um continente desorganizado, sem cultura, sem tradição e sem passado. Essa visão distorcida da África era do europeu, ignorante de uma realidade diferente da sua. Para o europeu, o negro era um ser inferior e que só servia como escravo. A África tinha impérios e reinos, além de diversas confederações tribais e cidades-pousadas com seus ricos mercados no caminho do ouro, das especiarias e do marfim. Seus mercados eram ricos em variedades de coisas como o sal e até escravos (como os europeus também). Em toda a África havia povos guerreiros, pescadores, caçadores, pastores, comerciantes e agricultores, ou seja, não era um continente desorganizado como afirmava o europeu. A religiosidade africana é diversificada (animismo, islamismo, cristianismo, etc.), assim como os idiomas e etnias. Havia rivalidades entre diversos povos e etnias africanos, assim como havia também entre os europeus. Quem capturava os negros na África eram em sua maioria os próprios negros, inimigos de reinos e tribos rivais, em troca de mercadorias dos traficantes (armas, pólvora, fumo, cachaça, cavalos, etc.). Isso nem nada difere dos brancos, os quais também escravizaram e comercializaram brancos, na antiga Grécia e Roma).

A vinda para o Brasil: Geralmente, os negros condenados a serem escravos eram os capturados através de guerras (de etnias inimigas) ou caçadas, os quais eram trocados por aguardente e tabaco. Os maltratos se iniciavam já no navio negreiro ou tumbeiro, onde os escravos vinham aglutinados e presos uns aos outros nos porões. Ali mesmo faziam suas necessidades e quase não se alimentavam. Tais condições precárias de higiene e alimentação geravam doenças e mortes. Em torno de trinta e cinco dias durava a viagem de Angola a Pernambuco, quarenta até a Bahia, e cinquenta até o Rio de Janeiro. A mortalidade era alta a bordo (em torno de 20% dos escravos morriam durante essa longa viagem). A viagem nesses navios era certeza de morte para boa parte dos escravizados, mantidos amontoados como animais ou objetos, acorrentados. Os que adoeciam eram muitas vezes jogados no mar para que não dessem trabalho ou contaminassem os demais.

O negro como mercadoria: O tráfico negreiro tornou-se um grande negócio, algo extremamente lucrativo, o que fazia com que os comerciantes portugueses não parassem seus navios para os devidos reparos, e tornou-se comum navios com problemas de calafetagem, imundície, mastros desgastados e outros problemas, alguns dos quais poderiam resultar em naufrágio. Tudo em nome do lucro a qualquer custo. Os navios eram bem equipados para o transporte, mas os traficantes, em busca de mais lucros, chegavam a aumentar a quantidade de escravos em prejuízo da quantidade de alimentos e até de água a bordo, pondo em risco a segurança de todos. Os negros viajavam empilhados sem espaço até mesmo para suas necessidades naturais. Os navios brasileiros eram menores do que os holandeses, mas carregavam mais negros: enquanto um holandês transportava 300 negros em uma caravela, um brasileiro podia chegar a transportar 500. Nessas condições, a taxa de mortalidade era elevada chegando a 57% o número de mortos em uma viagem. Quando os escravos chegavam ao Brasil, passavam pelo período de engorda para melhorar a aparência e obter melhor preço no mercado, já que chegavam magros e debilitados. Existiam duas formas de venda dos escravos: uma era a venda privada e a outra eram leilões públicos. Os leilões que geralmente aconteciam nos portos, eram feitos com escravos recém-chegados, quinze dias após o desembarque. Começava-se com os mais difíceis de vender (doentes, com problemas de dentição, ferimentos, etc.), finalizando com os mais saudáveis.

Onegro, mão-de obra essencial: Para o Brasil a importação de africanos fez-se atendendo-se a diversas necessidades e interesses, incluindo a falta de mulheres brancas, o serviço doméstico e até as necessidades de técnicos em trabalhos de metal, durante o ciclo da mineração. O Nordeste e o Sudeste da colônia fundaram sua riqueza sobre a produção maciça de alguns artigos primários de exportação, dentre as quais a cana-de-açúcar, que foi por muito tempo o produto rei, sobretudo nas áreas litorâneas. O negro foi o responsável pelo desenvolvimento do Brasil colonial. A terra de um engenho não valia grande coisa sem a presença da mão de obra negra necessária para todo o processo produtivo do açúcar. Durante o ciclo da mineração, o escravo

também era a peça fundamental para a produção do ouro. No sul do país, a produção das charqueadas também foi baseada na mão de obra escrava. Escravos dos campos, das minas e dos sertões viverão de maneiras diferentes suas relações com a sociedade que os obriga ao trabalho forçado.

Origens e resistência: Como povo escravizado, o negro jamais deixou de lutar tanto para libertar-se da escravidão como para manter sua identidade cultural, que significou uma luta diária pela manutenção de seus valores culturais reelaborando-os para não perder tudo.

Os povos africanos trazidos para o Brasil são originários de diversas regiões da África:

-África Ocidental - Yorubás (Nagô, Ketu, Egbá), Jejes (Ewê, Fon), Fanti-Ashanti (conhecidos como Mina), povos islamizados (Peuhls, Mandingas e Haussás);

-África Central - Bantos: Bakongo, Mbundo, Ovimbundo, Bawoyo, Wili (conhecidos como Angolas, Congos, Benguelas, Cabindas e Loangos);

-Sudeste da África Oriental - Tongas e Changanas entre outros (conhecidos como Moçambique).

Estes povos trouxeram consigo seus costumes, crenças, línguas (hoje de uso litúrgico como o yorubá, o bakongo e o kimbundo), léxicos incorporados no nosso falar (línguas bantos), danças, ritmos, instrumentos musicais, culinária bem como seus deuses e seus ritos de culto. Mesmo dispersos no território brasileiro e, por vezes misturados para não se rebelarem (fazendo jus ao ditado "dividir para reinar"), retiveram uma parte de sua cultura para conservar sua identidade de grupo dominado. Por vezes, esta identidade constituiu um fator importante para resistir à escravidão. É o exemplo dos quilombos que existiram no Brasil-colônia dos quais o mais célebre foi o Palmares comandado por Zumbi. O Quilombo era uma instituição política dos guerreiros jagas ou yagas da Angola, termo que designava tanto a casa sagrada onde se realizavam as cerimônias de iniciação, como o campo de guerra e mais tarde o acampamento de escravos fugidos.

Nem a submetidos, nem os castigos físicos, eram suficientes para garantir a obediência dos escravos. Com alguma frequência, os castigos considerados excessivos podiam resultar em atos de vingança por parte dos escravos, resultando na morte do feitor, do senhor ou de seus familiares. Os escravos reagiam de diferentes maneiras diante da opressão do sistema escravista. Da mesma forma que promoviam fugas e revoltas, aproveitavam a existência de pequenos espaços para a negociação. Espaços que eles próprios conquistaram ao mostrarem aos senhores a necessidade de terem certa autonomia para o bom funcionamento do sistema escravista. Um destes espaços foi a criação de irmandades católicas de negros. As irmandades eram espaços permitidos dentro da legalidade nos quais o escravo podia manifestar-se, fora de suas relações de trabalho. Eram, assim, os únicos canais possíveis de organização dos escravos dentro do sistema colonial. Desempenhavam também a função de auxílio, em caso de doença e/ou morte, e proteção aos seus membros. Em certo sentido, era através da religião católica que o escravo encontrava algum lenitivo para sua situação. Tudo indica que a permissão para a criação das irmandades de negros tenha sido dada com o intuito de obter melhores resultados na cristianização dos escravos, já que, para muitos senhores, as manifestações de alegria de fundo religioso serviam para tentar evitar as rebeliões, fugas e violência. Ainda hoje subsiste uma visão bastante equivocada de como era exercido o domínio senhorial. Frequentemente, quando se fala em escravos tem-se em mente a imagem de uma pessoa de cor negra acorrentada a um tronco. Entretanto, as pesquisas têm mostrado que não eram raras as ocorrências de escravos que saíam à noite e aos domingos, voltando ao trabalho no dia seguinte. Era comum que negros desempenhassem funções que necessitavam de uma maior liberdade de ir e vir, como os escravizados que trabalhavam no transporte e venda de alimentos ou que trabalhavam embarcados. Isso sem falar em uma modalidade de exploração do trabalho escravo que consistia no aluguel do escravizado para terceiros, para os quais desempenhavam diversas atividades. Estes escravos eram chamados de "negros de ganho" e eram bastante comuns em ambientes urbanos. Os "negros de ganho" trabalhavam para seus senhores como vendedores, comercializando hortaliças, comidas prontas, peixes, fazendas e outros gêneros. Isso permitiu que muitos escravos conseguissem juntar certa renda para comprar sua carta de alforria.

A cultura: A contribuição negra vai além da povoação e da prosperidade econômica através do seu trabalho. Vindos de diversas partes da África, os negros trouxeram suas matrizes culturais e transformaram não apenas sua religião, mas todas as suas raízes em uma cultura de resistência social. A influência na língua portuguesa veio principalmente do iorubá, notada principalmente no vocabulário. (palavras como caçula, cafuné, moleque, maxixe e samba, entre centenas de outros vocábulos). O negro deu seu ritmo à música brasileira. Por isso se diz que a música popular brasileira nasceu na África. A raiz negra está em tudo: no samba, no pagode, no afoxé, no carimbó, maxixe, coco, maracatu, baião, forró, embolada, etc. Além dos ritmos, os africanos trouxeram também instrumentos, como o berimbau, agogô, maracá, alfaia, atabaques, etc. Nos esportes, o negro criou a capoeira, considerada desde 2008 como Patrimônio Cultural do Brasil e um dos poucos esportes genuinamente brasileiros.

A religiosidade: As diversas etnias africanas possuíam crenças diversas que se modificaram no espaço colonial. De forma geral, o contato entre nações africanas diferentes empreendeu a troca e a difusão de um grande número de divindades. A Igreja Católica se colocava em um delicado dilema ao representar a religião oficial do espaço colonial. Em algumas situações, os clérigos e os próprios donos de escravos tentavam reprimir as manifestações religiosas. Em outras situações, preferiam fazer vista grossa aos cantos, batuques, danças e rezas ocorridas nas senzalas. Do ponto de vista da elite colonial, a liberação das crenças religiosas africanas era positiva, pois alimentava antigas rivalidades contra outras etnias também aprisionadas, o que, em tese, dificultaria a ideia e a organização de fugas, revoltas e a formação de quilombos e levantes nas fazendas. Aparentemente, a participação dos negros nos rituais católicos poderia representar o ato de conversão; Contudo, muitos escravos, mesmo se reconhecendo católicos, não abandonaram a fé em sua religiosidade africana. Ao longo do tempo, a coexistência das credices abriu campo para que novas experiências religiosas – dotadas de elementos africanos, cristãos e indígenas – fossem estruturadas no Brasil. Aos poucos nascem e se desenvolvem estruturas religiosas novas, mesclada de elementos africanos e europeus. Alguns senhores permitiram que os negros dançassem e cantassem aos sábados, domingos ou dias de festas. Já nas cidades, os batuques eram proibidos. Temia-se que os agrupamentos de escravos degenerassem em movimentos subversivos. As únicas festas autorizadas eram as de cunho cristão: a de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos pretos, as congadas e outras do mesmo gênero.

EE. ARLINDO DE SAMPAIO JORGE – EJA-III

PROFESSOR **Alberto Wolf** – HISTÓRIA

CONTEÚDO: UNIDADE VI (12 aulas)

C21-A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO

O capitalismo apresentou grande dinamismo ao longo de sua história e foi se transformando à medida que os desafios à sua expansão foram surgindo. Com o tempo, sobrepôs outros sistemas de produção, até se tornar hegemônico. Considerando seu processo de desenvolvimento, costuma-se dividir o capitalismo em quatro fases: comercial, industrial, financeiro e informacional.

Capitalismo Comercial-A primeira etapa do capitalismo estendeu-se do fim do século XV até o século XVIII e foi marcada pela expansão marítima das potências econômicas da Europa Ocidental na época (Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda). Nessa época as trocas comerciais proporcionaram grandes acumulo de capitais, por isso a primeira etapa desse novo sistema econômico é chamada de capitalismo comercial. A economia nesse período funcionava de acordo com a doutrina mercantilista. O mercantilismo defendia a intervenção do Estado na economia e o protecionismo. Seus objetivos principais era fortalecer o Estado e aumentar a riqueza nacional via acumulo de metais preciosos e obtenção de superávits na balança comercial. Durante a fase mercantilista do capitalismo a exploração das colônias proporcionou grande acumulo de capitais nos países europeus. Esse acúmulo inicial de capitais foi fundamental para a eclosão da Revolução Industrial e o inicio de uma nova fase capitalista.

Capitalismo Industrial-Predominante entre os séculos XVIII e XIX, esta etapa do capitalismo é marcada pela Revolução Industrial que provocou profunda transformação na produção de mercadorias com a introdução do uso de máquinas, possibilitando, dessa forma, o aumento da produção de mercadorias em série gerando a frequente necessidade da ampliação do mercado consumidor em escala mundial. Esse período também foi marcado por uma crescente circulação de pessoas e mercadorias graças à expansão das redes de transportes e comunicações. A partir desse momento, o comércio não era mais a essência do sistema. Nessa nova fase, o lucro provinha principalmente da produção de mercadorias realizada por trabalhadores assalariados. Ao contrário do período mercantilista, nessa nova etapa era conveniente para os capitalistas que a economia funcionasse segundo a lógica do mercado. Dessa forma consolidou-se a teoria liberal que defendia o direito a propriedade, a livre iniciativa e concorrência e principalmente defendia a não intervenção do Estado na economia que deveria ser regulada pela oferta e pela procura do mercado.

Capitalismo Financeiro-Uma das características mais importantes do crescimento acelerado da economia no final do século XIX foi à formação de grandes empresas industriais e comerciais, além do crescimento acelerado de bancos e empresas financeiras. A concorrência acirrada favoreceu as grandes empresas, levando a fusão e incorporações que resultaram na formação de monopólios e oligopólios em vários setores da economia. Com o crescente aumento da produção e industrialização expandindo-se para outros países acirrou-se a concorrência. Era cada vez maior a necessidade de garantir novos mercados consumidores, acesso a fontes de energia, matérias-primas e novas áreas de investimentos. Foi nesse contexto do capitalismo que ocorreu a expansão imperialista. A partilha imperialista estabelecida pelas potências industriais consolidou a divisão internacional do trabalho, pela qual as colônias eram fornecedoras de matérias-primas baratas para os países industrializados. Esse modelo consolidou a subordinação dos países às potências imperialistas. Também nesse período, os bancos assumiram um papel mais importante como financiadores da produção. Bancos incorporaram indústrias, que por sua vez criavam bancos para lhes dar suporte financeiro. Por esse motivo tornou-se cada vez mais difícil distinguir o capital industrial do capital bancário, dando origem ao termo capital financeiro.

No capitalismo financeiro o mercado passou a ser dominado pelas grandes corporações, portanto, o liberalismo permanecia muito mais como ideologia capitalista, pois na prática, a livre concorrência, característica da fase anterior, ficou bastante limitada. O Estado, por sua vez passou a intervir na economia, sobretudo como agente planejador, coordenador, como também produtor. Essa atuação do Estado intensificou-se, principalmente após a crise mundial de 1929. Esse pensamento econômico denominado de keynesianismo (John M. Keynes) defendia a intervenção do Estado na economia para evitar as crises de superprodução. Propunha o aumento dos gastos públicos para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos. **Capitalismo Informacional**-Com o início da Terceira Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Técnico-Científica ou Revolução Informacional, o capitalismo atingiu a sua fase informacional. Essa nova etapa começou a se gestar pós-Segunda Guerra, mas se desenvolveu, sobretudo a partir dos anos 1980, quando

gradativamente, disseminaram-se nas empresas o uso de robôs, computadores, satélites, telefones digitais, internet, etc.; ou seja, avanços tecnológicos responsáveis pelo aumento da produtividade econômica e pela aceleração dos fluxos de capitais, mercadorias, informações e pessoas. Nessa etapa capitalista os avanços tecnológicos potencializaram a produção industrial e o sistema financeiro. Além disso, os avanços tecnológicos permitiram que os fluxos financeiros ocorressem sem a necessidade física do dinheiro, possibilitando um enorme crescimento do setor financeiro globalizado. Entretanto, a característica fundamental dessa etapa do desenvolvimento capitalista é a crescente importância do conhecimento. Os produtos e serviços tem um conjunto cada vez maior de conhecimentos agregados. A fabricação de uma televisão ou um automóvel, por exemplo, envolve uma série de conhecimentos específicos, além dos materiais e da mão-de-obra, esta vez, tendo a ser cada vez mais qualificada. Produtos e serviços, portanto, tem uma nova característica: seu crescente teor informacional.

O capitalismo informacional - está alinhado à teoria econômica neoliberal, que busca aplicar os conceitos clássicos do liberalismo no capitalismo atual. Porém, os neoliberais não acreditam na regulação espontânea do sistema, por isso, para disciplinar a economia de mercado aceitam uma pequena intervenção do Estado para assegurar a estabilidade monetária e a livre concorrência. Também defendem a abertura econômica, financeira e a privatização de estatais. Com a aceleração atual, o capitalismo atingiu seu estágio planetário, a atual fase da globalização. Desenvolve-se num mundo cada vez mais integrado por modernos meios de transportes e telecomunicações. Por isso, podemos dizer que vivemos em um capitalismo informacional global. Entretanto, a globalização e seus fluxos abarcam o espaço geográfico mundial de forma bastante desigual, pois alguns países e regiões estão mais integrados que outras e os “comandantes” desse processo estão concentrados em poucos lugares. (Adaptado de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira. Geografia geral e do Brasil. V. 2, p.12-27).

C22-ILUMINISMO

Definição: Movimento filosófico, a partir do século XVIII, que se caracterizava pela confiança no progresso e na razão, pelo desafio à tradição e à autoridade e pelo incentivo à liberdade de pensamento.

O Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas) e pregava maior liberdade econômica e política.

Este movimento promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais, baseadas nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

O Iluminismo tinha o apoio da burguesia, pois os pensadores e os burgueses tinham interesses comuns.

As críticas do movimento ao Antigo Regime eram em vários aspectos como:

- Mercantilismo.

- Absolutismo monárquico.

- Poder da igreja e as verdades reveladas pela fé.

Com base nos três pontos acima, podemos afirmar que o Iluminismo defendia:

- A liberdade econômica, ou seja, sem a intervenção do estado na economia.

- O Antropocentrismo, ou seja, o avanço da ciência e da razão.

- O predomínio da burguesia e seus ideais.

As ideias liberais do Iluminismo se disseminaram rapidamente pela população. Alguns reis absolutistas, com medo de perder o governo - ou mesmo a cabeça -, passaram a aceitar algumas ideias iluministas.

Estes reis eram denominados Déspotas Esclarecidos, pois tentavam conciliar o jeito de governar absolutista com as ideias de progresso iluministas.

Alguns representantes do despotismo esclarecido foram: Frederico II, da Prússia; Catarina II, da Rússia; e Marquês de Pombal, de Portugal.

Alguns pensadores ficaram famosos e tiveram destaque por suas obras e ideias neste período. São eles:

John Locke - Considerado o “pai do Iluminismo”. Sua principal obra foi “Ensaio sobre o entendimento humano”, onde Locke defende a razão afirmado que a nossa mente é como uma tábua rasa sem nenhuma ideia. Defendeu a liberdade dos cidadãos e Condenou o absolutismo.

Voltaire - fez críticas feitas ao clero católico, à inflexibilidade religiosa e à prepotência dos poderosos.

Montesquieu - defendeu a tripartição de poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. No entanto, não era a favor de um governo burguês. Sua simpatia política inclinava-se para uma monarquia moderada.

Jean-Jacques Rousseau - é autor da obra “O contrato social”, na qual afirma que o soberano deveria dirigir o Estado conforme a vontade do povo. Apenas um Estado com bases democráticas teria condições de oferecer igualdade jurídica a todos os cidadãos. Rousseau destacou-se também como defensor da pequena burguesia.

François Quesnay- foi o representante oficial da fisiocracia. Os fisiocratas pregavam um capitalismo agrário sem a interferência do Estado.

Adam Smith- foi o principal representante de um conjunto de ideias denominado liberalismo econômico, o qual é composto pelo seguinte:

- o Estado é legitimamente poderoso se for rico;
- para enriquecer, o Estado necessita expandir as atividades econômicas capitalistas;
- para expandir as atividades capitalistas, o Estado deve dar liberdade econômica e política para os grupos particulares.

A principal obra de Smith foi “A riqueza das nações”, na qual ele defende que a economia deveria ser conduzida pelo livre jogo da oferta e da procura.

Frases de Voltaire:

- "É difícil libertar os tolos das amarras que eles veneram".
- "A leitura engrandece a alma".
- "Todo aquele que desconfia, convida os outros a traí-lo."
- "O valor dos grandes homens mede-se pela importância dos serviços prestados à humanidade."
- "Encontra-se oportunidade para fazer o mal cem vezes por dia e para fazer o bem uma vez por ano."
- "Que Deus me proteja dos meus amigos. Dos inimigos, cuido eu."
- "O preconceito é uma opinião não submetida a razão."
- "Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizer-las".

C23 – REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

As máquinas foram inventadas, com o propósito de poupar o tempo do trabalho humano. Uma delas era a máquina a vapor que foi construída na Inglaterra durante o século XVIII. Graças a essas máquinas, a produção de mercadorias ficou maior e os lucros também cresceram. Vários empresários; então, começaram a investir nas indústrias.

Com tanto avanço, as fábricas começaram a se espalhar pela Inglaterra trazendo várias mudanças. Esse período é chamado pelos historiadores de Revolução Industrial e ela começou na Inglaterra.

A burguesia inglesa ampliou seus negócios de várias maneiras: •financiando ataques piratas (corsários), traficando escravos, emprestando dinheiro a juros, pagando baixos salários aos artesãos que trabalhavam nas manufaturas, vencendo guerras, comércio, impondo tratados a países mais fracos.

Quando se existe comércio, existe concorrência e para acabar com ela, era preciso baixar os preços. Logo, a burguesia inglesa começou a aperfeiçoar suas máquinas e a investir nas indústrias.

Vários camponeses foram trabalhar nas fábricas e formaram uma nova classe social: o proletariado.

O desenvolvimento industrial arruinou os artesãos, pois os produtos eram confeccionados com mais rapidez nas fábricas. A valorização da ciência, a liberdade individual e a crença no progresso incentivaram o homem a inventar máquinas.

O governo inglês dava muita importância à educação e aos estudos científicos e isso também favoreceu as descobertas tecnológicas.

Graças à Marinha Inglesa (que era a maior do mundo e estava em quase todos os continentes) a Inglaterra podia vender seus produtos em quase todos os lugares do planeta.

No século XIX a Revolução Industrial chegou até a França e com o desenvolvimento das ferrovias cresceu ainda mais.

Em 1850, chegou até a Alemanha e só no final do século XIX; na Itália e na Rússia, já nos EUA, o desenvolvimento industrial só se deu na segunda metade do século XIX.

No Japão, só nas últimas décadas do século XIX, quando o Estado se ligou à burguesia (o governo emprestava dinheiro para os empresários que quisessem ampliar seus negócios, além de montar e vender indústrias para as famílias ricas), é que a industrialização começou a crescer. O Estado japonês esforçava-se ao máximo para incentivar o desenvolvimento capitalista e industrial.

Adam Smith (pensador escocês) escreveu em 1776 o livro “A Riqueza das Nações”, nessa obra (que é considerada a obra fundadora da ciência econômica), Smith afirma que o individualismo é bom para toda a sociedade.

Para ele, o Estado deveria interferir o mínimo possível na economia. Adam Smith também considerava que as atividades que envolvem o trabalho humano são importantes e que a indústria amplia a divisão do trabalho

aumentando a produtividade, ou seja, cada um deve se especializar em uma só tarefa para que o trabalho renda mais.

A Revolução Industrial trouxe riqueza para os burgueses; porém, os trabalhadores viviam na miséria.

Muitas mulheres e crianças faziam o trabalho pesado e ganhavam muito pouco, a jornada de trabalho variava de 14 a 16 horas diárias para as mulheres, e de 10 a 12 horas por dia para as crianças.

Enquanto os burgueses se reuniam em grandes festas para comemorar os lucros, os trabalhadores chegavam à conclusão que teriam que começar a lutar pelos seus direitos.

O chamado Ludismo, foi uma das primeiras formas de luta dos trabalhadores. O movimento ludita era formado por grupos de trabalhadores que invadiam as fábricas e quebravam as máquinas.

Além do ludismo, surgiram outras organizações operárias, além dos sindicatos e das greves.

Em 1830, formou-se na Inglaterra o movimento cartista. Os cartistas redigiram um documento chamado “Carta do Povo” e o enviaram ao parlamento inglês. A principal reivindicação era o direito do voto para todos os homens (sufrágio universal masculino), mas somente em 1867 esse direito foi conquistado.

Thomas Malthus foi um economista inglês que afirmava que o crescimento da população era culpa dos pobres que tinham muitos filhos e não tinham como alimentá-los. Para ele, as catástrofes naturais e as causadas pelos homens tinham o papel de reduzir a população, equilibrando, assim, a quantidade de pessoas e a de comida.

Além disso, Malthus criticava a distribuição de renda. O seu raciocínio era muito simples: os responsáveis pelo desenvolvimento cultural eram os ricos e cobrar impostos deles para ajudar os pobres era errado, afinal de contas era a classe rica que patrocinava a cultura.

O Parlamento inglês (que aparentemente pensava como Malthus) adotou, em 1834, uma lei que abolia qualquer tipo de ajuda do governo aos pobres. A desculpa usada foi a que ajudando os pobres, a preguiça seria estimulada. O desamparo serviria como um estímulo para que eles procurassem emprego.

A revolução Industrial mudou a vida da humanidade: A vida nas cidades se tornou mais importante que a vida no campo e isso trouxe muitas consequências: nas cidades os habitantes e trabalhadores moravam em condições precárias e conviviam diariamente com a falta de higiene, isso sem contar com o constante medo do desemprego e da miséria.

Por outro lado, a Revolução Industrial estimulou os pesquisadores, engenheiros e inventores a produzir novas tecnologias como: locomotivas e barcos a vapor, telégrafo e a fotografia.

A Revolução Industrial foi responsável por inúmeras mudanças que podem ser avaliadas tanto por suas características negativas, quanto positivas. Alguns dos avanços tecnológicos trazidos por essa experiência trouxeram maior conforto à nossa vida. Por outro lado, a questão ambiental (principalmente no que se refere ao aquecimento global) traz à tona a necessidade de repensarmos o nosso modo de vida e a nossa relação com a natureza. Dessa forma, não podemos fixar o modo de vida urbano e integrado à demanda do mundo industrial como uma maneira, um traço imutável da nossa vida quotidiana.

C24-REVOLUÇÃO FRANCESA

Contexto Histórico: A França no século XVIII: A situação da França no século XVIII era de extrema injustiça social na época do Antigo Regime. O Terceiro Estado era formado pelos trabalhadores urbanos, camponeses e a pequena burguesia comercial. Os impostos eram pagos somente por este segmento social com o objetivo de manter os luxos da nobreza.

A França era um país absolutista nesta época. O rei governava com poderes absolutos, controlando a economia, a justiça, a política e até mesmo a religião dos súditos. Havia a falta de democracia, pois os trabalhadores não podiam votar, nem mesmo dar opiniões na forma de governo. Os oposicionistas eram presos na Bastilha (prisão política da monarquia) ou condenados à morte.

A sociedade francesa do século XVIII era estratificada e hierarquizada. No topo da pirâmide social, estava o clero que também tinha o privilégio de não pagar impostos. Abaixo do clero, estava a nobreza formada pelo rei, sua família, condes, duques, marqueses e outros nobres que viviam de banquetes e muito luxo na corte. A base da sociedade era formada pelo terceiro estado (trabalhadores, camponeses e burguesia) que, como já dissemos, sustentava toda a sociedade com seu trabalho e com o pagamento de altos impostos. Pior era a condição de vida dos desempregados que aumentavam em larga escala nas cidades francesas.

A vida dos trabalhadores e camponeses era de extrema miséria, portanto, desejavam melhorias na qualidade de vida e de trabalho. A burguesia, mesmo tendo uma condição social melhor, desejava uma participação política maior e mais liberdade econômica em seu trabalho.

A Revolução Francesa (14/07/1789) - A situação social era tão grave e o nível de insatisfação popular tão grande que o povo foi às ruas com o objetivo de tomar o poder e arrancar do governo a monarquia comandada pelo rei Luis XVI. O primeiro alvo dos revolucionários foi a Bastilha. A Queda da Bastilha em 14/07/1789 marca o início do processo revolucionário, pois a prisão política era o símbolo da monarquia francesa.

O lema dos revolucionários era "*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*".

Durante o processo revolucionário, grande parte da nobreza deixou a França, porém a família real foi capturada enquanto tentava fugir do país. Presos, os integrantes da monarquia, entre eles o rei Luís XVI e sua esposa Maria Antonieta foram guilhotinados em 1793. O clero também não saiu impune, pois os bens da Igreja foram confiscados durante a revolução.

No mês de agosto de 1789, a Assembleia Constituinte cancelou todos os direitos feudais que existiam e promulgou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Este importante documento trazia significativos avanços sociais, garantindo direitos iguais aos cidadãos, além de maior participação política para o povo.

Girondinos e Jacobinos-Após a revolução, o terceiro estado começa a se transformar e partidos começam a surgir com opiniões diversificadas. Os girondinos, por exemplo, representavam a alta burguesia e queriam evitar uma participação maior dos trabalhadores urbanos e rurais na política. Por outro lado, os jacobinos representavam a baixa burguesia e defendiam uma maior participação popular no governo. Liderados por Robespierre e Saint-Just, os jacobinos eram radicais e defendiam também profundas mudanças na sociedade que beneficiassem os mais pobres.

A Fase do Terror-Em 1792, os radicais liderados por Robespierre, Danton e Marat assumem o poder e organizam as guardas nacionais. Estas recebem ordens dos líderes para matar qualquer oposicionista do novo governo. Muitos integrantes da nobreza e outros franceses de oposição foram condenados a morte neste período. A violência e a radicalização política são as marcas desta época.

A burguesia no poder -Em 1795, os girondinos assumem o poder e começam a instalar um governo burguês na França. Uma nova Constituição é aprovada, garantindo o poder da burguesia e ampliando seus direitos políticos e econômico. O general francês Napoleão Bonaparte é colocado no poder, após o Golpe de 18 de Brumário (9 de novembro de 1799) com o objetivo de controlar a instabilidade social e implantar um governo burguês. Napoleão assume o cargo de primeiro-cônsul da França, instaurando uma ditadura.

Conclusão-A Revolução Francesa foi um importante marco na História Moderna da nossa civilização. Significou o fim do sistema absolutista e dos privilégios da nobreza. O povo ganhou mais autonomia e seus direitos sociais passaram a ser respeitados. A vida dos trabalhadores urbanos e rurais melhorou significativamente. Por outro lado, a burguesia conduziu o processo de forma a garantir seu domínio social. As bases de uma sociedade burguesa capitalista foram estabelecidas durante a revolução. Os ideais políticos (principalmente iluministas) presentes na França antes da Revolução Francesa também influenciaram a independência de alguns países da América Espanhola e o movimento de Inconfidência Mineira no Brasil.

C25-CRISE DO SISTEMA COLONIAL

A efervescência cultural e as grandes transformações políticas em curso no mundo ocidental na passagem do século XVIII para o XIX têm repercussão no Brasil. Na França, é a época do iluminismo, quando o pensamento liberal se rebela contra as instituições do antigo regime. Na Inglaterra, a revolução industrial transforma rapidamente as tradicionais estruturas econômicas. A independência dos Estados Unidos, em 4 de julho de 1776, primeira grande ruptura do sistema colonial europeu, torna-se um modelo para as elites nativas das demais colônias do continente. No Brasil, os pesados impostos, as restrições ao livre comércio e as proibições às atividades industriais vão acirrando os conflitos entre as elites locais e o poder metropolitano. Eclodem as primeiras rebeliões claramente emancipatórias: a Inconfidência Mineira (1788/1789) e a Conjuração Baiana, ou dos Alfaiates (1798).

ABSOLUTISMO PORTUGUÊS - Em Portugal, o absolutismo – centralização do poder na figura do governante – atinge seu apogeu durante o reinado de dom José I, reconhecido como "déspota esclarecido", e de seu ministro, o marquês de Pombal. Para fortalecer o poder real, eles reformam o Exército e a burocracia estatal, subjugam a nobreza e reduzem o poder do clero. Sua política gera crises internas e nas colônias. O ministro é obrigado a demitir-se em 4 de março de 1777. No mesmo ano morre o rei dom José e o trono português é ocupado por sua filha, dona Maria.

Restrições ao comércio e à indústria-A política econômica de Pombal resulta em maior controle da metrópole sobre a colônia. O ministro tenta limitar as brechas no monopólio comercial português, abertas pelos tratados com a Inglaterra. As elites brasileiras percebem que têm mais a lucrar com o livre comércio e encontram no liberalismo a base teórica para defender seus interesses. O governo português também tenta evitar

a diversificação da economia na colônia. Em 1785 manda fechar as oficinas de metalurgia, ourivesaria e as manufaturas têxteis no território brasileiro. O afastamento de Pombal não diminui os conflitos da elite brasileira com a metrópole.

INCONFIDÊNCIA MINEIRA - Os inconfidentes querem a independência do Brasil e instaurar a República. Pretendem incentivar as manufaturas, proibidas desde 1785, e fundar uma universidade em Vila Rica, atual Ouro Preto. Integrado por membros da elite intelectual e econômica da região – fazendeiros e grandes comerciantes –, o movimento reflete as contradições desses segmentos: sua bandeira traz o lema *Libertas quae serat amem* (Liberdade ainda que tardia), mas não se propõe a abolir a escravidão.

Conspiradores-Entre os conspiradores estão Inácio José de Alvarenga Peixoto, ex-ouvidor de São João del Rey; Cláudio Manoel da Costa, poeta e jurista; tenente-coronel Francisco Freire de Andrade; Tomás Antônio Gonzaga, português, poeta, jurista e ouvidor de Vila Rica; José Álvares Maciel, estudante de Química em Coimbra que, junto com Joaquim José Maia, procura o apoio do presidente americano Thomas Jefferson; Francisco Antônio de Oliveira, José Lopes de Oliveira, Domingos Vidal Barbosa, Salvador Amaral Gurgel, o cônego Luís Vieira da Silva; os padres Manoel Rodrigues da Costa, José de Oliveira Rolim e Carlos Toledo; e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Derrama-O momento escolhido para a eclosão da revolta é o da cobrança da derrama, imposto adotado por Portugal no período de declínio da mineração do ouro. A Coroa fixa um teto mínimo de 100 arrobas para o valor do quinto. Se ele não é atingido, os mineradores ficam em dívida com o fisco. Na época, essa dívida coletiva chega a 500 arrobas de ouro, ou 7.500 quilos. Na derrama, a população das minas é obrigada a entregar seus bens para integralizar o valor da dívida.

A devassa-O movimento é denunciado pelos portugueses Joaquim Silvério dos Reis, Brito Malheiros e Correia Pamplona, em 5 de março de 1789. Devedores de grandes somas ao tesouro real, eles entregam os parceiros em troca do perdão de suas dívidas. Em 10 de maio de 1789 Tiradentes é preso. Instaura-se a devassa – processo para estabelecer a culpa dos conspiradores –, que dura três anos. Em 18 de abril de 1792 são lavradas as sentenças: 11 são condenados à forca, os demais à prisão perpétua em degredo na África e ao açoite em praça pública. As sentenças dos sacerdotes envolvidos na conspiração permanecem secretas. Cláudio Manoel da Costa morre em sua cela. Tiradentes tem execução pública: enforcado no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1792, seu corpo é levado para Vila Rica, onde é esquartejado e os pedaços expostos em vias públicas. Os demais conspiradores são degredados.

Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), o Tiradentes, entra para a história como principal líder do movimento. Filho de um proprietário rural sem fortuna, aprende as primeiras letras com um de seus irmãos. Mais tarde, trabalha com um cirurgião, seu padrinho, e aprende noções práticas de medicina e odontologia. Antes de se tornar soldado, exerce vários ofícios: tropeiro, minerador e dentista, origem do apelido Tiradentes. Oficial do Regimento dos Dragões das Minas Gerais, sem raízes na aristocracia local, é sistematicamente preterido nas promoções. Para alguns historiadores, Tiradentes é apenas um idealista ingênuo, manipulado pela elite que articula e dirige a Inconfidência. Entre todos os condenados à morte, é o único executado.

Imagens de Tiradentes – Pesquisas nos Autos da Devassa iniciadas em 1958 e divulgadas em 1992, ano do bicentenário da morte de Tiradentes, indicam que todas as suas imagens conhecidas são fictícias. Ele nunca teria usado barba, proibida para os integrantes do corpo militar onde servia. Consta nos autos que ele tinha em casa duas navalhas de barbear e um espelho, e que mantém esses objetos em sua cela durante os três anos de prisão. Além disso, os presos são proibidos de usar barba e cabelos longos.

CONJURAÇÃO BAIANA-De caráter social e popular, a Conjuração Baiana, ou Revolta dos Alfaiates, como também é conhecida, explode em Salvador em 1798. Inspira-se nas ideias da Revolução Francesa e da Inconfidência Mineira, divulgadas na cidade pelos integrantes da loja maçônica Cavaleiros da Luz, todos membros da elite local – Bento de Aragão, professor, Cipriano Barata, médico e jornalista, o padre Agostinho Gomes e o tenente Aguilar Pantoja. O movimento é radical e dirigido por pessoas do povo, como os alfaiates João de Deus e Manoel dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens. Propõe a independência, a igualdade racial, o fim da escravidão e o livre comércio entre os povos.

República baiense-A conjuração baiana tem a participação de escravos, negros libertos e pequenos artesãos da capital baiana. Seu manifesto, afixado nas ruas em 12 de agosto de 1798, conclama o povo a um levante em defesa da República Baiense: "Está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade; o tempo em que seremos irmãos; o tempo em que seremos iguais". O movimento é delatado e reprimido: 49 pessoas são presas, inclusive três mulheres. Seis integrantes da facção mais popular são condenados à morte e outros ao exílio. Os Cavaleiros da Luz são absolvidos.

EE. ARLINDO DE SAMPAIO JORGE – EJA-III

PROFESSOR Alberto Wolf – HISTÓRIA

CONTEÚDO: UNIDADE VII (10 aulas)

C26 - INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Introdução

Antes da Independência, os EUA era formado por treze colônias controladas pela metrópole: a Inglaterra. Dentro do contexto histórico do século XVIII, os ingleses usavam estas colônias para obter lucros e recursos minerais e vegetais não disponíveis na Europa. Era também muito grande a exploração metropolitana, com relação aos impostos e taxas cobrados dos colonos norte-americanos.

Colonização dos Estados Unidos: Para entendermos melhor o processo de independência norte-americano é importante conhecermos um pouco sobre a colonização deste território. Os ingleses começaram a colonizar a região no século XVII. A colônia recebeu dois tipos de colonização com diferenças acentuadas:

- **Colônias do Norte:** colonizada por protestantes europeus, principalmente ingleses, que fugiam das perseguições religiosas. Vieram com o objetivo de transformar a região num próspero lugar para a habitação de suas famílias. Também chamada de Nova Inglaterra, a região sofreu uma colonização de povoamento com as seguintes características: mão-de-obra livre, economia baseada no comércio, pequenas propriedades e produção para o consumo do mercado interno.

- **Colônias do Sul:** colônias como a Virgínia, Carolina do Norte e do Sul e Geórgia sofreram uma colonização de exploração. Eram exploradas pela Inglaterra e tinham que seguir o Pacto Colonial. Eram baseadas no latifúndio, mão-de-obra escrava, produção para a exportação para a metrópole e monocultura.

Guerra dos Sete Anos: Esta guerra ocorreu entre a Inglaterra e a França entre os anos de 1756 e 1763. Foi uma guerra pela posse de territórios na América do Norte e a Inglaterra saiu vencedora. Mesmo assim, a metrópole resolveu cobrar os prejuízos das batalhas dos colonos que habitavam, principalmente, as colônias do norte. Com o aumento das taxas e impostos metropolitanos, os colonos fizeram protestos e manifestações contra a Inglaterra.

Metrópole aumenta taxas e impostos: A Inglaterra resolveu aumentar vários impostos e taxas, além de criar novas leis que tiravam a liberdade dos norte-americanos. Dentre estas leis podemos citar: Lei do Chá (deu o monopólio do comércio de chá para uma companhia comercial inglesa), Lei do Selo (todo produto que circulava na colônia deveria ter um selo vendido pelos ingleses), Lei do Açúcar (os colonos só podiam comprar açúcar vindo das Antilhas Inglesas).

Estas taxas e impostos geraram muita revolta nas colônias. Um dos acontecimentos de protesto mais conhecidos foi a Festa do Chá de Boston (The Boston Tea Party). Vários colonos invadiram, a noite, um navio inglês carregado de chá e, vestidos de índios, jogaram todo carregamento no mar. Este protesto gerou uma forte reação da metrópole, que exigiu dos habitantes os prejuízos, além de colocar soldados ingleses cercando a cidade.

Primeiro Congresso da Filadélfia: Os colonos do norte resolveram promover, no ano de 1774, um congresso para tomarem medidas diante de tudo que estava acontecendo. Este congresso não tinha caráter separatista, pois pretendia apenas retomar a situação anterior. Queriam o fim das medidas restritivas impostas pela metrópole e maior participação na vida política da colônia.

Porém, o rei inglês George III não aceitou as propostas do congresso, muito pelo contrário, adotou mais medidas controladoras e restritivas como, por exemplo, as Leis Intoleráveis. Uma destas leis, conhecida como Lei do Aquartelamento, dizia que todo colono norte-americano era obrigado a fornecer moradia, alimento e transporte para os soldados ingleses. As Leis Intoleráveis geraram muita revolta na colônia, influenciando diretamente no processo de independência.

Segundo Congresso da Filadélfia: Em 1776, os colonos se reuniram no segundo congresso com o objetivo maior de conquistar a independência. Durante o congresso, Thomas Jefferson redigiu a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Porém, a Inglaterra não aceitou a independência de suas colônias e declarou guerra. A Guerra de Independência, que ocorreu entre 1776 e 1783, foi vencida pelos Estados Unidos com o apoio da França e da Espanha.

Constituição dos Estados Unidos: Em 1787, ficou pronta a Constituição dos Estados Unidos com fortes características iluministas. Garantia a propriedade privada (interesse da burguesia), manteve a escravidão, optou pelo sistema de república federativa e defendia os direitos e garantias individuais do cidadão.

QUESTÕES (Responder no Caderno):

1) A colonização da América foi regida, quase em sua totalidade, pelo “Pacto Colonial”. Em que consistia o pacto colonial?

- 2) A parte norte da colônia inglesa foi uma exceção no processo de colonização. Como essa parte se desenvolveu?
- 3) Explique a “lei do Açúcar”, imposta aos colonos pelo rei Jorge III.
- 4) Como se deu a “Festa do Chá”?
- 5) O que eram os “Filhos da Liberdade”?
- 6) O que aconteceu no “4 de julho de 1776”, que marcou a independência dos EUA?
- 7) Quais foram as principais características da constituição dos EUA?

C-27 - INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA

O processo de independência da América Espanhola ocorreu em um conjunto de situações experimentadas ao longo do século XVIII. Nesse período, observamos a ascensão de um novo conjunto de valores que questionava diretamente o pacto colonial e o autoritarismo das monarquias. O iluminismo defendia a liberdade dos povos e a queda dos regimes políticos que promovessesem o privilégio de determinadas classes sociais.

Sem dúvida, a elite letada da América Espanhola inspirou-se no conjunto de ideias iluministas. A grande maioria desses intelectuais era de origem criolla, ou seja, filhos de espanhóis nascidos na América desprovidos de amplos direitos políticos nas grandes instituições do mundo colonial espanhol. Por estarem politicamente excluídos, enxergavam no iluminismo uma resposta aos entraves legitimados pelo domínio espanhol, ali representado pelos chapetões.

Ao mesmo tempo em que houve toda essa efervescência ideológica em torno do iluminismo e do fim da colonização, a pesada rotina de trabalho dos índios, escravos e mestiços também contribuiu para o processo de independência. As péssimas condições de trabalho e a situação de miséria já tinham, antes do processo definitivo de independência, mobilizado setores populares das colônias hispânicas. Dois claros exemplos dessa insatisfação puderam ser observados durante a Rebelião TupacAmaru (1780/Peru) e o Movimento Comunero (1781/Nova Granada).

No final do século XVIII, a ascensão de Napoleão frente ao Estado francês e a demanda britânica e norte-americana pela expansão de seus mercados consumidores serão dois pontos cruciais para a independência. A França, pelo descumprimento do Bloqueio Continental, invadiu a Espanha, desestabilizando a autoridade do governo sob as colônias. Além disso, Estados Unidos e Inglaterra tinham grandes interesses econômicos a serem alcançados com o fim do monopólio comercial espanhol na região.

É nesse momento, no início do século XIX, que a mobilização ganha seus primeiros contornos. A restauração da autoridade colonial espanhola seria o estopim do levante capitaneado pelos criollos. Contando com o apoio financeiro anglo-americano, os criollos convocaram as populações coloniais a se rebelarem contra a Espanha. Os dois dos maiores líderes criollos da independência foram Simon Bolívar e José de San Martin. Organizando exércitos pelas porções norte e sul da América, ambos sequenciaram a proclamação de independência de vários países latino-americanos.

No ano de 1826, com toda América Latina independente, as novas nações reuniram-se no Congresso do Panamá. Nele, Simon Bolívar defendia um amplo projeto de solidariedade e integração político-econômica entre as nações latino-americanas. No entanto, Estados Unidos e Inglaterra se opuseram a esse projeto, que ameaçava seus interesses econômicos no continente. Com isso, a América Latina acabou mantendo-se fragmentada.

O desfecho do processo de independência, no entanto, não significou a radical transformação da situação socioeconômica vivida pelas populações latino-americanas. A dependência econômica em relação às potências capitalistas e a manutenção dos privilégios das elites locais fizeram com que muitos dos problemas da antiga América Hispânica permanecessem presentes ao longo da História latino-americana.

Fonte: <http://www.mundoeducacao.com.br/historia-america/independencia-america-espanhola.htm>

C28 - REVOLTAS NO BRASIL COLONIAL

Entre os principais eventos que marcam a deflagração das revoltas nativistas, destacamos a Revolta dos Beckman (1684, Maranhão); a Guerra dos Emboabas (1707, Minas Gerais); a Guerra dos Mascates (1710, Pernambuco); e a Revolta de Filipe dos Santos (1720, Minas Gerais). As únicas revoltas separatistas foram a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, na região de Vila Rica, e a Conjuração Baiana, deflagrada em 1798, na cidade de Salvador.

Rebeliões Nativistas: Durante muito tempo, as rebeliões coloniais acontecidas no Brasil foram interpretadas por meio de parâmetros que escapavam da natureza assumida pelas experiências que foram historicamente desenvolvidas. Ainda hoje, sabemos que algumas pessoas aprendem ou interpretam as rebeliões

coloniais em bloco, julgando, quase sempre, todos os eventos como uma prova incontestável do desejo e da luta pela romântica e patriótica autonomia política da nação.

De fato, várias revoltas, motins e conspirações marcaram o nosso passado colonial e revelavam a insatisfação dos colonos e a dificuldade de controle por parte das forças metropolitanas. Contudo, dizer que eles lutavam pela autonomia do nosso povo ou defendiam a construção de uma nação autônoma incorre em um grande equívoco. Afinal de contas, as ideias de povo ou nação brasileira nem sequer eram debatidos nos meios intelectuais da época.

Observando os primeiros conflitos ocorridos na colônia, observamos que a intenção fundamental era a de promover algumas mudanças nas exigências e práticas impostas pela metrópole. Em nenhum momento, as primeiras grandes revoltas, acontecidas entre os séculos XVII e XVIII, pretendiam extinguir o pacto colonial ou estabelecer a independência da América Portuguesa. Com isso, temos mais um argumento que vai contra a tradicional interpretação dada aos levantes decorridos no período colonial.

Conhecidos como revoltas nativistas, esses movimentos tiveram início no século XVII, momento em que diversas regiões da colônia enfrentavam sérias dificuldades econômicas provenientes da crise da economia açucareira. Adentrando o século XVIII, essas rebeliões persistem com a rigorosa fiscalização imposta por Portugal nessa mesma época. Entre as maiores rebeliões nativistas destacam-se a Revolta de Beckman (1684), a Guerra dos Emboabas (1708), a Guerra dos Mascates (1710) e a Revolta de Filipe dos Santos (1720).

Fonte: <http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/rebelioes-nativistas.htm>

Rebeliões separatistas: Ao observarmos o processo de independência do Brasil, notamos que os desejos pela emancipação apareceram anteriormente ao momento em que o príncipe regente, Dom Pedro I, realizou a proclamação de 1822. Ao longo do século XVIII, em um contexto em que a mineração tinha grande visibilidade econômica, os colonos se mostravam insatisfeitos com as exigências, cobranças e imposições estabelecidas pela Coroa Portuguesa.

Se por um lado contabilizamos a mudança política do governo português, também devemos destacar que essa insatisfação veio acompanhada por uma base de sustentação ideológica. Nesse sentido, surge a necessidade de salientarmos como o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos tiveram grande peso para que uma parte dos colonos projetasse o fim do pacto colonial. Já nessa época, alguns filhos de nossas elites se formavam em universidades europeias onde essas transformações eram propagadas.

Ao identificarmos as rebeliões separatistas, observamos que esse conjunto de fatores atuou em favor de levantes favoráveis à quebra do pacto colonial. Contudo, vale aqui frisar que esses movimentos não podem ser erroneamente julgados como eventos que lutaram pela formação de uma nação autônoma. No século XVIII, a emancipação de nosso extenso território ou o reconhecimento de uma pátria brasileira não se evidenciou na pauta dos revoltosos dessa época.

Por meio dessa afirmativa, realizamos a construção de uma outra perspectiva com relação ao significado da Inconfidência Mineira. Ocorrida em 1789, essa conspiração antimetropolitana não fez menção a nenhum desejo de libertação do nosso território. Focado no desenvolvimento de uma pátria mineira, a elite envolvida com esse movimento estabeleceu um projeto de emancipação que preservava o trabalho escravo em terras coloniais.

Tocada por essa mesma separação entre as elites e as camadas menos favorecidas, a Conjuração Baiana, de 1798, foi impulsionada por uma elite ilustrada que se afastou do movimento ao perceber que o mesmo passava a ser controlado por populares. Mesmo não tendo um projeto amplo de emancipação, essa revolta teve grande importância ao tocar diretamente na questão da escravidão – um dilema que ainda perduraria por um bom tempo em nossa história.

Por fim, em 1817, observamos uma última revolta que se desenvolveu na capitania de Pernambuco, já conhecida pelo desenvolvimento de diversas situações de confronto. Na chamada Revolução Pernambucana, temos o discurso iluminista e o socialismo utópico, fundamentando a fala de uma população desgastada com os altos impostos a serem pagos e as oscilações econômicas que marcavam o lugar. Mais uma vez, a reprimenda das cortes impediu o fortalecimento dessa situação de conflito.

Fonte: <http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/rebelioes-separatistas.htm>

C29 - FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NO BRASIL (1808 – 1821)

Em janeiro de 1808, Portugal estava prestes a ser invadido pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Sem condições militares para enfrentar os franceses, o príncipe regente de Portugal, D. João, resolveu transferir a corte portuguesa para sua mais importante colônia, o Brasil. Contou, neste empreendimento, com a ajuda dos aliados ingleses.

Chegada da família real ao Brasil: Nos quatorze navios, além da família real, vieram centenas de funcionários, criados, assessores e pessoas ligadas à corte portuguesa. Trouxeram também muito dinheiro, obras de arte, documentos, livros, bens pessoais e outros objetos de valor.

Após uma forte tempestade, alguns navios foram parar em Salvador e outros na cidade do Rio de Janeiro. Em março de 1808, a corte portuguesa foi instalada no Rio de Janeiro. Muitos moradores, sob ordem de D. João, foram despejados para que os imóveis fossem usados pelos funcionários do governo. Este fato gerou, num primeiro momento, muita insatisfação e transtorno na população da capital brasileira.

No ano de 1818, a mãe de D. João, D. Maria I, faleceu e D. João tornou-se rei. Passou a ser chamado de D. João VI, rei do Reino Unido a Portugal e Algarves.

Abertura dos portos às nações amigas: Uma das principais medidas tomadas por D. João foi abrir o comércio brasileiro aos países amigos de Portugal, beneficiando principalmente à Inglaterra, que passou a ter vantagens comerciais e dominar o comércio com o Brasil. Os produtos ingleses chegavam ao Brasil com impostos de 15%, enquanto de outros países deveriam pagar 24%. Este privilégio fez com que nosso país fosse inundado por produtos ingleses. Esta medida acabou prejudicando o desenvolvimento da indústria brasileira.

Do ponto de vista cultural, o Brasil também saiu ganhando com algumas medidas tomadas por D. João. O rei trouxe a Missão Francesa para o Brasil, estimulando o desenvolvimento das artes em nosso país. Criou o Museu Nacional, a Biblioteca Real, a Escola Real de Artes e o Observatório Astronômico. Vários cursos foram criados (agricultura, cirurgia, química, desenho técnico, etc.) nos estados da Bahia e Rio de Janeiro.

Retorno de D. João para Portugal: Os franceses ficaram em Portugal durante poucos meses, pois o exército inglês conseguiu derrotar as tropas de Napoleão. O povo português passou a exigir o retorno do rei que se encontrava no Brasil. Em 1820, ocorreu a Revolução do Porto, sendo que os revolucionários vitoriosos passaram a exigir o retorno de D. João VI para Portugal e a aprovação de uma Constituição. Pressionado pelos portugueses, D. João VI resolveu voltar para Portugal, em abril de 1821. Deixou em seu lugar, no Brasil, o filho D. Pedro como príncipe regente.

Pouco tempo depois, D. Pedro tornou-se imperador, após o processo de Independência do Brasil.

PRIMEIRO REINADO - Governo de D. Pedro I. Tem início em 7 de setembro de 1822, com a Independência do Brasil e termina em 7 de abril de 1831, com a abdicação de D. Pedro I.

O governo de D. Pedro I enfrentou muitas dificuldades para consolidar a independência, pois no Primeiro Reinado ocorrem muitas revoltas regionais, oposições políticas internas.

Reações ao processo de Independência: Em algumas províncias do Norte e Nordeste do Brasil, militares e políticos, ligados a Portugal, não queriam reconhecer o novo governo de D. Pedro I. Nestas regiões ocorreram muitos protestos e reações políticas. Nas províncias do Grão-Pará, Maranhão, Piauí e Bahia ocorreram conflitos armados entre tropas locais e oficiais.

Constituição de 1824: Em 1823, durante a elaboração da primeira Constituição brasileira, os políticos tentaram limitar os poderes do imperador. Foi uma reação política a forma autoritária de governar do imperador. Neste mesmo ano, o imperador, insatisfeito com a Assembleia Constituinte, ordenou que as forças armadas fechassem a Assembleia. Alguns deputados foram presos.

D. Pedro I escolheu pessoas de sua confiança para elaborar a nova Constituição. Outorgada em 25 de março de 1824, atendia aos interesses autoritários do imperador. Além de definir os três poderes (legislativo, executivo e judiciário), criou o poder Moderador, exclusivo do imperador, que lhe concedia diversos poderes políticos.

A Constituição de 1824 também definiu leis para o processo eleitoral no país. De acordo com ela, só poderiam votar os grandes proprietários de terras, do sexo masculino e com mais de 25 anos.

Guerra da Cisplatina: Este foi outro fato que contribuiu para aumentar o descontentamento e a oposição ao governo de D. Pedro I. Entre 1825 e 1828, o Brasil se envolveu na Guerra da Cisplatina, conflito pelo qual esta província brasileira (atual Uruguai) reivindicava a independência. A guerra gerou muitas mortes e gastos financeiros para o império. Derrotado, o Brasil teve que reconhecer a independência da Cisplatina que passou a se chamar República Oriental do Uruguai.

Confederação do Equador As províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará formaram, em 1824, a Confederação do Equador. Era a tentativa de criar um estado independente e autônomo do governo central. Causas: insatisfação popular com as condições sociais do país e o descontentamento político da classe média e fazendeiros da região com o autoritarismo de D. Pedro I.

Em 1824, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, líder do movimento, declarou guerra ao imperador.

O governo central reagiu rapidamente e com todas as forças contra as províncias separatistas. Muitos revoltosos foram presos, sendo que dezenove foram condenados à morte. A confederação foi desfeita, porém a insatisfação com o governo de D. Pedro I só aumentou.

Desgaste e crise de D.Pedro I: Nove anos após a Independência do Brasil, o governo de D.Pedro I estava extremamente desgastado. O descontentamento popular com a situação social do país era grande. O autoritarismo do imperador deixava grande parte da elite política descontente. A derrota na Guerra da Cisplatina só gerou prejuízos financeiros e sofrimento para as famílias dos soldados mortos. Além disso, as revoltas e movimentos sociais de oposição foram desgastando, aos poucos, o governo imperial.

Outro fato que pesou contra o imperador foi o assassinato do jornalista Libero Badaró. Forte crítico do governo imperial, Badaró foi assassinado no final de 1830. A polícia não encontrou o assassino, porém a desconfiança popular caiu sobre homens ligados ao governo imperial.

Em março de 1831, após retornar de Minas Gerais, D.Pedro I foi recebido no Rio de Janeiro com atos de protestos de opositores. Alguns mais exaltados chegaram a jogar garrafas no imperador, conflito que ficou conhecido como “A Noite das Garrafadas”. Os comerciantes portugueses, que apoiavam D.Pedro I entraram em conflitos de rua com os opositores.

Abdicação: Sentindo a forte oposição ao seu governo e o crescente descontentamento popular, D.Pedro percebeu que não tinha mais autoridade e forças políticas para se manter no poder.

Em 7 de abril de 1831, D.Pedro I abdicou em favor de seu filho Pedro de Alcântara, então com apenas 5 anos de idade. Logo ao deixar o poder viajou para a Europa.

PERÍODO REGENCIAL (1831-1840): O Período Regencial é uma época da História do Brasil entre os anos de 1831 e 1840. Quando o imperador D. Pedro I abdicou do poder em 1831, seu filho e herdeiro do trono D. Pedro de Alcântara tinha apenas 5 anos de idade. A Constituição brasileira do período determinava, neste caso, que o país deveria ser governado por regentes, até o herdeiro atingir a maioridade (18 anos).

Regentes que governaram o Brasil no período:

- Regência Trina Provisória (1831): regentes Lima e Silva, Senador Vergueiro e Marquês de Caravelas.
- Regência Trina Permanente (1831 a 1835): teve como regentes José da Costa Carvalho, João Bráulio Moniz e Francisco de Lima e Silva.
- Regência Una de Feijó (1835 a 1837): teve como regente Diogo Antônio Feijó.
- Regência Interina de Araújo Lima (1837): teve como regente Pedro de Araújo Lima.
- Regência Una de Araújo Lima (1838 a 1840): teve como regente Pedro de Araújo Lima.

Crise política: A crise política deveu-se, principalmente, a disputa pelo controle do governo entre diversos grupos políticos: Restauradores (defendiam a volta de D. Pedro I ao poder); Moderados (voto só para os ricos e continuação da Monarquia) e Exaltados (queriam reformas para melhorar a vida dos mais necessitados e voto para todas as pessoas).

Revoltas: As revoltas ocorrem basicamente por dois motivos: más condições de vida de grande parte da população (mais pobres) e vontade das elites locais em aumentar seu poder e serem atendidas pelo governo.

- **Cabanagem (1835 a 1840)** – motivada pelas péssimas condições de vida em que vivia a grande maioria dos moradores da província do Grão-Pará.

- **Balaiada (1838 – 1841)** – ocorreu na província do Maranhão. A causa principal foi a exploração da população mais pobre por parte dos grandes produtores rurais.

- **Sabinada (1837-1838)** – ocorreu na província da Bahia. Motivada pela insatisfação de militares e camadas médias e ricas da população com o governo regencial.

- **Guerra dos Farrapos (1835 – 1845)** – ocorreu no Rio Grande do Sul. Os revoltosos (farroupilhas) queriam mais liberdade para as províncias e reformas econômicas.

Golpe da Maioridade e fim do Período Regencial: Os políticos brasileiros e grande parte da população acreditavam que a grave crise que o país enfrentava era fruto, principalmente, da falta de um imperador forte e com poderes para enfrentar a situação.

Em 23 de julho de 1840, com apoio do Partido Liberal, foi antecipada pelo Senado Federal a maioridade de D. Pedro II (antes de completar 14 anos) e declarado o fim das regências. Esse episódio ficou conhecido como o Golpe da Maioridade. Foi uma forma encontrada pelos políticos brasileiros de dar poder e autoridade ao jovem imperador para que as revoltas pudessem ser debeladas e a ordem restaurada no Brasil.

SEGUNDO REINADO (1840 – 1889): O Segundo Reinado é a fase da História do Brasil que corresponde ao governo de D. Pedro II. Teve início em 23 de julho de 1840, com a mudança na Constituição que declarou Pedro de Alcântara maior de idade com 14 anos e, portanto, apto para assumir o governo. O 2º Reinado terminou em 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República.

O governo de D. Pedro II, que durou 49 anos, foi marcado por muitas mudanças sociais, política e econômicas no Brasil.

Política no Segundo Reinado: A política no Segundo Reinado foi marcada pela disputa entre o Partido Liberal e o Conservador. Estes dois partidos defendiam quase os mesmos interesses, pois eram elitistas. Neste

período o imperador escolhia o presidente do Conselho de Ministros entre os integrantes do partido que possuía maioria na Assembleia Geral. Nas eleições eram comuns as fraudes, compras de votos e até atos violentos para garantir a eleição.

Término da Guerra dos Farrapos: Quando assumiu o império a Revolução Farroupilha estava em pleno desenvolvimento. Havia uma grande possibilidade da região sul conseguir a independência do restante do país. Para evitar o sucesso da revolução, D. Pedro II nomeou o barão de Caxias como chefe do exército. Caxias utilizou a diplomacia para negociar o fim da revolta com os líderes. Em 1845, obteve sucesso através do Tratado de Poncho Verde e conseguiu colocar um fim na Revolução Farroupilha.

Revolução Praieira: A Revolução Praieira foi uma revolta liberal e federalista que ocorreu na província de Pernambuco, entre os anos de 1848 e 1850. Dentre as várias revoltas ocorridas durante o Brasil Império, esta foi a última. Ganhou o nome de praieira, pois a sede do jornal dirigido pelos liberais revoltosos (chamados de praieiros) situava-se na rua da Praia.

Guerra do Paraguai: Conflito armado em que o Paraguai enfrentou a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) com apoio da Inglaterra. Durou entre os anos de 1864 e 1879 e levou o Paraguai a derrota e a ruína.

Ciclo do café: Na segunda metade do século XIX, o café tornou-se o principal produto de exportação brasileiro, sendo também muito consumido no mercado interno.

Os fazendeiros (barões do café), principalmente paulistas, fizeram fortuna com o comércio do produto. As mansões da Avenida Paulista refletiam bem este sucesso. Boa parte dos lucros do café foi investida na indústria, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, favorecendo o processo de industrialização do Brasil.

Imigração: Muitos imigrantes europeus, principalmente italianos, chegaram para aumentar a mão-de-obra nos cafezais de São Paulo, a partir de 1850. Vieram para, aos poucos, substituir a mão-de-obra escrava que, devido as pressões da Inglaterra, começava a entrar em crise. Além de buscarem trabalho nos cafezais do interior paulista, também foram para as grandes cidades do Sudeste que começavam a abrir muitas indústrias.

Questão abolicionista:

- Lei Eusébio de Queirós (1850): extinguiu oficialmente o tráfico de escravos no Brasil
- Lei do Vento Livre (1871): tornou livre os filhos de escravos nascidos após a promulgação da lei.
- Lei dos Sexagenários (1885): dava liberdade aos escravos ao completarem 65 anos de idade.
- Lei Áurea (1888): assinada pela Princesa Isabel, aboliu a escravidão no Brasil.

Crise do Império: A crise do 2º Reinado teve início já no começo da década de 1880. Esta crise pode ser entendida através de algumas questões:

- Interferência de D. Pedro II em questões religiosas, gerando um descontentamento nas lideranças da Igreja Católica no país;

- Críticas e oposição feitas por integrantes do Exército Brasileiro, que mostravam-se descontentes com a corrupção existente na corte. Além disso, os militares estavam insatisfeitos com a proibição, imposta pela Monarquia, pela qual os oficiais do Exército não podiam dar declarações na imprensa sem uma prévia autorização do Ministro da Guerra;

- A classe média brasileira (funcionário públicos, profissionais liberais, jornalistas, estudantes, artistas, comerciantes) desejava mais liberdade e maior participação nos assuntos políticos do país. Identificada com os ideais republicanos, esta classe social passou a apoiar a implantação da República no país;

- Falta de apoio dos proprietários rurais, principalmente dos cafeicultores do Oeste Paulista, que desejavam obter maior poder político, já que tinham grande poder econômico. Fazendeiros de regiões mais pobres do país também estavam insatisfeitos, pois a abolição da escravatura, encontraram dificuldades em contratar mão-de-obra remunerada.

Fim da Monarquia e a Proclamação da República: Em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio dos republicanos, destituiu o Conselho de Ministros e seu presidente. No final do dia, Deodoro da Fonseca assinou o manifesto proclamando a República no Brasil e instalando um governo provisório.

No dia 18 de novembro, D. Pedro II e a família imperial brasileira viajaram para a Europa. Era o começo da República Brasileira com o Marechal Deodoro da Fonseca assumindo, de forma provisória, o cargo de presidente do Brasil.

Fonte: <http://www.suapesquisa.com/historiabrazil>

**EE. ARLINDO DE SAMPAIO JORGE – EJA III
PROFESSOR ALBERTO WOLF
HISTÓRIA – UNIDADE VIII (10 aulas)**

C30/31 – IMPERIALISMO

É a prática através da qual, nações poderosas procuram ampliar e manter controle ou influência sobre povos ou nações mais pobres.

Algumas vezes o imperialismo é associado somente com a expansão econômica dos países capitalistas; outras vezes é usado para designar a expansão européia após 1870. Embora Imperialismo signifique o mesmo que Colonialismo e os dois termos sejam usados da mesma forma, devemos fazer a distinção entre um e outro.

Colonialismo normalmente implica em controle político, envolvendo anexação de território e perda da soberania.

Imperialismo se refere, em geral, ao controle e influência que é exercido tanto formal como informalmente, direta ou indiretamente, política ou economicamente.

ÁFRICA

Na metade do século XIX a presença colonial européia na África estava limitada aos colonos holandeses e britânicos na África do Sul e aos militares britânicos e franceses na África do Norte.

A descoberta de diamantes na África do Sul e abertura do Canal de Suez, ambos em 1869, despertaram a atenção da Europa sobre a importância econômica e estratégica do continente. Os países europeus rapidamente começaram a disputar os territórios.

Em algumas áreas os europeus usaram forças militares para conquistar os territórios, em outras, os líderes africanos e os europeus entraram em entendimento a respeito do controle em conjunto sobre os territórios. Esses acordos foram decisivos para que os europeus pudessem manter tudo sob controle.

Grã Bretanha, França, Portugal e Bélgica controlavam a maior parte do território africano, a Alemanha também possuía lá, muitas terras, mas as perdeu depois da I Guerra Mundial.

Os estilos variavam, mas os poderosos colonizadores fizeram poucos esforços para desenvolver suas colônias. Elas eram apenas locais de onde tiravam matérias-primas e para onde vendiam os produtos manufaturados.

Talvez o pior legado do Colonialismo tenha sido a divisão da África em mais de 50 Estados cujas fronteiras foram demarcadas sem dar a menor importância aonde as pessoas viviam e como organizavam sua própria divisão política.

As fronteiras atuais, em geral, dividem uma única comunidade étnica em duas ou mais nações. Por exemplo: embora a maioria dos Somalis viva na Somália, eles constituem uma significativa minoria no Kênia e na Etiópia e muitos deles gostariam de serem cidadãos da Somália.

Outro legado ruim do Colonialismo foi o seu efeito na vida econômica dos povos africanos. O sistema colonial destruiu o padrão econômico que lá existia. O colonialismo também ligou a África economicamente às grandes potências e os benefícios desse sistema sempre vão para os países poderosos e nunca de volta para África.

A história da exploração econômica teve um papel importante na forma como certos governos africanos independentes, se preocuparam em desenvolver suas próprias economias. Alguns países como a Costa do Marfim, criaram uma base econômica orientada para a exportação dentro das regras coloniais. Outros, como a Tanzânia, procuraram redirecionar sua economia para a produção de grãos e de bens necessários para o seu povo.

O terceiro mal causado pelo colonialismo foi a introdução das idéias europeias de superioridade racial e cultural, dando pouco ou nenhum valor às manifestações culturais dos povos africanos. Aos poucos os africanos estão recuperando o orgulho por sua cor, raça e cultura.

ÁSIA

O período da conquista européia na Ásia começa por volta de 1500 e continua até a metade do século 20. Alguns historiadores acreditam que esse período ainda não terminou.

O interesse europeu pela Ásia começou com a curiosidade e se tornou o desejo de explorar as riquezas deste continente. Para isso, os europeus tiveram que conquistar e colonizar essas terras, isso aconteceu nos séculos 19 e 20. Na época da I Guerra Mundial, a maior parte da Ásia estava sob controle europeu.

Três ou quatro séculos de contato e controle europeu trouxeram boas e más consequências para Ásia. As contribuições européias foram novas idéias e técnicas para agricultura, indústria e comércio, saúde e educação e administração política.

Poucas culturas asiáticas estavam aptas para se adaptar a essas novas regras e idéias, mas aquelas que, como o Japão, conseguiram, tiraram muito proveito após sua independência.

Dentre os problemas do Colonialismo, a exploração das riquezas, que os europeus levavam para as metrópoles, a divisão da Ásia sem levar em conta suas culturas, povos e regiões físicas. Houve também os problemas políticos e sociais causados pelas minorias estrangeiras, como a cultura francesa na Indochina, que se chocava com a cultura existente nesse país.

Até hoje existem problemas desse tipo nas nações asiáticas.

CONCLUSÃO

É assim que podemos compreender as dificuldades que certos países têm até os dias atuais. As marcas profundas deixadas pelo colonialismo se refletem em suas culturas, políticas, economias e são vistas com clareza nas guerras e massacres causados por diferenças étnicas. São países ainda, de certa forma, dominados pelas nações poderosas.

É a esse domínio que chamamos Imperialismo.

C32 – PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

ANTECEDENTES

Vários problemas atingiam as principais nações européias no início do século XX. O século anterior havia deixado feridas difíceis de curar. Alguns países estavam extremamente descontentes com a partilha da Ásia e da África, ocorrida no final do século XIX. Alemanha e Itália, por exemplo, haviam ficado de fora no processo neocolonial. Enquanto isso, França e Inglaterra podiam explorar diversas colônias, ricas em matérias-primas e com um grande mercado consumidor. A insatisfação da Itália e da Alemanha, neste contexto, pode ser considerada uma das causas da Grande Guerra.

Vale lembrar também que no início do século XX havia uma forte concorrência comercial entre os países europeus, principalmente na disputa pelos mercados consumidores. Esta concorrência gerou vários conflitos de interesses entre as nações. Ao mesmo tempo, os países estavam empenhados numa rápida corrida armamentista, já como uma maneira de se protegerem, ou atacarem, no futuro próximo. Esta corrida bélica gerava um clima de apreensão e medo entre os países, onde um tentava se armar mais do que o outro.

Existia também, entre duas nações poderosas da época, uma rivalidade muito grande. A França havia perdido, no final do século XIX, a região da Alsácia-Lorena para a Alemanha, durante a Guerra Franco-Prussiana. O revanchismo francês estava no ar, e os franceses esperando uma oportunidade para retomar a rica região perdida.

O pan-germanismo e o pan-eslavismo também influenciou e aumentou o estado de alerta na Europa. Havia uma forte vontade nacionalista dos germânicos em unir, em apenas uma nação, todos os países de origem germânica. O mesmo acontecia com os países eslavos.

O INÍCIO DA GRANDE GUERRA

O estopim deste conflito foi o assassinato de Francisco Ferdinando, príncipe do império austro-húngaro, durante sua visita a Sarajevo (Bósnia-Herzegovina). As investigações levaram ao criminoso, um jovem integrante de um grupo Sérvio chamado mão-negra, contrário a influência da Áustria-Hungria na região dos Balcãs. O império austro-húngaro não aceitou as medidas tomadas pela Sérvia com relação ao crime e, no dia 28 de julho de 1914, declarou guerra à Sérvia.

POLÍTICA DE ALIANÇAS

Os países europeus começaram a fazer alianças políticas e militares desde o final do século XIX. Durante o conflito mundial estas alianças permaneceram. De um lado havia a Tríplice Aliança formada em 1882 por Itália, Império Austro-Húngaro e Alemanha (a Itália passou para a outra aliança em 1915). Do outro lado a Tríplice Entente, formada em 1907, com a participação de França, Rússia e Reino Unido.

O Brasil também participou, enviando para os campos de batalha enfermeiros e medicamentos para ajudar os países da Tríplice Entente.

DESENVOLVIMENTO

As batalhas desenvolveram-se principalmente em trincheiras. Os soldados ficavam, muitas vezes, centenas de dias entrincheirados, lutando pela conquista de pequenos pedaços de território. A fome e as doenças também eram os inimigos destes guerreiros. Nos combates também houve a utilização de novas tecnologias bélicas como, por exemplo, tanques de guerra e aviões. Enquanto os homens lutavam nas trincheiras, as mulheres trabalhavam nas indústrias bélicas como empregadas.

FIM DO CONFLITO

Em 1917 ocorreu um fato histórico de extrema importância: a entrada dos Estados Unidos no conflito. Os EUA entraram ao lado da Tríplice Entente, pois havia acordos comerciais a defender, principalmente com Inglaterra e França. Este fato marcou a vitória da Entente, forçando os países da Aliança a assinarem a rendição. Os derrotados tiveram ainda que assinar o Tratado de Versalhes que impunha a estes países fortes restrições e punições. A Alemanha teve seu exército reduzido, sua indústria bélica controlada, perdeu a região do corredor polonês, teve que devolver à França a região da Alsácia Lorena, além de ter que pagar os prejuízos da guerra dos países vencedores. O Tratado de Versalhes teve repercussões na Alemanha, influenciando o início da Segunda Guerra Mundial.

A guerra gerou aproximadamente 10 milhões de mortos, o triplo de feridos, arrasou campos agrícolas, destruiu indústrias, além de gerar grandes prejuízos econômicos.

C33 – NAZISMO E FACISMO

O NAZISMO NA ALEMANHA

Regime político de caráter autoritário que se desenvolve na Alemanha durante as sucessivas crises da República de Weimar (1919-1933). O Nazismo baseia-se na doutrina do nacional-socialismo, formulada por Adolf Hitler (1889-1945), que orienta o programa do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP). A essência da ideologia nazista encontra-se no livro de Hitler, *Minha Luta* (MeinKampf). Nacionalista, defende o racismo e a superioridade da raça ariana; nega as instituições da democracia liberal e a revolução socialista; apóia o campesinato e o totalitarismo; e luta pelo expansionismo alemão.

Ao final da 1ª Guerra Mundial, além de perder territórios para França, Polônia, Dinamarca e Bélgica, os alemães são obrigados pelo Tratado de Versalhes a pagar pesadas indenizações aos países vencedores. Essa penalidade faz crescer a dívida externa e compromete os investimentos internos, gerando falências, inflação e desemprego em massa. As tentativas frustradas de revolução socialista (1919, 1921 e 1923) e as sucessivas quedas de gabinetes de orientação social-democrata criam condições favoráveis ao surgimento e à expansão do nazismo no país.

Utilizando-se de espetáculos de massa (comícios e desfiles) e dos meios de comunicação (jornais, revistas, rádio e cinema), o partido nazista consegue mobilizar a população por meio do apelo à ordem e ao revanchismo. Em 1933, Hitler chega ao poder pela via eleitoral, sendo nomeado primeiro-ministro com o apoio de nacionalistas, católicos e setores independentes. Com a morte do presidente Hindenburg (1934), Hitler torna-se chefe de governo (chanceler) e chefe de Estado (presidente). Interpreta o papel de *führer*, o guia do povo alemão, criando o 3º Reich (Terceiro Império).

Com poderes excepcionais, Hitler suprime todos os partidos políticos, exceto o nazista; dissolve os sindicatos; cassa o direito de greve; fecha os jornais de oposição e estabelece a censura à imprensa; e, apoiando-se em organizações paramilitares, SA (guarda do Exército), SS (guarda especial) e Gestapo (polícia política), implanta o terror com a perseguição aos judeus, dos sindicatos e dos políticos comunistas, socialistas e de outros partidos.

O intervencionismo e a planificação econômica adotados por Hitler eliminam, no entanto, o desemprego e provocam o rápido desenvolvimento industrial, estimulando a indústria bélica e a edificação de obras públicas, além de impedir a retirada do capital estrangeiro do país. Esse crescimento deve-se em grande parte ao apoio dos grandes grupos alemães, como Krupp, Siemens e Bayer, a Adolf Hitler.

Desrespeitando o Tratado de Versalhes, Hitler reinstitui o serviço militar obrigatório (1935), remilitariza o país e envia tanques e aviões para amparar as forças conservadoras do general Francona Espanha, em 1936. Nesse mesmo ano, cria o Serviço para a Solução do Problema Judeu, sob a supervisão das SS, que se dedica ao extermínio sistemático dos judeus por meio da deportação para guetos ou campos de concentração. Anexa a Áustria (operação chamada, em alemão, de *Anschluss*) e a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia (1938). Ao invadir a Polônia, em 1939, dá início à 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

Terminado o conflito, instala-se na cidade alemã de Nuremberg um Tribunal Internacional para julgar os crimes de guerra cometidos pelos nazistas. Realizam-se 13 julgamentos entre 1945 e 1947. Juízes norte-

americanos, britânicos, franceses e soviéticos, que representam as nações vitoriosas, condenam à morte 25 alemães, 20 à prisão perpétua e 97 a penas curtas de prisão. Absolvem 35 indiciados. Dos 21 principais líderes nazistas capturados, dez são executados por enforcamento em 16 de outubro de 1946. O marechal Hermann Goering suicida-se com veneno em sua cela, pouco antes do cumprimento da pena.

O FASCISMO NA ITÁLIA

Regime político de caráter autoritário que surge na Europa no período entre-guerras (1919-1939). Originalmente é empregado para denominar o regime político implantado pelo italiano Benito Mussolini, no período de 1919 a 1943. Suas principais características são o totalitarismo, que subordina os interesses do indivíduo ao Estado; o nacionalismo, que tem a nação como forma suprema de desenvolvimento; e o corporativismo, em que os sindicatos patronais e trabalhistas são os mediadores das relações entre o capital e o trabalho.

Camisas pretas – O fascismo nasce oficialmente em 1919, quando Mussolini funda, em Milão, o movimento intitulado Fascio de Combatimento, cujos integrantes, os camisas pretas (camicienere), opõem-se à classe liberal. Em 1922, as milícias fascistas desfilam na Marcha sobre Roma, e Mussolini é convocado para chefiar o governo em uma Itália que atravessa profunda crise econômica, agravada por greves e manifestações de trabalhadores urbanos e rurais. Em 1929 há um endurecimento do regime, que significa cerceamento à liberdade civil e política, derrota dos movimentos de esquerda, limitações ao direito dos empresários de administrar sua força de trabalho e unipartidarismo. A política adotada, entretanto, é eficiente na modernização da economia industrial italiana e na diminuição do desemprego.

Outras formas – Regimes semelhantes surgem em outros países. Na Alemanha (1933-1945), com Hitler, nasce o nazismo; na Espanha (1939-1975), com o general Francisco Franco, surge o franquismo, e em Portugal (1929-1974), com o então primeiro-ministro António de Oliveira Salazar, desenvolve-se o salazarismo. No Brasil, o fascismo acompanha o Estado Novo (1937-1945).

C34 – CRISE DE 1929

A crise da economia norte-americana, em 1929, ofereceu uma grande ameaça ao sistema capitalista. Durante o início do século XX, os Estados Unidos transformaram-se no grande paradigma de consumo e prosperidade material do mundo. Nações inteiras tinham sua balança comercial arraigada na onda de consumo e na concessão de empréstimos feita pelos cofres do Tio Sam.

No entanto, a euforia da economia veio acompanhada por uma forte onda especulativa do mercado financeiro. A esperança no lucro certo das empresas e negócios estadunidenses incentivava a população a investir sua renda na compra de ações. Ao mesmo tempo, a euforia consumista formou uma grande classe média beneficiada pela baixa dos alimentos, a concessão de crédito e o aumento salarial. Uma bela casa recheada com eletrodomésticos e um carro na garagem simbolizavam a vitória do chamado “american way of life”.

Porém, com o fim da Primeira Guerra Mundial, a euforia consumista teve de ser refreada. O ritmo de produção do período de guerra era muito mais do que o suportado por uma economia em tempos de paz. Aos poucos, a diminuição do ritmo de produção e a redução na margem de lucro das empresas foram dando sinais de um processo de recessão da economia dos EUA. Logo em seguida, uma avalanche de desemprego começou a tomar conta do país.

Não tendo como escoar sua própria produção, as empresas reduziram os gastos com mão-de-obra para equilibrar suas finanças. O cidadão americano, acostumado com a estabilidade econômica, contraiu dívidas com a esperança de pagá-las com o retorno financeiro dado pela especulação na bolsa de valores. Ao mesmo tempo, as economias européias, assoladas pelos conflitos da Primeira Guerra, deram sinais claros de recuperação e diminuíram sua demanda pela produção estadunidense.

Esse processo desenvolvido ao longo dos anos de 1920, logo apresentou um quadro desastroso à economia dos EUA. O poder de compra do salário reduziu-se drasticamente. A indústria não conseguia escoar a riqueza produzida. No campo, estoques inteiros se acumulavam à espera de preços que, no mínimo, cobrissem as despesas com a produção. Em 1928, mais de 4 milhões de pessoas não tinham trabalho. No ano seguinte, o mercado financeiro deflagrou o golpe final na economia.

Em 1929, a retração da produção e do consumo afastou os cidadãos estadunidenses do mercado financeiro. Nas bolsas de valores, a incessante venda das ações estimulou a queda no valor das mesmas. No mês de outubro a situação alcançou situação alarmante. Sem o interesse na compra, vários especuladores,

empresários e cidadãos comuns viram suas ações perderem o seu valor monetário. No dia 24 daquele mês foi anunciado o “crash” (quebra) da Bolsa de Valores de Nova York.

Tinha início o período da Grande Depressão, que se estendeu até o ano de 1933. O ritmo da produção caiu para a metade, milhares de empresas pediram falência, os salários despencaram e uma massa de desvalidos tomou conta das cidades dos Estados Unidos. No mercado internacional os efeitos da crise também foram sentidos. Nações que tinham dívidas com os EUA suspenderam as importações e as nações agro-exportadoras perderam um dos seus mais importantes mercados consumidores.

Além de configurar a crise da economia dos EUA, a quebra da bolsa e a grande depressão exigiram a remodelação do sistema econômico capitalista. Foi quando as ações intervencionistas do presidente Franklin Delano Roosevelt inauguraram uma nova relação entre o Estado e a economia. Em sua administração foi inaugurado o “New Deal” (Novo Acordo), que ditava prerrogativas de controle do Estado sobre a economia.

Em alguns meses a economia começou a dar sinais de melhora e a situação parecia ganhar um contorno. O governo começou a empreender obras públicas, aumentando os níveis de emprego, e passou a fiscalizar as ações do mercado financeiro. Os salários e a jornada de trabalho foram fixados por lei e um conjunto de políticas assistencialistas foi promovido. A renovação das práticas salvou o capitalismo nos EUA.

Por outro lado, as nações européias prejudicadas com a crise responderam a seus problemas com a eclosão de movimentos socialistas e o surgimento de governos totalitários. Na Itália e na Alemanha, o movimento nazi-fascista pregava medidas radicais contra a miséria econômica e o caos social. Os movimentos de esquerda ganharam mais força, trazendo o ideário comunista como solução para a crise. Em pouco tempo, uma nova guerra mundial veio discutir o jogo político-econômico internacional.

**EE. ARLINDO DE SAMPAIO JORGE – EJAIII
PROFESSOR ALBERTO WOLF – HISTÓRIA
CONTEÚDO: UNIDADE IX**

C35 – SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Sobre o início da Segunda Guerra Mundial, alguns pesquisadores apontam como umas das principais causas do conflito a imposição do Tratado de Versalhes (1919), principalmente sobre a Alemanha, e a Crise de 1929 que iniciou nos Estados Unidos, mas que se expandiu por toda a Europa.

O período que compreende o final da Primeira Guerra Mundial (1919) e início da Segunda Guerra (1939) ficou conhecido como período do “entre guerras”, no intervalo de tempo entre os dois maiores conflitos da humanidade é possível perceber uma rápida ascensão do Regime Nazista na Alemanha e Fascista na Itália e a disseminação dessas ideologias entre a população europeia.

Os Estados Totalitários formados pela Alemanha e Itália iniciaram sua política de expansão territorial no ano de 1931, a Itália invadiu a região da Abissínia (Etiópia); a região da Manchúria (China) foi tomada pelo Japão. A Alemanha começou sua política expansionista dentro do próprio território europeu, incorporou a região do Sarre e ocupou militarmente a região da Renânia.

As pretensões imperialistas do nazi-fascismo, principalmente da Alemanha, eram agregar a região da Áustria e toda a região do leste europeu, ou os chamados Sudetos, que compreendiam as regiões que faziam fronteiras com a República Tcheca (Boêmia e Morávia). A Inglaterra e a França concederam aos alemães a ocupação destas regiões na conferência de Munique. Entretanto, ingleses e franceses asseguraram a proteção e a não invasão alemã de outros territórios no leste europeu (Polônia), ou seja, a Alemanha comprometia-se a não empreender uma nova expansão territorial sem o conhecimento franco-ingles. Dando continuação à política dos acordos, no ano de 1939, Hitler assinou com Stálin o pacto germano-soviético de não agressão e neutralidade entre Alemanha e União Soviética por dez anos.

Outro fato que fortaleceu a aliança dos países do Eixo aconteceu entre 1936 e 1939, na Espanha. O golpe militar empreendido pelo general Franco, que ficou conhecido como A Guerra Civil Espanhola, dizimou milhões de pessoas. Os principais líderes nazifascistas, respectivamente Hitler e Mussolini, apoiaram o golpe do general Franco e enviaram armas recém-criadas pela indústria bélica alemã para serem testadas diretamente em vidas espanholas. O apoio nazifascista consolidou a aliança que ficou conhecida como Eixo Berlim-Roma.

Na década de 1930 do século XX, o Japão se despontava no continente asiático como uma grande potência imperialista, o país incorporou alguns territórios, principalmente a região da Manchúria, na China. Essa expansão territorial rapidamente levou o país a entrar em conflito com a União Soviética e alguns outros países imperialistas do ocidente. Desde então, o Japão iniciou uma aliança com a Alemanha e Itália, constituindo a aliança denominada Eixo Roma-Berlim-Tóquio. A principal política destes três países era o duro combate ao comunismo internacional que desencadeou o acordo chamado pacto anti-Komintern e a expansão territorial.

A chamada Liga das Nações, órgão internacional que presava a paz mundial, nada fazia para barrar a expansão territorial alemã, italiana e japonesa. Em setembro de 1939, a Alemanha nazista invadiu a Polônia em retaliamento ao Tratado de Versalhes, que tinha incorporado o chamado ‘corredor polonês’ (território que tinha saída para o Mar) à Polônia, território que pertencia antes à Alemanha.

Até o ano de 1942, os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) empreenderam enormes vitórias na Europa, incorporaram vários territórios. No ano de 1941, Hitler rompeu o acordo feito com a União Soviética e invadiu o país em busca de minérios, cereais e petróleo; até o final do ano de 1941, os alemães realizaram duras baixas no exército soviético, fato que mudou significativamente no ano de 1942, quando os soviéticos fizeram os alemães saborear duras perdas.

Os países aliados (Inglaterra, França) passaram a ter o apoio da União Soviética e dos Estados Unidos da América. A União Soviética entrou na guerra a partir do momento em que Hitler rompeu com o pacto germano-soviético; os Estados Unidos já promoviam acordos de solidariedade com a Inglaterra, na chamada Carta do Atlântico, negociada pelo presidente Norte Americano Franklin Roosevelt e pelo primeiro-ministro inglês Winston Churchill. Após os ataques japoneses à base naval de Pearl Harbor, os Estados Unidos declararam guerra ao Japão.

A partir do ano de 1941, com a entrada da União Soviética e dos Estados Unidos, os aliados começaram a reverter a situação nem um pouco confortável em que se encontravam. A Batalha de Stalingrado ocorrida na Rússia foi uma das primeiras grandes baixas no exército alemão. A partir de então, formava-se a primeira frente de luta dos aliados que direcionavam a marcha para a tomada de Berlim.

Outra baixa nos países do Eixo foi a vitória dos Estados Unidos sobre a marinha japonesa em 1942, na Batalha de Midway. As forças inglesas e norte-americanas derrotaram no ano de 1943 as tropas do Eixo, no norte da África, na Batalha conhecida como El Alamein. Delineava, então, o fracasso do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. O golpe final foi dado pelos soviéticos (Exército Vermelho), que tomaram e marcharam sobre Berlim no ano de 1945.

O nazista Hitler suicidou-se com um tiro de pistola e sua esposa Eva Braun envenenou-se; o líder fascista Mussolini e sua esposa foram fuzilados pela resistência italiana e seus corpos foram expostos em praça pública na cidade de Milão.

Após a morte dos líderes nazifascistas, uma última batalha ainda aconteceu, o conflito entre Japão e Estados Unidos no Pacífico. Os Estados Unidos dominaram as ilhas de Iwojima e Okinawa, a rendição japonesa foi logo consolidada. Em agosto de 1945, os Estados Unidos, com a vitória já consolidada, resolveram mostrar para o mundo o seu poder bélico e lançaram sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki duas bombas nucleares que as arrasaram, ceifando vidas de milhares de pessoas, decretando o fim da Segunda Guerra Mundial, mas iniciando uma nova etapa da história da humanidade, a chamada fase nuclear.

C36 – POS-GUERRAS

A Guerra Fria tem início logo após a Segunda Guerra Mundial, pois os Estados Unidos e a União Soviética vão disputar a hegemonia política, econômica e militar no mundo.

A União Soviética possuía um sistema socialista, baseado na economia planificada, partido único (Partido Comunista), igualdade social e falta de democracia. Já os Estados Unidos, a outra potência mundial, defendia a expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada. Na segunda metade da década de 1940 até 1989, estas duas potências tentaram implantar em outros países os seus sistemas políticos e econômicos.

A definição para a expressão guerra fria é de um conflito que aconteceu apenas no campo ideológico, não ocorrendo um embate militar declarado e direto entre Estados Unidos e URSS. Até mesmo porque, estes dois países estavam armados com centenas de mísseis nucleares. Um conflito armado direto significaria o fim dos dois países e, provavelmente, da vida no planeta Terra. Porém ambos acabaram alimentando conflitos em outros países como, por exemplo, na Coréia e no Vietnã.

Paz Armada – Na verdade, uma expressão explica muito bem este período: a existência da Paz Armada. As duas potências envolveram-se numa corrida armamentista, espalhando exércitos e armamentos em seus territórios e nos países aliados. Enquanto houvesse um equilíbrio bélico entre as duas potências, a paz estaria garantida, pois haveria o medo do ataque inimigo.

Nesta época, formaram-se dois blocos militares, cujo objetivo era defender os interesses militares dos países membros. A OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte (surgiu em abril de 1949) era liderada pelos Estados Unidos e tinha suas bases nos países membros, principalmente na Europa Ocidental. O Pacto de Varsóvia era comandado pela União Soviética e defendia militarmente os países socialistas.

Alguns países membros da OTAN: Estados Unidos, Canadá, Itália, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Suécia, Espanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Áustria e Grécia.

Alguns países membros do Pacto de Varsóvia : URSS, Cuba, China, Coréia do Norte, Romênia, Alemanha Oriental, Albânia, Tchecoslováquia e Polônia.

Corrida Espacial – EUA e URSS travaram uma disputa muito grande no que se refere aos avanços espaciais. Ambos corriam para tentar atingir objetivos significativos nesta área. Isso ocorria, pois havia uma certa disputa entre as potências, com o objetivo de mostrar para o mundo qual era o sistema mais avançado. No ano de 1957, a URSS lança o foguete Sputnik com um cão dentro, o primeiro ser vivo a ir para o espaço. Doze anos depois, em 1969, o mundo todo pôde acompanhar pela televisão a chegada do homem a lua, com a missão espacial norte-americana.

Caça às Bruxas – Os EUA liderou uma forte política de combate ao comunismo em seu território e no mundo. Usando o cinema, a televisão, os jornais, as propagandas e até mesmo as histórias em quadrinhos, divulgou uma campanha valorizando o "american way of life". Vários cidadãos americanos foram presos ou marginalizados por defenderem idéias próximas ao socialismo. O Macartismo, comandado pelo senador republicano Joseph McCarthy, perseguiu muitas pessoas nos EUA. Essa ideologia também chegava aos países aliados dos EUA, como uma forma de identificar o socialismo com tudo que havia de ruim no planeta.

Na URSS não foi diferente, já que o Partido Comunista e seus integrantes perseguiam, prendiam e até matavam todos aqueles que não seguiam as regras estabelecidas pelo governo. Sair destes países, por exemplo, era praticamente impossível. Um sistema de investigação e espionagem foi muito usado de ambos os lados. Enquanto a espionagem norte-americana cabia aos integrantes da CIA, os funcionários da KGB faziam os serviços secretos soviéticos.

A divisão da Alemanha – Após a Segunda Guerra, a Alemanha foi dividida em duas áreas de ocupação entre os países vencedores. A República Democrática da Alemanha, com capital em Berlim, ficou sendo zona de influência soviética e, portanto, socialista. A República Federal da Alemanha, com capital em Bonn (parte capitalista), ficou sob a influência dos países capitalistas. A cidade de Berlim foi dividida entre as quatro forças que venceram a guerra: URSS, EUA, França e Inglaterra. Em 1961 foi levantado o Muro de Berlim, para dividir a cidade em duas partes: uma capitalista e outra socialista.

"Cortina de Ferro" – Em 1946, Winston Churchill (primeiro ministro britânico) fez um famoso discurso nos Estados Unidos, usando a expressão "Cortina de Ferro" para se referir à influência da União Soviética sobre os países socialistas do leste europeu. Churchill defendia a ideia de que, após a Segunda Guerra Mundial, a URSS tinha se tornado a grande inimiga dos valores ocidentais (democracia e liberdade, principalmente).

Plano Marshall e COMECON – As duas potências desenvolveram planos para desenvolver economicamente os países membros. No final da década de 1940, os EUA colocaram em prática o Plano Marshall, oferecendo ajuda econômica, principalmente através de empréstimos, para reconstruir os países capitalistas afetados pela Segunda Guerra Mundial. Já o COMECON foi criado pela URSS em 1949 com o objetivo de garantir auxílio mútuo entre os países socialistas.

Envolvimentos Indiretos – Guerra da Coréia : Entre os anos de 1951 e 1953 a Coréia foi palco de um conflito armado de grandes proporções. Após a Revolução Maoista ocorrida na China, a Coréia sofre pressões para adotar o sistema socialista em todo seu território. A região sul da Coréia resiste e, com o apoio militar dos Estados Unidos, defende seus interesses. A guerra dura dois anos e termina, em 1953, com a divisão da Coréia no paralelo 38. A Coréia do Norte ficou sob influência soviética e com um sistema socialista, enquanto a Coréia do Sul manteve o sistema capitalista.

Guerra do Vietnã – Este conflito ocorreu entre 1959 e 1975 e contou com a intervenção direta dos EUA e URSS. Os soldados norte-americanos, apesar de todo aparato tecnológico, tiveram dificuldades em enfrentar os soldados vietcongues (apoiados pelos soviéticos) nas florestas tropicais do país. Milhares de pessoas, entre civis e militares morreram nos combates. Os EUA saíram derrotados e tiveram que abandonar o território vietnamita de forma vergonhosa em 1975. O Vietnã passou a ser socialista.

Fim da Guerra Fria – A falta de democracia, o atraso econômico e a crise nas repúblicas soviéticas acabaram por acelerar a crise do socialismo no final da década de 1980. Em 1989 cai o Muro de Berlim e as duas Alemanhas são reunificadas. No começo da década de 1990, o então presidente da União Soviética Gorbachev começou a acelerar o fim do socialismo naquele país e nos aliados. Com reformas econômicas, acordos com os EUA e mudanças políticas, o sistema foi se enfraquecendo. Era o fim de um período de embates políticos, ideológicos e militares. O capitalismo vitorioso, aos poucos, iria sendo implantado nos países socialistas.

C37 – CRIAÇÃO DA ONU

A ONU (Organização das Nações Unidas) foi criada em 1945, na Conferência de São Francisco, EUA, em substituição à antiga Sociedade das Nações dissolvida neste mesmo ano. A Sociedade das Nações surgiu em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, sob os mesmos princípios da ONU (manter a paz, a segurança e a cooperação entre as nações), mas foi impotente para impedir conflitos de grande dimensão como por exemplo a Guerra da Manchúria (Japão e China), a Guerra Civil Espanhola e a deflagração da Segunda Guerra Mundial.

A ordem mundial pós Segunda Guerra estabeleceu um novo equilíbrio de força internacional sob a hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética, os verdadeiros vencedores do conflito. Era necessária a construção de uma nova instituição internacional que representasse esta nova estruturação do poder mundial. A ONU cumpriu esse papel.

Internamente, a ONU é formada por seis principais órgãos, responsáveis pelas suas mais importantes atribuições e resoluções: o Conselho de Segurança, a Assembléia Geral, o Conselho de Tutela, o Secretariado, a Corte Internacional de Justiça e o Conselho Econômico e Social.

A Assembléia Geral e o Conselho de Segurança – A Assembleia Geral é representada por todos os 191 países integrantes das Nações Unidas. Ela se reúne regularmente uma vez por ano, mas pode ser convocada em situação especial, para discutir determinados temas internacionais e votar algumas resoluções colocadas à sua apreciação. A aprovação de qualquer matéria pela Assembléia Geral, depende da concordância de dois terços dos votantes.

C38 – PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

As décadas de 1870 e 80 marcaram o declínio do regime imperial no Brasil. O governo monárquico não foi capaz de solucionar os problemas políticos e atender às aspirações sociais que surgiram com o desenvolvimento do país e as transformações da sociedade.

Gradualmente a monarquia foi perdendo legitimidade diante dos movimentos republicanos e abolicionistas e entrando em conflito com duas instituições importantes: o Exército e a Igreja. Em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República.

O governo monárquico foi derrubado por um golpe militar. A Proclamação da República foi um movimento eminentemente elitista que ocorreu sem luta e sem a participação direta das camadas populares. Uma aliança entre a elite militar do Exército e os fazendeiros cafeicultores do oeste paulista possibilitou aos republicanos tomarem o poder.

Coube ao marechal Deodoro da Fonseca a liderança do movimento golpista de derrubada do governo monárquico. De 1889 a 1894, os militares controlaram o poder político e comandaram os destinos da nação.

Governo Provisório e República da Espada – A fase em que os militares ocuparam a liderança política do país também ficou conhecida como a República da Espada. Com a derrubada do governo monárquico foi constituído um governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que governou o país até 1891.

O Governo Provisório tomou algumas medidas importantes tais como a separação oficial entre a Igreja e o Estado, acabando com o regime do Padroado (a Igreja obteve autonomia e liberdade para tomar decisões relativas a questões religiosas e administrativas); a instituição do casamento civil e a criação da bandeira republicana com o lema "Ordem e Progresso".

No Governo Provisório surgiram também disputas políticas em torno do modelo republicano que seria implantado. Os militares defenderam um regime republicano centralizado, com um Poder Executivo forte o bastante para controlar o Poder Legislativo e Judiciário, e no qual os Estados (as antigas províncias) não tivessem autonomia.

Os grandes proprietários agrários, sobretudo os ricos cafeicultores paulistas, se opunham a esse modelo e defenderam um regime republicano federalista, onde os Estados fossem autônomos a ponto de poderem ser controlados econômica e administrativamente em benefício dos seus interesses.

A Constituição de 1891 – A mais importante medida do Governo Provisório foi a promulgação da Constituição de 1891. O Brasil passava a ser uma República Federativa presidencialista. A República unia e congregava vinte Estados com ampla autonomia econômica e administrativa.

O texto da Carta assegurou a descentralização política. Os Estados puderam constituir seus poderes Executivo e Legislativo, ou seja, tinham liberdade para eleger seus governadores e deputados, criar impostos, possuir suas próprias forças militares e elaborar constituições.

Mas a autonomia dos Estados não ameaçou a soberania da União. O poder central ficou responsável pela defesa nacional, pelas relações exteriores e deteve as melhores fontes de renda proveniente dos impostos. Os Estados deviam plena obediência à Constituição Federal.

O poder central era constituído por três poderes: o Poder Executivo, ocupado por um presidente e um vice-presidente; o Poder Legislativo formado pelo Senado e pela Câmara Federal (cada Estado da federação era representado por três senadores, enquanto que o número de deputados federais era proporcional ao número de habitantes de cada Estado); e por fim o Poder Judiciário, formado por juízes e tribunais federais, sendo a instituição mais importante o Supremo Tribunal Federal.

A República Oligárquica – Embora a Constituição de 1891 tenha estabelecido eleições diretas por meio do voto popular para a escolha do chefe da nação, determinou, em caráter excepcional, que o primeiro

governante fosse escolhido pelo Legislativo Federal. Os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, foram eleitos presidente e vice-presidentes respectivamente.

Deodoro deveria governar até 1894, mas o agravamento da crise econômica e os constantes desentendimentos entre o Poder Executivo e Legislativo e ainda os conflitos entre militares e civis, o levaram a renunciar nove meses após ter assumido o poder. A chefia do governo passou ao vice-presidente, o marechal Floriano Peixoto.

Nas eleições de 1894, Prudente de Moraes foi eleito. Aristocrata paulista e representante da elite cafeicultora, sua posse como primeiro presidente civil encerrou o período de ascendência militar sobre o governo da República Velha e marca o início de um longo período de predomínio dos civis no poder. Os anos que vão de 1894 a 1930 correspondem à fase em que os grandes proprietários de terra detiveram o poder político em defesa de seus interesses dando origem à denominação de República Oligárquica.

Após o mandato de Prudente de Moraes (1894-1898) a Presidência da República foi ocupada pelos seguintes governantes: Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910), Hermes da Fonseca (1910-1914), Venceslau Brás (1914-1918), Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930).

C39 – REVOLUÇÃO DE 1930

Os antecedentes da Revolução de 30 – Interpretada como a revolução que pôs fim ao predomínio das oligarquias no cenário político brasileiro, a Revolução de 30 contou com uma série de fatores conjunturais que explicam esse dado histórico. O próprio uso do termo ‘revolução’ como definidor desse fato, pode, ainda, restringir outras questões vinculadas a esse importante acontecimento. Em um primeiro momento, podemos avaliar a influência de alguns fatores internos e externos que explicam o movimento.

No âmbito internacional, podemos destacar a ascensão de algumas práticas capitalistas e a própria crise do sistema capitalista. Cada vez mais, a modernização das economias nacionais, inclusive a brasileira, só era imaginada com a intervenção de um Estado preocupado em implementar um parque industrial autônomo e sustentador de sua própria economia. Em contrapartida, o capitalismo vivia um momento de crise provocado pelo colapso das especulações financeiras que, inclusive, provocaram o “crash” da Bolsa de Nova Iorque, em 1929.

Apático a esse conjunto de transformações, os governos oligárquicos preferiam manter a nação sob um regime econômico agroexportador. Dessa forma, a economia brasileira sofreu, principalmente nas primeiras décadas do século XX, graves oscilações em seu desempenho econômico. Em outras palavras, a economia brasileira só ia bem quando as grandes potências industriais tinham condições de consumir os produtos agrícolas brasileiros.

Defendendo essa política conservadora e arcaica, as elites oligárquicas acabaram pagando um alto preço ao refrear a modernização da economia brasileira. De um lado, as camadas populares sofriam, cada vez mais, o impacto de governos que não criavam efetivas políticas sociais e, ao mesmo tempo, não dava atenção aos setores sociais emergentes (militares, classes média e operária). Por outro, as próprias oligarquias não conseguiam manter uma posição política homogênea mediante uma economia incerta e oscilante.

Fatos que marcaram o processo da Revolução de 30 – Nesse contexto, podemos compreender que a crise das oligarquias foi um passo crucial para a revolução. Com o impacto da crise de 1929, o então presidente paulista Washington Luís resolveu apoiar a candidatura de seu conterrâneo Júlio Prestes. Conhecida como “Política do Café Puro”, a candidatura de Júlio Prestes rompeu com o antigo arranjo da “Política do Café com Leite”, em que os latifundiários mineiros e paulistas se alternariam no mandato presidencial.

Insatisfeitos com tal medida, um grupo de oligarquias dissidentes – principalmente de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba – criaram uma chapa eleitoral contra a candidatura de Júlio Prestes. Conhecida como Aliança Liberal, a chapa encabeçada pelo fazendeiro gaúcho Getúlio Vargas prometia um conjunto de medidas reformistas. Entre outros pontos, os liberais defendiam a instituição do voto secreto, o estabelecimento de uma legislação trabalhista e o desenvolvimento da indústria nacional.

O desfecho da Revolução de 30 - Sob um clima de desconfiança e tensão, o candidato Júlio Prestes foi considerado vencedor das eleições daquele ano. Mesmo com a derrota dos liberais, um possível golpe armado ainda era cogitado. Com o assassinato do liberal João Pessoa, em 26 de julho de 1930, o movimento oposicionista articulou a derrubada do governo oligárquico com o auxílio de setores militares.

Depois de controlar os focos de resistência nos estados, Getúlio Vargas e seus aliados chegam ao Rio de Janeiro, em novembro de 1930. Iniciando a chamada Era Vargas, Getúlio ficaria por quinze anos ininterruptos no poder (1930 – 1945) e, logo depois, seria eleito pelo voto popular voltando à presidência entre os anos de 1951 e 1954.

C40 – ERA VARGAS

A chamada Era Vargas está dividida em três momentos: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo.

O período inaugurou um novo tipo de Estado, denominado “Estado de compromisso”, em razão do apoio de diversas forças sociais e políticas: as oligarquias dissidentes, classes médias, burguesia industrial e urbana, classe trabalhadora e o Exército. Neste “Estado de compromisso” não existia nenhuma força política hegemônica, possibilitando o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas. Governo Provisório (1930/1934).

Aspectos políticos e econômicos No plano político, o governo provisório foi marcado pela Lei Orgânica, que estabelecia plenos poderes a Vargas. Os órgãos legislativos foram extintos, até a elaboração de uma nova constituição para o país.

Desta forma, Vargas exerce o poder executivo e o Legislativo. Os governadores perderam seus mandatos – por força da Revolução de 30 – seu nomeados em seus lugares os inteventores federais (que eram escolhidos pelos tenentes).

A economia cafeeira receberá atenções por parte do governo federal. Para superar os efeitos da crise de 1929, Vargas criou o Conselho Nacional do Café, reeditando a política de valorização do café ao comprar e estocar o produto.

O esquema provocou a formação de grandes estoques, em razão da falta de compradores, levando o governo a realizar a queima dos excedentes. Houve um desenvolvimento das atividades industriais, principalmente no setor têxtil e no de processamento de alimentos. Este desenvolvimento explica-se pela chamada política de substituição de importações.

Revolução constitucionalista de 32 - Movimento ocorrido em São Paulo ligado à demora de Getúlio Vargas para reconstitucionalizar o país, a nomeação de um intendor pernambucano para o governo do Estado (João Alberto). Mesmo sua substituição por Pedro de Toledo não diminuiu o movimento.

O movimento teve também como fator a tentativa da oligarquia cafeeira retomar o poder político. O movimento contou com apoio das camadas médias urbanas. Formou-se a Frente Única Paulista, exigindo a nomeação de um intendor paulista e a reconstitucionalização imediata do país.

Em maio de 1932 houve uma manifestação contra Getúlio que resultou na morte de quatro manifestantes: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Iniciou-se a radicalização do movimento, sendo que o MMDC passou a ser o símbolo deste momento marcado pela luta armada.

Após três meses de combates as forças leais a Vargas forçaram os paulistas à rendição. Procurando manter o apoio dos paulistas, Getúlio Vargas acelerou o processo de redemocratização realizando eleições para uma Assembleia Constituinte que deveria elaborar uma nova constituição para o Brasil.

A constituição de 1934 – Promulgada em 16 de novembro de 1934 apresentando os seguintes aspectos: A manutenção da República com princípios federativos; Existência de três poderes independentes entre si: Executivo, Legislativo e Judiciário; Estabelecimento de eleições diretas para o Executivo e Legislativo; As mulheres adquirem o direito ao voto; Representação classista no Congresso (elementos eleitos pelos sindicatos); Criado o Tribunal do Trabalho; Legislação trabalhista e liberdade de organização sindical; Estabelecimento de monopólio estatal sobre algumas atividades industriais; Possibilidade da nacionalização de empresas estrangeiras; Instituído o mandato de segurança, instrumento jurídico dos direitos do cidadão perante o Estado.

A Constituição de 1934 foi inspirada na Constituição de Weimar preservando o liberalismo e mantendo o domínio dos proprietários visto que a mesma não toca no problema da terra. Governo Constitucional (1934/1937). Período marcado pelos reflexos da crise mundial de 1929: crise econômica, desemprego, inflação e carestia. Neste contexto desenvolve-se, na Europa, os regimes totalitários (nazismo e fascismo) – que se opunham ao socialismo e ao liberalismo econômico.

A ideologia nazi-fascista chegou ao Brasil, servindo de inspiração para a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada pelo jornalista Plínio Salgado. Movimento de extrema direita, anticomunista, que tinha como lema "Deus, pátria, família". Defendia a implantação de um Estado totalitário e corporativo.

A milícia da AIB era composta pelos "camisas verdes", que usavam de violência contra seus adversários. Os integralistas receberam apoio da alta burguesia, do clero, da cúpula militar e das camadas médias urbanas. Por outro lado, o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora possibilitou a formação de um movimento de caráter progressista, contando com o apoio de liberais, socialista, comunistas, tenentes radicais e dos sindicatos – trata-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Luís Carlos Prestes, filiado ao Partido Comunista Brasileiro foi eleito presidente de honra. A ANL reivindicava a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras e a realização da reforma agrária. Colocava-se contra o totalitarismo e defendia a democracia e um governo popular. A adesão popular foi muito grande, tornando a ANL uma ameaça ao capital estrangeiro e aos interesses oligárquicos.

Procurando conter o avanço da frente progressista o governo federal - por meio da aprovação da Lei de Segurança Nacional – decretou o fechamento dos núcleos da ANL. A reação, por parte dos filiados e simpatizantes, foi violenta e imediata. Movimentos eclodiram no Rio de Janeiro, Recife, Olinda e Natal – episódio conhecido como Intentona Comunista.

O golpe do Estado Novo No ano de 1937 deveria ocorrer eleições presidenciais para a sucessão de Getúlio Vargas. A disputa presidencial foi entre Armando de Sales Oliveira – que contava com o apoio dos paulistas e de facções de oligarquias de outros Estados. Representava uma oposição liberal ao centralismo de Vargas.

A outra candidatura era a de José Américo de Almeida, apoiado pelo Rio Grande do Sul, pelas oligarquias nordestinas e pelos Partidos Republicanos de São Paulo e Minas Gerais. Um terceiro candidato era Plínio Salgado, da Ação Integralista. A posição de Getúlio Vargas era muito confusa – não apoiando nenhum candidato. Na verdade a vontade de Getúlio era a de continuar no governo, em nome da estabilidade e normalidade constitucional; para tanto, contava com apoio de alguns setores da sociedade.

O continuísmo de Vargas recebeu apoio de uma parte do Exército – Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra representavam a alta cúpula militar – surgindo a idéia de um golpe, sob o pretexto de garantir a segurança nacional.

O movimento de "salvação nacional" – que garantiu a permanência de Vargas no poder – foi a divulgação de um falso plano de ação comunista para assumir o poder no Brasil. Chamado de Plano Cohen, o falso plano serviu de pretexto para o golpe de 10 de novembro de 1937, decretando o fechamento do Congresso Nacional, suspensão da campanha presidencial e da Constituição de 1934. Iniciava-se o Estado Novo.

O Estado Novo (1937/1945). O Estado Novo – período da ditadura de Vargas – apresentou as seguintes características: intervencionismo do Estado na economia e na sociedade e um centralização política nas mãos do Executivo, anulando o federalismo republicano.

A Constituição de 1937 - Foi outorgada em 10 de novembro de 1937 e redigida por Francisco Campos. Baseada na constituição polonesa (daí o apelido de "polaca") apresentava aspectos fascistas.

Principais características: centralização política e fortalecimento do poder presidencial; extinção do legislativo; subordinação do Poder Judiciário ao Poder Executivo; instituição dos interventores nos Estados e uma legislação trabalhista. A Constituição de 1937 eliminava a independência sindical e extinguia os partidos políticos.

A extinção da AIB deixou os integralistas insatisfeitos com Getúlio. Em maio de 1938 os integralistas tentaram um golpe contra Vargas – o Putsch Integralista – que consistiu numa tentativa de ocupar o palácio presidencial. Vargas reagiu até a chegada a polícia e Plínio Salgado precisou fugir do país.

Política trabalhista – O Estado Novo procurou controlar o movimento trabalhador através da subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Proibiu-se as greves e qualquer tipo de manifestação.

Por outro lado, o Estado efetuou algumas concessões, tais como, o salário mínimo, a semana de trabalho de 44 horas, a carteira profissional, as férias remuneradas. As leis trabalhistas foram reunidas, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regulamentando as relações entre patrões e empregados.

A aproximação de Vargas junto a classe trabalhadora urbana originou, no Brasil, o populismo – forma de manipulação do trabalhador urbano, onde o atendimento de algumas reivindicações não interfere no controle exercido pela burguesia.

Política econômica - O Estado Novo iniciou o planejamento econômico, procurando acelerar o processo de industrialização brasileiro. O Estado criou inúmeros órgãos com o objetivo de coordenar e estabelecer diretrizes de política econômica.

O governo interveio na economia criando as empresas estatais – sem questionar o regime privado. As empresas estatais encontravam-se em setores estratégicos, como a siderúrgica (Companhia Siderúrgica Nacional), a mineração (Companhia Vale do Rio Doce), hidrelétrica (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco), mecânica (Fábrica Nacional de Motores) e química (Fábrica Nacional de Álcalis).

Política administrativa – Procurando centralizar e consolidar o poder político, o governo criou o DASP (Departamento de Administração e Serviço Público), órgão de controle da economia. O outro instrumento do Estado Novo foi a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que realizava a propaganda do governo. O DIP controlava os meios de comunicação, por meio da censura.

Foi o mais importante instrumento de sustentação da ditadura que, ao lado da polícia secreta, comandada por Filinto Müller, instaurou no Brasil o período do terror: prisões, repressão, exílios, torturas etc...

Como exemplo de propaganda tem-se a criação da Hora do Brasil – que difundia as realizações do governo; o exemplo do terror fica por conta do caso de Olga Benário, mulher de Prestes, que foi presa e deportada para a Alemanha (grávida). Foi assassinada num campo de concentração.

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial - Devido a pressões – internas e externas – Getúlio Vargas rompeu a neutralidade brasileira, em 1942, e declarou guerra ao Eixo (Alemanha, Itália, Japão). A participação do Brasil foi efetiva nos campos de batalha mediante o envio da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e da FAB (Força Aérea Brasileira).

A participação brasileira na guerra provocou um paradoxo político: externamente o Brasil luta pela democracia e contra as ditaduras, internamente há ausência democrática em razão da ditadura. Esta situação, somada à vitória dos aliados contra os regimes totalitários, favorece o declínio do estado Novo e amplia as manifestações contra o regime.

O fim do Estado Novo – Em 1943 Vargas prometeu eleições para o fim da guerra; no mesmo ano houve o Manifesto dos Mineiros, onde um grupo de intelectuais, políticos, jornalistas e profissionais liberais pediam a redemocratização do país. Em janeiro de 1945, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores exigia a liberdade de expressão e eleições.

Em fevereiro do mesmo ano, Vargas publicava um ato adicional marcando eleições presidenciais para 2 de dezembro. Para concorrer as eleições surgiram os seguinte partidos políticos: UDN (União Democrática Nacional)- Oposição liberal a Vargas e contra o comunismo.

Tinha como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes; PSD (Partido Social Democrático) – era o partido dos interventores e apoiavam a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra; PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – organizado pelo Ministério do Trabalho e tendo como presidente Getúlio Vargas.

Apoiava, junto com o PSD, Eurico Gaspar Dutra; PRP (Partido de Representação Popular) – de ideologia integralista e fundado por Plínio Salgado; PCB (Partido Comunista Brasileiro) – tinha como candidato o engenheiro Yedo Fiúza.

Em 1945 houve um movimento popular pedindo a permanência de Vargas – contando com o apoio do PCB. Este movimento ficou conhecido como queremismo, devido ao lema da campanha “Queremos Getúlio”.

O movimento popular assustou a classe conservadora, temendo a continuidade de Vargas no poder. No dia 29 de outubro foi dado um golpe, liderado por Goés Monteiro e Dutra. Vargas foi deposto sem resistência.

O governo foi entregue a José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Em dezembro de 1945 foram realizadas as eleições com a vitória de Eurico Gaspar Dutra.

**EE. ARLINDO DE SAMPAIO JORGE – EJA-III
PROFESSOR ALBERTO WOLF – HISTÓRIA
CONTEÚDO: UNIDADES X (10 aulas)**

C41 - A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA

Preocupados com o desejo continuista de Getúlio Vargas refletida no movimento queremista ("Queremos Getúlio"), os militares trataram de golpeá-lo em outubro de 1945. A nova carta, aprovada em 1946, restabeleceu plenamente os direitos democráticos e a liberdade partidária (exceção do Partido comunista, cassada em 1947).

Os governadores voltaram a serem eleitos, bem como os prefeitos. Na primeira eleição democrática foi sufragado o General Eurico Gaspar Dutra, ministro de Getúlio Vargas (então recolhido para suas terras em São Borja no Rio Grande do Sul).

O retorno de Getúlio Vargas ao poder: Decerto modo, mesmo afastado do Poder, Getúlio Vargas ainda controlava indiretamente a vida política nacional. Em 1945 ele havia criado dois partidos, o PSD para congregar os conservadores e a parte da burocracia e o PTB, partido trabalhista que visava proteger os interesses dos trabalhadores. Estes dois partidos vão realizar uma espécie de coalizão informal e governarão o Brasil até o golpe militar de 1964. Para as eleições de 1950 Vargas terminou se lançando pela legenda do PTB e vence com facilidade. Este seu segundo governo foi marcado pela agitação nacionalista em torno da campanha "O Petróleo é Nosso" que culminou na criação da Petrobrás em 1953. O atentado contra o Major Vaz, da aeronáutica, companheiro de Carlos Lacerda, o grande oposicionista do governo Vargas, provocou uma grande comoção especialmente junto às Forças Armadas. Para evitar ser novamente derrubado por elas, Getúlio Vargas cometeu suicídio, em agosto de 1954, fazendo com que ocorressem enormes manifestações e saques pelo Brasil à fora, paralisando os golpistas anti-populistas.

O governo de Juscelino: A morte de Vargas, que traumatizou profundamente o País, foi sucedida pela bem-aventurança do governo de Juscelino Kubitschek, ex-governador do Estado de Minas Gerais. Eleito em 1955, Juscelino realizou um dos melhores governos da história republicana. Estimulou a criação do parque industrial de bens de consumo, especialmente os automóveis e deslocou a capital para o interior do Brasil.

Brasília foi inaugurada no final do seu mandato, em 1960. Tratou de forma benigna a oposição, bem como, os dois levantes militares que foram facilmente neutralizados.

As profundas modificações que causou na estrutura social e econômica do Brasil foram os verdadeiros legados daquele governo. Com ele o Brasil saltou em definitivo rumo à industrialização e à internacionalização da sua economia.

A crise de 1961: Nas eleições de 1960 o povo brasileiro elegeu Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, por uma maioria esmagadora de votos. Passados sete meses de sua posse, Jânio Quadros renunciou lançando o País na sua mais grave crise do pós-guerra. Os ministros militares negaram-se a obedecer a Constituição e darem posse ao Vice-Presidente João Goulart, acusando-o de ser simpatizante da implantação de uma república sindicalista. Na realidade temia-se a agitação provocada pela Revolução Cubana que entrava então na sua fase radical, realizando uma reforma agrária e banindo as burguesias agrárias e urbanas da ilha. Leonel Brizola governador do estado do Rio Grande do Sul lança em Porto Alegre, em agosto de 1961, o manifesto pela "Legalidade" que visava dar posse a Jango, então ausente do País, em viagem pela China Comunista. O Exército dividiu-se quando o comandante do III Exército, General Machado Lopes resolveu apoiar Brizola. A guerra civil foi evitada graças a uma emenda constitucional que introduziu no Brasil o sistema parlamentarista. Por ele João Goulart tomava posse mas teria de dividir seus poderes com o Congresso que passava a controlar seu ministério. Jango aceitou mas depois realizou um plebiscito reintroduzindo o presidencialismo em 1963.

C42 – A REPÚBLICA MILITARIZADA

O Golpe Militar de 1964: A política de reformas de base defendida pelo Presidente João Goulart provocou uma enorme agitação entre as classes trabalhadoras e os movimentos de camponeses sem-terra. A perspectiva de uma reforma agrária assustou os latifundiários e os proprietários de uma forma geral. O nacionalismo atiçado pelos feitos da Revolução Cubana voltou a aflorar ensejando a defesa de uma política de encampação e estatização de empresas estrangeiras. A irritação militar culminou depois dos sargentos em Brasília e dos marinheiros no Rio de Janeiro, ambos movimentos anistiados pelo Presidente. Depois do comício a favor das reformas, feito no Rio de Janeiro, em março de 1964, os dias do governo estavam contados. O

levante militar se deu no dia 31 de março para 1º de abril. Não houve resistência. O Presidente João Goulart partiu para o exílio no Uruguai onde veio a falecer em 1976.

Esta primeira etapa do regime militar foi marcada pelo governo de coalizão entre os chefes militares e os políticos da UDN que estimularam o golpe.

O fechamento do regime: A resistência contra a ditadura começa a ser articulada primeiro pela Frente Ampla liderada por Carlos Lacerda (conspirador e entusiasta do golpe de 1964) que pretendia restaurar o poder civil. Fracassada aquela articulação foi a vez dos estudantes. Em 1968 imensas manifestações de protesto foram organizadas em várias capitais do Brasil contra as brutalidades do regime. Depois de uma ocupação das fábricas ocorrida em Osasco, São Paulo, e o desbaratamento do movimento estudantil em Ibiuna, São Paulo, em outubro de 1968, o regime resolveu decretar o rigoroso Ato Institucional nº 5 que implantava a ditadura de forma absoluta no Brasil.

Repressão e violência: Os anos que se seguiram foram marcados como os mais violentos da História do Brasil. Inconformados com o fechamento de toda e qualquer forma de expressão política centenas de estudantes marcharam para a estrada da guerrilha urbana e rural. A pretexto de combatê-los com maior eficiência o regime militar lançou mão de práticas de guerras coloniais, generalizando a aplicação da tortura. O período sangrento foi acompanhado por um notável crescimento econômico. A era General Médici foi caracterizada por esta ambigüidade, de um lado sedimentava-se e aprofundava-se o desenvolvimento econômico da época de Juscelino e de outro regredia-se às práticas de terrorismo de Estado dos tempos da ditadura fascista de 1937-45.

A abertura e o fim do regime militar: Legitimado basicamente pelo sucesso econômico, o regime começou a periclitar a partir da crise do petróleo de 1973. O estrategista do regime, o General Golbery do Couto e Silva estimulou então a abertura política conduzida pelo General Ernesto Geisel, o presidente.

Ela ganhou corpo após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do operário Mário Fiel Filho nos porões da repressão que chocaram a opinião pública brasileira.

Em 1974, os militares e seus acólitos, reunidos no partido civil que lhes dava sustentação - a ARENA - foram derrotados nas eleições daquele ano.

Em 1979 o General Figueiredo acelera a pacificação com a lei de anistia permitindo o retorno dos exilados políticos que se encontravam no exterior. Na série de eleições ocorridas entre 1980 a 1984, o regime se enfraqueceu ainda mais permitindo que os candidatos do partido de oposição - o MDB - assumiram a chefia de prefeituras e governos estaduais.

A república redemocratizada: Numa última tentativa de manter o poder, o regime criou o Colégio Eleitoral onde tinha superioridade de votos e poderia eleger um presidente da República da sua confiança. Venceu as convenções da ARENA Paulo Maluf que no imaginário popular estava associado às práticas corruptoras. Foi então que as oposições coligadas (o pluralismo foi autorizado em 1980) resolveram sair às ruas conclamando o povo a favor da eleição direta para a presidência da República. Praticamente durante todo o ano de 1984 o País se encontrou imobilizado a favor das "Diretas-Já", emenda proposta pelo deputado Dante de Oliveira e que foi rejeitada pelo Congresso Nacional constrangido por leis de emergência. As oposições tomaram a decisão de participar do Colégio eleitoral com candidato próprio apostando na corrasão do regime provocada pela candidatura Maluf. Em janeiro de 1985, foi eleito Tancredo Neves responsável pela transição pacífica para o regime democrático. A morte de Tancredo Neves, em abril de 1985, fez com que seu sucessor fosse o vice-presidente José Sarney egresso do partido de sustentação do regime militar.

C43 – GUERRA FRIA

A Guerra Fria, que teve seu início logo após a Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991) é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, disputando a hegemonia política, econômica e militar no mundo.

Causas: A União Soviética buscava implantar o socialismo em outros países para que pudessem expandir a igualdade social, baseado na economia planificada, partido único (Partido Comunista), igualdade social e falta de democracia. Enquanto os Estados Unidos, a outra potência mundial, defendia a expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o contraste entre o capitalismo e socialismo era predominante entre a política, ideologia e sistemas militares. Apesar da rivalidade e tentativa de influenciar outros países, os Estados Unidos não conflitou a União Soviética (e vice-versa) com armamentos, pois os dois países tinham em posse grande quantidade de armamento nuclear, e um conflito armado direto significaria o fim dos dois países e, possivelmente, da vida em nosso planeta. Porém ambos acabaram alimentando conflitos em outros países como, por exemplo, na Coréia e no Vietnã.

Com o objetivo de reforçar o capitalismo, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, lança o Plano Marshall, que era um oferecimento de empréstimos com juros baixos e investimentos para que os países arrasados na Segunda Guerra Mundial pudessem se recuperar economicamente. A partir desta estratégia a União Soviética criou, em 1949, o Comecon, que era uma espécie de contestação ao Plano Marshall que impedia seus aliados socialistas de se interessar ao favorecimento proposto pelo então inimigo político.

A Alemanha por sua vez, aderiu o Plano Marshall para se restabelecer, o que fez com que a União Soviética bloqueasse todas as rotas terrestres que davam acesso a Berlim. Desta forma, a Alemanha, apoiada pelos Estados Unidos, abastecia sua parte de Berlim por vias aéreas provocando maior insatisfação soviética e o que provocou divisão da Alemanha em Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental.

Em 1949, os Estados Unidos juntamente com seus aliados criam a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) que tinha como objetivo manter alianças militares para que estes pudessem se proteger em casos de ataque. Em contra partida, a União Soviética assina com seus aliados o Pacto de Varsóvia que também tinha como objetivo a união das forças militares de toda a Europa Oriental.

Entre os aliados da Otan destacam-se: Estados Unidos, Canadá, Grécia, Bélgica, Itália, França, Alemanha Ocidental, Holanda, Áustria, Dinamarca, Inglaterra, Suécia, Espanha. E os aliados do Pacto de Varsóvia destacam-se: União Soviética, Polônia, Cuba, Alemanha Oriental, China, Coréia do Norte, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Albânia, Romênia.

Origem do nome: É chamada "fria" porque não houve uma guerra direta entre as superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear.

Envolvimentos Indiretos: Guerra da Coréia : Entre os anos de 1951 e 1953 a Coréia foi palco de um conflito armado de grandes proporções. Após a Revolução Maoista ocorrida na China, a Coréia sofre pressões para adotar o sistema socialista em todo seu território. A região sul da Coréia resiste e, com o apoio militar dos Estados Unidos, defende seus interesses. A guerra dura dois anos e termina, em 1953, com a divisão da Coréia no paralelo 38. A Coréia do Norte ficou sob influência soviética e com um sistema socialista, enquanto a Coréia do Sul manteve o sistema capitalista.

Guerra do Vietnã : Este conflito ocorreu entre 1959 e 1975 e contou com a intervenção direta dos EUA e URSS. Os soldados norte-americanos, apesar de todo aparato tecnológico, tiveram dificuldades em enfrentar os soldados vietcongues (apoiados pelos soviéticos) nas florestas tropicais do país. Milhares de pessoas, entre civis e militares morreram nos combates. Os EUA saíram derrotados e tiveram que abandonar o território vietnamita de forma vergonhosa em 1975. O Vietnã passou a ser socialista.

Fim da Guerra Fria: A falta de democracia, o atraso econômico e a crise nas repúblicas soviéticas acabaram por acelerar a crise do socialismo no final da década de 1980. Em 1989 cai o Muro de Berlim e as duas Alemanhas são reunificadas.

No começo da década de 1990, o então presidente da União Soviética Gorbachev começou a acelerar o fim do socialismo naquele país e nos aliados. Com reformas econômicas, acordos com os EUA e mudanças políticas, o sistema foi se enfraquecendo. Era o fim de um período de embates políticos, ideológicos e militares. O capitalismo vitorioso, aos poucos, iria sendo implantado nos países socialistas.

C44 – PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O CAPITALISMO E O SOCIALISMO

- Capitalismo: liberdade econômica (livre concorrência) com pouca intervenção do governo na economia.
- Socialismo: falta de liberdade econômica com grande intervenção do governo na economia.
- Capitalismo: salários dos trabalhadores definidos pelo mercado.
- Socialismo: salários controlados e definidos pelo governo.
 - Capitalismo: preços dos produtos são definidos pela lei da oferta e procura.
 - Socialismo: preços controlados pelo governo.
- Capitalismo: investimentos nos setores da economia feitos pelo Estado e também pela iniciativa privada.
- Socialismo: investimentos feitos apenas pelo Estado.
 - Capitalismo: existência de desigualdades sociais, principalmente nos países em desenvolvimento.
 - Socialismo: baixa desigualdade social.
- Capitalismo: classes sociais, definidas, principalmente, pela condição econômica das pessoas.
- Socialismo: inexistência de classes sociais.
 - Capitalismo: meios de produção (fábricas, fazendas) e bancos nas mãos de particulares.
 - Socialismo: fábricas, fazendas, bancos controlados pelo governo.
- Capitalismo: valorização e existência do lucro nos negócios, que ficam para o(s) proprietário(s).
- Socialismo: a renda derivada da produção é socializada entre os trabalhadores.

- Capitalismo: existência de pobreza e miséria em grande parte dos países.
- Socialismo: o governo garante o necessário para a sobrevivência das famílias. Baixo índice de pobreza.
- Capitalismo: sistemas de educação e saúde público e privado.
- Socialismo: sistema de educação e saúde público.

O socialismo é uma doutrina política e econômica que surgiu no final do século 18 e na primeira metade do século 19. Depois, no século 20, houve várias tentativas de colocá-la em prática, em diversos países. Através de movimentos revolucionários, regimes comunistas foram implantados em nações tão diferentes quanto a Rússia, a China, Cuba, o Vietnã e a Coreia do Norte.

Teoria e prática: Segundo Karl Marx, um dos principais filósofos do movimento, o socialismo é um regime político e econômico em que não existe a propriedade privada nem as classes sociais. Todos os bens seriam de todas as pessoas e não poderia haver diferenças econômicas entre os indivíduos. O próprio Marx chama esse modelo de comunismo, numa tentativa de se contrapor aos outros autores, que também defendiam o socialismo, mas propondo outros modelos de sociedade. No entanto, o próprio Marx usa tanto socialismo quanto comunismo para se referir à mesma ideia.

No século 20, a ideia de socialismo proposta por Marx ganhou força política. Contudo, em vários países do mundo onde isso ocorreu, houve divergências sobre a melhor forma de transformar o socialismo em realidade. Lênin, um dos líderes socialistas russos, propôs, a partir de 1917, uma revolução radical, que estabeleceria a "ditadura do proletariado". Por outro lado, houve socialistas que discordavam de Lênin, pois queriam mudanças menos tumultuadas e defendiam outros modelos socialistas, como a social-democracia e até o nacional-socialismo, isto é, o nazismo.

Assim, desde a Revolução Russa, em 1917, socialismo e comunismo passaram a designar duas coisas bem diferentes. O socialismo constituiu-se numa doutrina menos radical do que o comunismo, propondo uma reforma gradual da sociedade capitalista, de modo a chegar a um modelo em que exista equilíbrio entre o valor do capital e o do trabalho, para diminuir a distância entre ricos e pobres. O comunismo, ao contrário, defende o fim da ordem capitalista, através de uma revolução armada, objetivando fim da burguesia.

A luta de classes: No capitalismo industrial, como o próprio nome diz, a maior fonte de riqueza está nas indústrias. Mas como se gera essa riqueza? De acordo com Marx, através da propriedade privada dos meios de produção. É a propriedade que permite gerar capital, dinheiro, renda, lucro. Os bens que existem na sociedade, tais como fábricas, equipamentos, etc. não pertencem a todas as pessoas que vivem nessa sociedade.

Assim, algumas pessoas possuem esses bens - e foram chamadas de capitalistas, ou burguesas. Outras pessoas, as que nada têm, além de sua capacidade ou força de trabalho, veem-se obrigados a trabalhar para os donos das fábricas. Esses despossuídos, portanto, tornam-se operários nas indústrias e são chamadas de proletários. Vale notar que essas duas classes constituem, respectivamente, o topo e a base da pirâmide social.

Como Marx vê a relação entre burgueses e proletários? No sistema capitalista, os proletários produzem mercadorias que, ao serem vendidas, cobrem os custos da fábrica (aluguel, gastos com energia, compra de máquinas, salários, impostos etc.). Se a indústria funcionar bem, a renda gerada - além de pagar todos os custos - ainda dá lucros para o dono da empresa.

De acordo com a filosofia liberal, o capitalista merece ficar com os lucros, pois foi ele quem investiu para gerá-los. Assim, ele não precisa repassá-los para os empregados: somente pagar-lhes um salário, em geral de valor pequeno. Ao contrário, para Marx, o que traz riqueza são os produtos gerados pelo trabalho, mas essa riqueza - injustamente - não é repassada para os que verdadeiramente a produzem. Por isso, o capitalismo seria um modelo econômico fundado na injustiça social, pois, apesar de gerar imensas riquezas, não as distribui de um modo correto, condenando os trabalhadores à pobreza.

O Marxismo:

O principal elaborador da teoria socialista, que inclusive acabou ganhando também o seu nome, foi o alemão Karl Marx, juntamente com Friedrich Engels, co-autor de grande parte de sua obra. "O Manifesto Comunista", escrito pelos dois em 1848, em meios às revoltas sociais que agitavam a Europa naquele momento, foi a primeira grande manifestação de suas ideias. Como ambos os autores apresentassem uma interpretação da história baseada no que consideravam a constatação de fatos, de acordo com os princípios da ciência da época, o marxismo também é denominado como socialismo científico.

Ao longo do século 20 e até os dias de hoje, o modelo socialista de uma sociedade sem classes e sem propriedade privada ainda está no campo do ideal. Nos países em que foi implantado, o comunismo tentou abolir a propriedade privada, mas não conseguiu eliminar as classes sociais. Os políticos que tomaram conta do Estado nas sociedades comunistas acabaram se tornando uma nova classe social, privilegiada em comparação ao restante da população.

CONTEÚDO: UNIDADES XI (12 aulas)

C45 - GLOBALIZAÇÃO E O FUTURO DA ECONOMIA MUNDIAL

A expressão "globalização" tem sido utilizada mais recentemente num sentido marcadamente ideológico, no qual assiste-se no mundo inteiro a um processo de integração econômica sob a égide do neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais, e pelo abandono do estado de bem-estar social. Esta é uma das razões dos críticos acusarem-na, a globalização, de ser responsável pela intensificação da exclusão social (com o aumento do número de pobres e de desempregados) e de provocar crises econômicas sucessivas, arruinando milhares de poupadões e de pequenos empreendimentos.

A Globalização é um processo de integração econômica, cultural, social e política. Esse fenômeno é gerado pela necessidade do capitalismo de conquistar novos mercados, principalmente se o mercado atual estiver saturado.

A intensificação da globalização aconteceu na década de 70, e ganha grande velocidade na década de 80. Um dos motivos para essa aceleração é o desenvolvimento de novas tecnologias, como por exemplo, no ramo da comunicação.

Como ocorre a globalização?

Veja o exemplo abaixo para ter uma idéia de como acontece a globalização, e o que é ela.

- O produtor compra a matéria-prima de qualquer lugar do mundo, onde ela seja barata e de boa qualidade.
- Instala a sua fábrica aonde a mão de obra é mais barata. O lugar não importa muito para onde serão vendidos os produtos.
- Após a fabricação, o produtor distribui sua mercadoria para qualquer lugar do mundo que ele desejar.

Em suma, na globalização você pode comprar um produto que foi fabricado do outro lado do mundo, como por exemplo China, mas utilizando a matéria-prima que foi comprada em outro país.

Globalização - Conceito

Podemos dizer que é um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Através deste processo, as pessoas, os governos e as empresas trocam idéias, realizam transações financeiras e comerciais e espalham aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta.

O conceito de Aldeia Global se encaixa neste contexto, pois está relacionado com a criação de uma rede de conexões, que deixam as distâncias cada vez mais curtas, facilitando as relações culturais e econômicas de forma rápida e eficiente.

Origens da Globalização e suas Características: Muitos historiadores afirmam que este processo teve início nos séculos XV e XVI com as Grandes Navegações e Descobertas Marítimas. Neste contexto histórico, o homem europeu entrou em contato com povos de outros continentes, estabelecendo relações comerciais e culturais. Porém, a globalização efetivou-se no final do século XX, logo após a queda do socialismo no leste europeu e na União Soviética. O neoliberalismo, que ganhou força na década de 1970, impulsionou o processo de globalização econômica.

Com os mercados internos saturados, muitas empresas multinacionais buscaram conquistar novos mercados consumidores, principalmente dos países recém saídos do socialismo. A concorrência fez com que as empresas utilizassem cada vez mais recursos tecnológicos para baratear os preços e também para estabelecerem contatos comerciais e financeiros de forma rápida e eficiente. Neste contexto, entra a utilização da Internet, das redes de computadores, dos meios de comunicação via satélite etc.

Outra característica importante da globalização é a busca pelo barateamento do processo produtivo pelas indústrias. Muitas delas produzem suas mercadorias em vários países com o objetivo de reduzir os custos. Optam por países onde a mão-de-obra, a matéria-prima e a energia são mais baratas. Um tênis, por exemplo, pode ser projetado nos Estados Unidos, produzido na China, com matéria-prima do Brasil, e comercializado em diversos países do mundo.

Para facilitar as relações econômicas, as instituições financeiras (bancos, casas de câmbio, financeiras) criaram um sistema rápido e eficiente para favorecer a transferência de capital e comercialização de ações em nível mundial.

Investimentos, pagamentos e transferências bancárias, podem ser feitos em questões de segundos através da Internet ou de telefone celular.

Os tigres asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Cingapura e Coréia do Sul) são países que souberam usufruir dos benefícios da globalização. Investiram muito em tecnologia e educação nas décadas de 1980 e 1990. Como resultado, conseguiram baratear custos de produção e agregar tecnologias aos produtos. Atualmente, são grandes exportadores e apresentam ótimos índices de desenvolvimento econômico e social.

Blocos Econômicos e Globalização: Dentro deste processo econômico, muitos países se juntaram e formaram blocos econômicos, cujo objetivo principal é aumentar as relações comerciais entre os membros. Neste contexto, surgiram a União Européia, o Mercosul, a Comecom, o NAFTA, o Pacto Andino e a Apec. Estes blocos se fortalecem cada vez mais e já se relacionam entre si. Desta forma, cada país, ao fazer parte de um bloco econômico, consegue mais força nas relações comerciais internacionais.

Internet, Aldeia Global e a Língua Inglesa: As pessoas estão cada vez mais descobrindo na Internet uma maneira rápida e eficiente de entrar em contato com pessoas de outros países ou, até mesmo, de conhecer aspectos culturais e sociais de várias partes do planeta. Junto com a televisão, a rede mundial de computadores quebra barreiras e vai, cada vez mais, ligando as pessoas e espalhando as idéias, formando assim uma grande Aldeia Global. Saber ler, falar e entender a língua inglesa torna-se fundamental dentro deste contexto, pois é o idioma universal e o instrumento pelo qual as pessoas podem se comunicar.

C46 – CONFLITOS MUNDIAIS

1. Revolução Chinesa:

A revolução Chinesa aconteceu entre 1949 e 1962, e foi um dos maiores acontecimentos históricos. A Revolução se deu por dois movimentos: a luta dos camponeses por terras e a luta do povo chinês pela independência nacional.

Na época, os comunistas assumiam o poder, com uma China arrasada pelos longos anos em que batalhou contra o domínio japonês, e uma longa Guerra Civil. Na cidade, o povo passava fome, no campo não se plantava nada por não ter sementes.

Mao Tsé-Tung, líder chinês, iniciava a reforma agrária. Dividiu grandes propriedades entre os camponeses, as cooperativas substituíam as grandes propriedades. Apoiado pela União Soviética, os comunistas fizeram mudanças radicais na economia e cultura chinesas; aboliram o casamento, promoveram a emancipação da mulher, igualdade entre os sexos, entre outras medidas de grande impacto e boa aceitação. A boa relação entre as duas potências socialistas só acabou com a morte do ditador Stalin.

O principal objetivo de todas essas mudanças era o aumento de produtividade, ou seja, na indústria houve aumento nas horas de trabalho e no campo, foram enviados reforços, desde intelectuais à estudantes. A terra foi estatizada, e dividida em comunas, que eram comunidades populares, independentes, com liberdade para cuidar de seus interesses comuns, como pequenas cidades.

Esse grande salto foi um fracasso. Os camponeses ficaram insatisfeitos, com a queda das colheitas, o que gerava a fome, e acabava em revoltas.

Em 1966, iniciou-se uma revolta cultural, que marcou significativamente os rumos da revolução chinesa. O partido comunista estava dividido, mas mesmo assim Mao Tse-Tung mantinha-se no poder.

Na realidade, a revolução cultural, foi planejada pelo próprio Mao, com o objetivo de mobilizar a população pensante e formadora de opinião da China. Os jovens, por todo o país criaram a jovem guarda vermelha, surgia também comitês que ameaçavam autoridades, e mais uma vez a força foi utilizada: locais onde eram realizados cultos religiosos foram destruídos, livros foram confiscados, as comunas ganharam maior importância e Mao saiu ainda mais forte.

Mao Tsé-Tung morreu em 1976 e os moderados voltaram ao poder. Seu sucessor foi Deng Xião-Ping que adotou uma política econômica e desenvolvimentista e permitiu a entrada de tecnologia e capital estrangeiro.

<http://www.infoescola.com/historia/revolucao-chinesa>

2. Guerra do Vietnã:

Ocorreu entre os 1959 e 1975 e é considerado o mais violento conflito da segunda metade do século XX.

Laos, Vietnã e Camboja faziam parte de uma região conhecida como Indochina. Estavam sobre o domínio francês e queriam a independência.

Para entender melhor o conflito é preciso saber que durante a Segunda Guerra, o Japão invadiu e dominou esta região. Com o objetivo de combater os orientais, os vietnamitas, liderados por Ho Chi Minh (líder revolucionário), se reuniram e formaram a Liga Revolucionária para a Independência do Vietnã (ligada ao partido comunista).

Os primeiros conflitos ocorreram em 1941, ainda durante a Segunda Grande Guerra.

Quando esta terminou, começou o processo de descolonização, que originou uma luta entre tropas francesas e guerrilheiros do Viet Minh (Liga para a Independência do Vietnã).

Derrotados, os franceses tiveram que aceitar a independência.

Em 1954, a Conferência de Genebra (convocada para negociar a paz) reconheceu a Independência do Camboja, Laos e Vietnã.

Outra medida tomada estabeleceu que o Vietnã ficaria dividido em:

- Vietnã do Norte: socialista governado por Ho Chin Minh
- Vietnã do Sul: capitalista governado por NgoDinh-Diem

Essa divisão estaria valendo até as eleições para unificação do país, em 1956.

Em 1955, Ngo Diem liderou um golpe militar tornando-se ditador. Diem cancelou as eleições, proclamou a Independência do Sul, brigou com os budistas, perseguiu nacionalistas e comunistas e seu governo foi marcado pela corrupção. Os americanos o apoiaram, porque estavam convencidos de que os nacionalistas e comunistas de Ho Chi Minh ganhariam as eleições e isso não era bom; pois se os comunistas ganhassem, acabariam influenciando outras nações a segui-los (“Teoria de Dominó”).

Os EUA passaram a colaborar com o Vietnã do Sul enviando armas, dinheiro e conselheiros militares.

Tudo isso fez com que surgessem os movimentos de oposição: Frente Nacional de Libertação (apoiados pelo Vietnã do Norte) juntamente com o seu exército Vietcong.

Apoiados pelos americanos e suas armas poderosas os sul-vietnamitas atacaram por 10 anos o norte.

Porém, depois que algumas embarcações americanas foram bombardeadas no Golfo de Tonquim, o presidente Lindon B. Johnson ordenou bombardeios de represália contra o Vietnã do Norte. Esse fato marcou a entrada dos EUA na guerra (1965).

Em 1968, as tropas do norte e os vietcongs fizeram a chamada Ofensiva do Tet, ocupando inclusive a embaixada americana em Saigon. Isso fez com que os americanos sofressem sérias derrotas.

A guerra continuava e os americanos não estavam muito felizes. Várias manifestações foram realizadas contra a participação dos EUA na guerra.

Em 1972, durante o governo do presidente Nixon, os EUA bombardearam a região de Laos e Camboja utilizando, inclusive, armas químicas, mas não adiantou, pois os guerrilheiros continuavam lutando.

Os guerrilheiros saíram melhor, principalmente pelas vantagens geográficas, pois conheciam bem a região.

Os americanos se retiraram do conflito em 1973; porém, a guerra só foi encerrada de fato em 30/04/1975, pois ainda havia alguns conflitos contra o norte.

Em 1976, o Vietnã se reunificou e passou a se chamar República Socialista do Vietnã.

Durante todo o desenrolar da guerra, os meios de comunicação do mundo inteiro divulgaram a violência e intensidade do conflito, além de falarem sobre o mau desempenho dos americanos, que investiram bilhões. Foi nesta guerra que os helicópteros foram usados pela primeira vez.

3. Oriente Médio

O Oriente Médio já foi dominado por grandes impérios como o persa, o árabe e o otomano. Eles foram responsáveis por criar a cultura e as tradições árabes, como por exemplo a dança do ventre. Essa região é considerada um local de intensa divergência religiosa e política. É marcada por diversos conflitos e tem áreas que são disputadas por diversas potências em busca de localização estratégica e devido à grande reserva de petróleo. Surgiram, nesses países, três religiões: o judaísmo, islamismo e cristianismo.

É comum os países pertencentes ao Oriente Médio estarem envolvidos em guerras e rebeliões. Os principais conflitos que ocorreram e ocorrem são: conflito entre árabes e israelenses, guerra no Líbano, problemas entre o Irã e o Iraque, Guerra do Afeganistão, Guerra do Iraque, dentre outras.

Economia: Os países pertencentes ao Oriente Médio têm como base econômica a exploração do petróleo (confira outras fontes de energia), pois essa região mantém a maior reserva mundial dessa fonte de energia. Devido a isso, foi criada, em 1960, a OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Outra base da economia é a agropecuária, que utiliza pouca tecnologia e mecanização. O problema da agropecuária é o clima das regiões que impede o crescimento e a demanda dessa produção.

A indústria não representa uma parcela significativa da economia do Oriente Médio. Nos países que mais investem na extração de petróleo, há empresas petroquímicas e refinarias. Além disso, existem indústrias no ramo têxtil e alimentício; porém, sem muita expressão.

Religião: O islamismo foi fundado pelo profeta Maomé, no século VII, na Arábia. Essa religião pode ser encontrada em diversos países, mas o número de seguidores é maior no Oriente Médio e na África. A religião islâmica é monoteísta porque possui apenas um Deus, Alá. Os seguidores do islamismo seguem o Alcorão, o livro sagrado que contém as revelações recebidas por Maomé do anjo Gabriel.

Os muçulmanos, seguidores dessa religião, acreditam que há vida após a morte e em Juízo Final. Para eles, existem três locais sagrados. O primeiro é a cidade de Meca, local onde está situada a pedra negra. O segundo local é a cidade de Medina, onde foi construído por Maomé o primeiro templo (mesquita). A última localidade sagrada é Jerusalém, considerada a cidade onde o profeta foi para o céu ao encontro de Moisés e Jesus no Paraíso.

Nos países pertencentes ao Oriente Médio, há, ainda, milhões de cristãos pertencentes às igrejas árabes (copta ou maronita) e judeus que vivem principalmente em Israel.

Guerra do Golfo: Durante as décadas de 80 e 90, o Iraque passava por uma crise devido ao baixo valor do petróleo. O país achava que a culpa era do Kuwait, porque os iraquianos acreditavam que eles haviam vendido suas cotas de petróleo por um preço acima do estipulado pela OPEP (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo). Devido a isso, o Iraque invadiu o Kuwait. Como muitos países compravam esse produto do daquele país, todos temeram que os conflitos pudessem aumentar o seu valor. A ONU estabeleceu um prazo para que Saddam Hussein retirasse suas tropas da região.

Em 1991, após o não cumprimento de retirada pelo Iraque, os EUA deram início à operação denominada Tempestade no Deserto. Essa operação durou seis semanas, tendo como consequências a desocupação do Kuwait e o país recebeu sanções da ONU.

Guerra do Afeganistão: Durante o século XX, o país sofreu com diversas ditaduras e após problemas como o Paquistão, ele se aproximou da União Soviética, que lhe deu apoio. Posteriormente, o país se aproximou dos EUA e teve como resposta um ataque soviético para ocupá-lo. Com a eleição de Mikhail Gorbatchev, em 1985, a Rússia passa a ter menos gastos com os militares e favorece o avanço de grupos como o Taleban, formado por estudantes.

O Taleban conquistou o poder em 1996 com a eleição de Mohammad Omar, que tinha o objetivo de retirar qualquer modernidade do país. Nesse governo, o terrorista Osama Bin Laden passou a viver no Afeganistão. Ele criou o grupo da Al Qaeda que, com o intuito de proteger os povos muçulmanos das tentações ocidentais, determinou que os EUA seriam seus inimigos. Esse grupo atacou os Estados Unidos diversas vezes; porém, o maior ataque ocorreu do dia 11 de setembro de 2001. Terroristas sequestraram aviões comerciais nos EUA, que bateram nas Torres Gêmeas do World Trade Center, no edifício do Pentágono e outro avião que caiu na mata.

Osama Bin Laden foi executado pelo Exército americano, no dia 02 de Maio de 2011, em uma ação militar aliada ao governo do Paquistão. O líder da Al Qaeda se encontrava em uma casa totalmente protegida, na cidade de Abbottabad, próxima à capital do Paquistão, Islamabad. Foram utilizados, na operação, cerca de quatro helicópteros e um pequeno contingente com apenas soldados dos Estados Unidos.

Além de Osama, morreram uma mulher e mais três homens, sendo que, um deles, era filho do terrorista mais procurado do mundo. Um exame de DNA foi realizado para comprovar que o corpo era realmente dele. Segundo as autoridades americanas, o corpo foi jogado ao mar, respeitando-se as tradições islâmicas.

Ainda em 2001, foi realizada uma conferência, conhecida como Acordo de Bonn, que visava estabelecer os rumos da reconstrução do país. Com o acordo, também foi estabelecida a criação da Força de Assistência e Segurança Internacional. Milhares de civis e soldados de vários países já morreram nessa guerra que ainda não tem previsão para terminar.

Invasão do Iraque: A invasão do Iraque foi justificada com a alegação de que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa. O conflito teve início em 2003, com a invasão do país feita pelos EUA. Obteve o apoio da Espanha, Itália, Austrália, Inglaterra e Polônia. Os EUA também obtiveram o apoio da população, que acreditava que atacar preventivamente seria melhor. Porém, quando os militares chegaram à capital iraquiana, não encontraram Saddam Hussein.

O ex-líder do Iraque foi encontrado naquele mesmo ano, escondido em uma passagem subterrânea. Ele foi julgado por crimes à humanidade e por tentativa de assassinato. Foi condenado e enforcado posteriormente. Os Estados Unidos pretendiam atacar o país de forma rápida, mas com os ataques constantes de rebeldes, a guerra continua a causar mortes e baixas no exército americano. Além disso, o confronto já gastou milhares de dólares e ainda não acabou.

**EE. ARLINDO DE SAMPAIO JORGE – EJA-III
PROFESSOR ALBERTO WOLF – HISTÓRIA
CONTEÚDO: UNIDADES XII (10 aulas)**

C47 - NOVA REPÚBLICA

Período da História Brasileira que vai de 1985 até aos dias atuais.

A Nova República é o período de nossa história onde o Brasil passou a ser verdadeiramente um país democrático. Em 1985, Tancredo Neves foi eleito Presidente do Brasil pelo colégio eleitoral. Sua escolha como presidente deu um ponto final na ditadura militar. Porém, na véspera de tomar posse do governo, Tancredo Neves adoeceu e, dias depois, 21 de Abril de 1985, veio a falecer.

O Governo Sarney (1985-1990)

Com a morte de Tancredo Neves, o vice-presidente eleito, José Sarney, assumiu a presidência do Brasil. José Sarney governou o Brasil espelhado na imagem de Tancredo Neves. O ministério foi composto pelos mesmos ministros escolhidos por Tancredo.

O Governo Sarney deu inicio à redemocratização do Brasil. Foi estabelecido eleições diretas para os cargos políticos. Também foi dado o direito de votar aos analfabetos e foi criada uma nova constituição.

A Constituição de 1988 é a mais democrática que o Brasil já teve.

No campo político o país respirava com a redemocratização mas, no campo econômico os problemas continuaram.

Buscando uma solução para a crise econômica, em Fevereiro de 1986, o Governo Sarney lançou um plano de estabilização econômica, o Plano Cruzado.

A nova moeda, o Cruzado, tinha o valor de mil Cruzeiro, antiga moeda. Pelo Plano Cruzado ficou estabelecido o congelamento de preços e salários. Estas medidas econômicas não surtiram efeito pois a inflação voltou a subir.

Com o fracasso do Plano Cruzado, outros planos econômicos foram elaborados, foi o caso do Plano Bresser e Plano Verão que criou o Cruzado Novo.

O Governo Collor (1990-1993)

Nas eleições de 1989, com o caos econômico instalado no Brasil, a população optou por votar num candidato que não fosse o indicado pelo governo Sarney.

O povo elegeu como Presidente do Brasil Fernando Collor de Mello. Em sua campanha política Collor afirmava que buscava melhorias na condição de vida do povo brasileiro, chamado por ele de pés-descalços e descamisados.

Logo ao assumir a presidência, Collor pois em pratica o Plano Brasil Novo, conhecido também como Plano Collor.

O Plano Collor em comparação aos planos tomados pelos governos anteriores, foi o mais drástico. A moeda voltou a ser o cruzeiro que passou a ser circulado em menor quantidade. As contas bancárias e cadernetas de poupanças com saldo superior a 50 mil cruzeiros foram bloqueadas.

Inicialmente, as medidas econômicas tomadas no Governo Collor até surtiram efeito, mas no andamento do governo a inflação voltou a subir.

Para piorar a situação do presidente Collor, sua imagem ficaria suja devido as denuncias de corrupção em seu governo.

Pedro Collor, irmão do presidente, denunciou um esquema de corrupção que tinha como principal figura Paulo César Farias, tesoureiro da campanha política de Collor.

A descoberta do Esquema PC Farias atingiu em cheio a popularidade de Fernando Collor. Seus dias como presidente estavam contados.

Demonstrando o seu descontentamento com o Governo Collor, boa parte da população brasileira surpreendentemente saiu as ruas para protestar. Queriam eles a imediata renúncia de Collor.

Pressionados pelos Caras Pintadas, a Câmara dos Deputados instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Na CPI foram levantadas provas suficientes que comprovaram a participação de Collor no Esquema PC.

O Congresso Nacional teve que se reunir para discutir a aprovação do Impeachment de Fernando Collor de Melo. Em 29 de Dezembro de 1992 Fernando Collor optou por renunciar à presidência deixando o cargo para o seu vice, Itamar Franco.

O Governo Itamar Franco (1993-1994)

Com a renúncia de Fernando Collor, Itamar Franco teve que assumir a Presidência do Brasil.

No Governo Itamar Franco, foi encontrada uma solução para a crise econômica que assolava o Brasil.

Em Maio de 1993 Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda.

Fernando Henrique Cardoso, a frente de um grupo de economistas, elaborou um bem sucedido plano econômico, o Plano Real. A nova moeda, o Real, tornou-se um sucesso.

Com a nova moeda a população teve um melhor poder aquisitivo e seus salários não estavam mais sendo corroídos pela inflação.

O Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Foi dado a Fernando Henrique Cardoso o crédito pela elaboração do Plano Real. A população confiava nele e por isso ele sagrou-se como candidato vencedor nas eleições presidenciais de 1994.

Fernando Henrique tomou posse do Governo em 1º de Janeiro de 1995. Ao final de 1998 foi reeleito como presidente derrotando novamente o candidato da oposição, Luís Inácio Lula da Silva.

Além de se engajar na missão de manter a inflação baixa, o Governo FHC optou por privatizar as empresas estatais e abrir economia brasileira para o MERCOSUL.

A nova política econômica adotada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, fez com que o Brasil recorresse ao FMI o que gerou a desvalorização do Real.

O Governo Lula (2003-2010)

Apesar da estabilidade macro-econômica que reduziu as taxas de inflação e de juros e aumentou a renda per capita, colocando o país em uma lista dos países mais promissores do mundo, ao lado de China, Rússia, Índia e África do Sul (chamados de BRICS) com Fernando Henrique e Lula, diferenças remanescentes ainda entre a população urbana e rural, os estados do norte e do sul, os pobres e os ricos. Alguns dos desafios dos governos incluem a necessidade de promover melhor infra-estrutura, modernizar o sistema de impostos, as leis de trabalho e reduzir a desigualdade de renda.

A economia hoje contém uma indústria e agricultura sofisticadas, e um setor de serviços em expansão. As recentes administrações expandiram a inserção do país no mercado mundial, com saltos de investimentos e produtividade em alguns setores, como o de telecomunicações e automobilístico, mas ainda deixando a desejar na eficiência de portos marítimos, estradas de ferro, geração de eletricidade, aeroportos e outros melhoramentos da infra-estrutura, o que reduziria o chamado "custo Brasil". O país começou a voltar-se para as exportações em 2004, e, mesmo com um real valorizado e a crise internacional, atingiu em 2008 exportações de US\$ 197,9 bilhões, importações de US\$ 173,2 bilhões,⁴ o que coloca o país entre os 19 maiores exportadores do planeta.⁵

Entre os principais desafios do país para o futuro estão um salto qualitativo na educação e saúde, a desburocratização do empreendedorismo e uma resposta eficiente aos problemas de segurança pública e favelização dos centros urbanos.

C48 – EMANCIPAÇÃO DO SUL DE MATO GROSSO

Em sua ocupação inicial, as bacias fluviais do rio Paraguai e do Paraná exerceram um papel de grande relevância, visto que através de seus cursos os espanhóis adentraram naquela região, desde o estuário do Rio da Prata, em direção ao norte procurando riquezas minerais. De forma contrária, os bandeirantes, com o objetivo de alcançar o antigo Mato Grosso, subiram pelas águas do rio Tietê, Grande, Sucuri, Pardo, Verde e Ivinhema até alcançar a vertente do rio Paraguai. Desde estes cursos fluviais os bandeirantes se dirigiram ao norte em busca de ouro.

A conquista e a ocupação efetiva do Mato Grosso do Sul foi consequência da atividade pecuária e, posteriormente da agricultura, já que o processo de povoamento originado com as tarefas de extração vegetal, especialmente erva-mate, causou uma ocupação dispersa, mesmo assim atraíram brasileiros e paraguaios que criaram as cidades de Ponta Porã e Porto Murtinho.

Por outro lado, o prolongamento da antiga linha férrea noroeste do Brasil, no começo do século XX, constituiu um dos elementos que impulsionaram o desenvolvimento demográfico e da economia do estado, até então praticamente subordinado às vias fluviais. Na realidade, as vias férreas revitalizaram povoados como

Campo Grande e Aquidauana, além de resultar benéfico para Corumbá, fundada no século XVIII, que passou a ser o porto brasileiro mais importante no rio Paraguai.

As idéias separatistas do Mato Grosso do Sul tiveram seu início do século XX, com uma revolta organizada pelo coronel Mascarenhas, que resultou na derrota dos rebeldes. O norte sempre resistiu à separação com medo do esvaziamento da economia do estado. A Liga Divisionista, entidade criada para lutar pela criação de uma nova unidade da federação, em 1932, ficou durante décadas desativada.

No dia 11 de outubro de 1977, através da lei complementar nº 31, o então presidente da república General Ernesto Geisel, desmembrou do estado do Mato Grosso a região sul que, em primeiro de janeiro de 1979, foi transformado definitivamente no estado do Mato Grosso do Sul. Entre 1979 e 1982, o novo estado foi governado por um interventor nomeado pelo presidente da república. Depois disto ocorreram as primeiras eleições para governador.

Peculiaridades:

As principais atividades econômicas desenvolvidas no estado de Mato Grosso do Sul estão relacionadas à agricultura e à agroindústria, à extração mineral e à produção de cimento. Os principais produtos agrícolas cultivados no estado incluem algodão herbáceo, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e trigo. O rebanho bovino totaliza 19,6 milhões de cabeças, encontrando-se também grande número de suínos, equinos, ovinos e galináceos. Em 1992, a atividade mineradora produziu um total de 833,8 mil toneladas de ferro; 447,6 mil toneladas de manganês; e 1,1 milhão de toneladas de calcário. No setor industrial, além da mineração e da produção de cimento, a indústria alimentícia também merece destaque.

As ideias separatistas do Mato Grosso do Sul tiveram início no começo do século, com uma revolta chefiada pelo coronel Mascarenhas, que resultou na derrota dos rebeldes. O norte sempre resistiu, por temer o esvaziamento econômico do Estado.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, a região sul aderiu ao movimento, sob a condição de que em caso de vitória obteria a divisão.

Em 11 de outubro de 1977, o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar 31, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul, em área desmembrada do estado de Mato Grosso. Já em 1º de janeiro de 1979, tomaram posse os deputados eleitos, em 15 de novembro de 1978, para a Assembleia Legislativa e Constituinte de Mato Grosso do Sul, conforme previsto na LC 31, e o primeiro governador, o engenheiro gaúcho Harry Amorim Costa.

O Estado de Mato Grosso do Sul formava um só estado juntamente com o estado de Mato Grosso. Desde o início deste século, no entanto, a região sul de Mato Grosso aspirava tornar-se um estado independente, ideia rejeitada pela região norte, que temia o esvaziamento econômico do estado. Em 11 de outubro de 1977, foi aprovada lei que desmembrou a parte sul do estado de Mato Grosso, transformando-a em estado em 1º de janeiro de 1979. A justificativa apresentada pelo governo federal para o desmembramento foi de que o antigo estado de Mato Grosso ocupava área geográfica muito extensa e era naturalmente dividido por marcante diversidade ecológica, o que dificultava a sua administração. Enquanto a região norte, na entrada da Amazônia, é coberta por florestas, a região sul é formada por campos, nela se encontrando a maior parte do Complexo do Pantanal. O novo estado, criado em 1979, foi governado por um interventor nomeado pelo presidente da República até o ano de 1982, quando teve lugar a primeira eleição realizada para governador do estado.

Para justificar o desmembramento, o governo federal argumentou que o antigo Estado dispunha de área muito extensa, que dificultava a administração, além de apresentar claras diferenças ecológicas.

É expressiva a população indígena do estado de Mato Grosso do Sul, superando em número o total de índios vivendo na parte norte da região, que antes constituía uma só unidade da federação e hoje é o estado de Mato Grosso. São 31.069 indígenas, que ocupam área total de 613.610 hectares, divididos em 38 grupos espalhados em 27 municípios diferentes do estado. Do total dessas comunidades, 26 já se encontram em áreas definitivamente demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão do governo federal responsável pelas questões indígenas. Essa área total de terras demarcadas no estado de Mato Grosso do Sul corresponde a 583.031 hectares e nela vivem 28.901 indígenas. As 12 áreas restantes, que correspondem a um total de 30.579 hectares, ainda se encontram em processo de demarcação, embora estejam ocupadas de fato pela população de 2.168 índios nelas residentes.

As áreas indígenas no estado de Mato Grosso do Sul são as seguintes: Água Limpa, Aldeia Buritizinho, Aldeia Campestre, Aldeinha, Amambaí, Amambaí (Aldeia Limão Verde), Camba, Carro Marangatu, Cerrito, Guaicuru, Guaimbé, Guasuti, Guató, Jaguapiré, Jaguari, Jarará, Kadiweu, Ofayé-Xavante, Panambi, Panambizinho, Pirajuí, Pirakuá, Porto Lindo, Posto Buriti, Posto Caarapó, Posto Cachoeirinha, Posto de

Taquaperi, Posto Dourados, Posto Lalima, Posto Limão Verde, Posto Nioaque, Posto PiladRebuá, Posto Sassoró, Posto Taunay-Ipegue, Rancho Jacaré, Sete Cerros, Sucuri e Takwaraty/Yvykwarusu.

Pantanal - Maior planície alagável do planeta, o Pantanal tem o tamanho de Portugal, Suíça, Bélgica e Holanda somados. Resultante do mesmo espasmo geológico que produziu a Cordilheira dos Andes, é uma bacia na qual os sedimentos que descem dos planaltos e montanhas vêm se depositando por milhões de anos. Por essa razão, o Pantanal nunca é o mesmo. Cada novo ciclo de enchentes e vazantes altera drasticamente o leito dos rios, cria novas lagoas, abre córregos e baías. A própria vida na região pulsa ao ritmo das cheias e vazantes. Ali, há curiosos exemplos de adaptação das espécies ao ambiente. O cervo-do-pantanal, um parente do veado-campeiro do cerrado, está tão habituado a pastar dentro d'água durante a cheia que desenvolveu uma coloração escura nas pernas. A cor serve-lhe de camuflagem em meio à vegetação submersa para evitar o ataque furtivo de piranhas e jacarés. Durante a seca, em situações extremas, o jacaré se enterra na lama que sobrou das lagoas e banhados, reduz o metabolismo e, num tipo de hibernação, espera que volte a chover. Alguns tipos de sementes de leguminosas conseguem passar meses submersas, sem apodrecer. Esperando a chegada da seca para, só então, germinar. (Fonte: Revista Veja. São Paulo, 2 junho de 1999, p. 90)

O Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense se estende por uma área de 140 mil hectares que abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A maior parte dessa extensão de terra encontra-se no estado de Mato Grosso do Sul e é objeto de intensa fiscalização por parte do governo federal, a fim de que seja preservado seu equilíbrio ecológico, e sua fauna esteja protegida contra a caça predatória.

MOVIMENTOS DIVISIONISTAS

A resistência sul-mato-grossense é uma das peculiaridades que entremeiam a história de Mato Grosso do Sul. O movimento divisionista tem sua origem nos fins do século XIX, 1889, quando alguns políticos corumbaenses divulgam um manifesto. A sistematização da pecuária, o desenvolvimento socioeconômico das vilas e cidades, a exploração da erva-mate pela Companhia Matte Laranjeira e a ligação entre o Sul de Mato Grosso e São Paulo, marcaram a origem do movimento divisionista que foi dividido em quatro grandes fases:

Primeira fase (1889-1930) - há formação das oligarquias sul-mato-grossense que lutam pelo reconhecimento da posse da terra. É nessas lutas, que se manifesta à ideia divisionista. As oligarquias sulinas, nas lutas políticas, uniram-se às oligarquias de Cuiabá e através dessa aliança fizeram oposição armada ao governo estadual e a Matte Laranjeira. Percebe-se, neste período, que era a elite, formada pelos fazendeiros que defendiam a ideia divisionista. A partir de 1920, as oligarquias sulinas aliaram-se aos militares e adotam sugestões de outros movimentos vindos de fora do Estado como forma de fortalecer a causa local. A este fator é somada a regularização das viagens ferroviárias que propiciaram a chegada de novos migrantes, a vinculação do sul de Mato Grosso com a economia paulista, o consequente desenvolvimento das cidades exportadoras de gado e a transferência do eixo econômico. Esse quadro, de novos fatores de ordem socioeconômica e política, traz significativas mudanças no movimento divisionista, o qual extrapola ervaíais e atingem as cidades exportadoras de gado. É o início da urbanização do movimento.

Segunda fase (1930-1945) –

Durante a Era Vargas (1930-1945), os políticos e lideranças regionais tentaram junto ao governo central, por diversas vezes, a criação de um Estado na área compreendida pela zona de influência da Cia. Mate Laranjeira. Porém os seus esforços foram em vão, haja vista a intervenção política de Cuiabá. Por ocasião do movimento constitucionalista em São Paulo, os líderes regionais apoiaram os revolucionários paulistas com o intuito de conseguir o apoio destes à causa divisionista. Muitos jovens da região de Campo Grande, Ponta Porã e Dourados foram combater as tropas federalistas em território paulista, em apoio à Revolução Constitucionalista de 1932.

Neste período chegaram a criar o esboço de um estado, denominado “Estado de Maracaju”, tendo por capital a cidade de Campo Grande e como “governador”, o ex-prefeito de Campo Grande, o renomado médico Dr. Vespasiano Martins e instalando o palácio do governo no prédio da Maçonaria.

A capital, Cuiabá, rejeita a ideia de divisão, pois temia o esvaziamento econômico do Estado porque a região sul era a mais rica e povoada; os Estados vizinhos, temerosos de que ocorresse igual movimento divisionistas neles, apoiaram os políticos cuiabanos.

Com o término dos combates e a derrota dos revolucionários, os mato-grossenses retornaram para a sua terra e continuaram suas lides diárias; porém o ideal divisionista não tinha morrido e, vez por outra, renascia em inflamados discursos políticos locais. Para evitar o ressurgimento de embates políticos com possíveis combates, o governo federal criou o Território Federal de Ponta Porã, com governo militar.

O Estado de Maracaju concretizou, entre 11 de julho até fins de outubro de 1932, um anseio regional já manifestado desde o início do século XX: o Sul independente do Norte.

Com a redemocratização e com o passar dos anos e o crescimento econômico da região, os movimentos divisionistas se acalmaram.

Em 1934, o Congresso Nacional elabora uma nova Constituição. Jovens estudantes fundam a Liga Sul-Mato-Grossense que desencadeia a campanha divisionista no sul de Mato Grosso, coletando Treze Mil assinaturas, com as quais visava sensibilizar os Constituintes para que eles aprovassem a divisão do Estado de Mato Grosso. Os divisionistas são derrotados, e Getúlio Vargas adota a política nacionalista "Marcha para o Oeste", a qual visava a segurança das fronteiras. Para isso mandou instalar novas unidades militares no Sul de Mato Grosso.

Em 1943, Getúlio Vargas cria o Território de Ponta Porã que não atendeu aos interesses divisionistas, não satisfez a política da Companhia Matte Laranjeira e não agradou ao governo estadual. A política de Getúlio Vargas foi um dos grandes obstáculos aos objetivos divisionistas.

Terceira Fase (1945-1964) - O novo Presidente da República é o General Eurico Gaspar Dutra, mato-grossense de Cuiabá, adotou uma política de redemocratização. Em 1946 o governo federal extingue o Território de Ponta Porã reintegrando a região ao Estado de Mato Grosso. Nesse período as iniciativas divisionistas são frustradas e a Companhia Matte Laranjeira mostra desinteresse em reflorestar os ervais.

Quarta Fase (1964-1977) - O golpe de 31 de março de 1964 põe fim a um período de democracia e inicia um regime militar autoritário. Os militares adotam a política do desenvolvimento com segurança.

Nesse período, os políticos divisionistas aproximam-se dos militares e estudam (secretamente) as potencialidades políticas que impediam a divisão de Mato Grosso. Após vários estudos, o Presidente Ernesto Geisel assina em 11 de outubro de 1977 a Lei Complementar de nº 31 que cria o Estado de Mato Grosso do Sul.

"Nunca é tarde, às vezes é apenas cedo demais." - Caio Fernando Abreu

C49 - A CRIAÇÃO DO ESTADO

A decisão de dividir Mato Grosso em dois estados foi tomada em 1977 e efetivada em 1979 com a criação de Mato Grosso do Sul. Na época, o governo afirmava ser essa a melhor forma de administrar e desenvolver uma região tão extensa, diferenciada e estratégica. Além disso, a região centro-sul de Mato Grosso, com agricultura mais intensiva, distribuída por um número maior de propriedades, tem crescimento econômico e social diferente da da região norte, onde predominam a pecuária extensiva e o latifúndio. Para a região sul chegam muitos migrantes desde o final do século XIX, vindos do Sul e do Sudeste. Esse movimento se fortalece no século XX e cria uma sociedade mais complexa e aberta, além de laços políticos sólidos com os estados vizinhos, especialmente São Paulo. Esse vínculo fica claro com a participação do sul do estado na Revolução de 1924, nas Revoltas Tenentistas e na Revolução Constitucionalista de 1932.

Cortado no extremo sul pelo Trópico de Capricórnio, Mato Grosso do Sul está situado na Região Centro-Oeste. A proximidade com a Bolívia e o Paraguai explica a popularidade de alguns pratos daqueles países. Na cozinha do dia-a-dia, os peixes, fartos nos rios, são muito usados, assim como a carne fornecida pelos grandes rebanhos bovinos. No oeste do Estado estão dois terços do pantanal mato-grossense, a maior planície alagável do mundo e um dos ecossistemas mais importantes do planeta. Com uma área que abrange 12 municípios, o Pantanal apresenta declividade quase nula, o que favorece as frequentes inundações. A região possui grande variedade de fauna e flora, com florestas, baixios, savanas, cerrados, campos e matas naturais. Há jacarés, capivaras, suris, onças-pintadas e imensa variedade de pássaros. Outra riqueza natural são as grutas e os rios da cidade de Bonito, na serra da Bodoquena, cujas atrações são as cavernas pré-históricas e o mergulho nos pequenos riachos de águas cristalinas e repletas de peixes. Entre as grutas, a mais importante é a do Lago Azul. A partir dos anos 90, o potencial de turismo ecológico, ancorado no Pantanal, começa a ser explorado, criando um desafio para o efetivo controle da caça e da pesca.

Problemas ambientais - O aumento no número de queimadas vem transformando a paisagem e o meio ambiente do estado no período das secas, que se estende do final de março a meados de setembro. Outro problema ambiental é o assoreamento do rio Taquari, um dos principais formadores do Pantanal, provocado pela ocupação predatória da região. Em Camapuã, no nordeste do estado, a atividade pecuária dá início a um processo de desertificação, segundo a organização não governamental Ecologia e Ação (Ecoa).

Com forte tradição agropecuária, Mato Grosso do Sul é o estado de maior crescimento econômico na Região Centro-Oeste. Entre 1990 e 1998, o estado se desenvolve a um ritmo 25% mais acelerado que a taxa acumulada de crescimento do Brasil, de acordo com o Ipea. Nesse período, Mato Grosso do Sul muda também seu perfil econômico, industrializando-se. Em 1990, a atividade agropecuária correspondia a 24,4% do PIB

estadual, enquanto a indústria era responsável por 13%. Em 1998, cada um desses setores tem participação de 22%. Em 2004, respectivamente, 31,2%, 22,7% e, 46,1% para o setor de serviços.

Um dos fatores que contribuem para o crescimento industrial são os incentivos fiscais, que se tornam mais abrangentes a partir de 1997, com a aprovação de uma lei autorizando as empresas a pagar apenas 25% do ICMS por prazos de até dez anos. Esse benefício atrai as indústrias de transformação, como as de carne, soja e ração, que migram para o estado para reduzir despesas com fretes na compra da matéria-prima.

Na pecuária, o gado bovino ultrapassa o rebanho mineiro, com 20,9 milhões de cabeças, conforme dados do IBGE. A agricultura, desenvolvida principalmente no leste do estado, é favorecida pela proximidade com a agroindústria e com grandes mercados consumidores do Sul e do Sudeste, e também pelo solo fértil - a terra roxa -, sobretudo no planalto do rio Paraná.

Desde 1990, as culturas voltadas para os mercados nacional e internacional, em processo de modernização e empregando menos mão-de-obra, registram grande crescimento. A produção de milho, por exemplo, evolui 400%, e a da soja em grão passa a representar 9% da safra brasileira, com 2,79 milhões de t. Porém, há declínio de setores mais tradicionais, principalmente das lavouras de algodão, arroz, feijão e trigo. A estiagem e as enchentes vêm castigando constantemente os agropecuaristas do Estado.

ANEXO:

LEI COMPLEMENTAR N° 31, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977

Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - A área desmembrada do Estado de Mato Grosso para constituir o território do Estado de Mato Grosso do Sul, situa-se ao sul da seguinte linha demarcatória: das nascentes mais altas do rio Araguaia, na divisa entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, segue, em linha reta, limitando os Municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até às nascentes do córrego das Furnas; continua pelo córrego das Furnas abaixo, limitando, ainda, os Municípios de Alto Araguaia, ao norte, e Coxim, ao sul, até sua foz no rio Taquari; sobe o rio Taquari até a barra do rio do Peixe, seu afluente da margem esquerda, continuando por este até sua nascente mais alta, tendo os Municípios de Alto Araguaia, ao leste, e Pedro Gomes, ao oeste; segue daí, em linha reta, às nascentes do rio Correntes, coincidindo com a linha divisória dos Municípios de Alto Araguaia e Pedro Gomes; desce o rio Correntes até a sua confluência com o rio Piquiri, coincidindo com os limites dos Municípios de Itiquira, ao norte, e Pedro Gomes, ao sul, continua pelo rio Correntes, coincidindo com os limites dos Municípios de Itiquira, ao norte, e Corumbá, ao sul, até sua junção com o rio Itiquira; da junção do rio Correntes com o rio Itiquira, segue coincidente com a divisa dos Municípios de Barão de Melgaço, ao norte, e Corumbá, ao sul, até a foz do rio Itiquira no rio Cuiabá; da foz do rio Itiquira no rio Cuiabá segue por este até a sua foz no rio Paraguai, coincidindo com a divisa entre os Municípios de Poconé, ao norte, e Corumbá, ao sul; da confluência dos rios Cuiabá e Paraguai sobe pelo rio Paraguai até o sangradouro da Lagoa Uberaba, coincidindo com os limites dos Municípios de Poconé, ao leste, e Corumbá, ao oeste; da boca do sangradouro da lagoa Uberaba segue sangradouro acima até a lagoa Uberaba, continuando, por sua margem sul, até o marco Sul Uberaba, na divisa do Brasil com Bolívia, coincidindo com os limites dos Municípios de Cáceres, ao norte, e Corumbá, ao sul.

Art. 3º - A Cidade de Campo Grande é a Capital do Estado.

(...)

Art. 51 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 52 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL